



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**LEONARDO DE SOUZA POLLI**

**ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO,  
GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA: FERRAMENTAS E  
PRÁTICAS PARA O IMAGEAMENTO DA TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA**

Salvador

2017

**LEONARDO DE SOUZA POLLI**

**ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO,  
GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA: FERRAMENTAS E  
PRÁTICAS PARA O IMAGEAMENTO DA TERRITORIALIDADE  
QUILOMBOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Urbanismo – Linguagem, Informação e Representação do Espaço.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira

Salvador  
2017

P774 Polli, Leonardo de Souza.  
Etnomapeamento enquanto método, geoprocessamento enquanto técnica:  
ferramentas e práticas para o imageamento da territorialidade quilombola/ Leonardo de  
Souza. 2017.  
156 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura,  
Salvador, 2017.

1. Sociologia urbana. 2. Quilombo Rio Macacos (BA). 3. Sistema de Informações  
Geográficas. I. Pereira, Gilberto Corso. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de  
Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4:316

## LEONARDO DE SOUZA POLLI

### **ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO, GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA: FERRAMENTAS E PRÁTICAS PARA O IMAGEAMENTO DA TERRITORIALIDADE QUILOMBOLA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 23 de outubro de 2017.

Prof. Dr. Gilberto Corso Pereira – Orientador \_\_\_\_\_  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal da Bahia. Coordenador do Laboratório de estudos avançados em Cidade, Arquitetura e Tecnologias Digitais (LCAD/UFBA).

Prof. Dr. Fábio Macedo Velame \_\_\_\_\_  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo Universidade Federal da Bahia. Superintendente Meio Ambiente e Infraestrutura da UFBA (SUMAI/UFBA). Coordenador do Grupo de Pesquisa EtnoCidades.

Prof. Dr. Agripino Coelho Souza Neto \_\_\_\_\_  
Universidade do Estado da Bahia. Coordenador do Grupo de Pesquisa Território, Cultura e Movimentos Sociais (TECEMOS/UNEB). Pesquisador dos Grupos de Pesquisa GeografAR (UFBA-IGEO) e GEOMOV (DCHF/UEFS)

Sigo dedicando toda produção acadêmica recente aos homens e mulheres do Quilombo Rio dos Macacos (BA). Dedico esse trabalho à bravura e a força de Rosemeire e sua família, a inteligência sagaz de Seu Willian, a resistência e coragem de Zezinho, a sabedoria inerente de Nadinho, a juventude de Oséias, a vitalidade de Dona Maria, a alegria de Leninha, os “facões” de Bigodinho e Seu Dedílson, o samba e o sorriso de Oswaldo e Orlando, o carinho de Dona Olga, o silêncio de Henrique, a risada de Benício, as conversas com Antônio Branco, Antônio Vermelho, Marias, Joãos, quilombolas, lutadores, resistentes...

Apesar de dividir um mesmo sentimento com todo o Quilombo Rio dos Macacos, agradeço, em especial, a Dona Olinda (foto), minha grande amiga, companheira e “mãe quilombola”. O olhar sincero, as palavras marcantes, os gestos de gentileza, a humildade latente e o “feijão véio” do almoço certamente me conduzem a me tornar uma pessoa melhor em todos os sentidos – humano, profissional, militante, estudante, filho, companheiro e amigo.



Eu não ando só, e o mar me protege!

Agradeço primeiramente à força das águas do mar, e a mãe que move essa força,  
Yèyé omo ejá.

Aos meus pais, eternas fontes de alegria, felicidade e admiração, cada conquista e realização tem a assinatura de vocês. À minha companheira, amiga e parceira Ruh, agradeço pelo amor e motivação de todas as horas (com você tudo é mais fácil e prazeroso). Aos amigos – irmãos – família (Caio, Gabriel, João e May), compadres (Ana Paula, Henrique, Ana Liz), companheiro e colegas, obrigado por terem cruzado meu caminho, principalmente os que seguem sempre comigo.

Ao meu mestre, Gilberto Corso, agradeço pela sabedoria, simplicidade e humildade de acompanhar um orientando difícil. Sempre existem aqueles professores que marcam a vida acadêmica de um estudante. Sempre tive e terei uma enorme admiração por ti, que nossos caminhos acadêmicos sigam se encontrando e se renovando. Agora como Professor universitário, tenho prazer em poder lhe considerar um colega de profissão.

Associações, cooperativas, organizações, sindicatos, parlamentares, professores, grupos de pesquisa, equipe da Residência Rau+E, militantes, ativistas, etc. A luta e o ideal comum sempre irá nos unir, apesar de as tarefas e os diferentes (e válidos) posicionamentos, por vezes, nos distanciarem. Vamos em frente, sempre nos encontraremos e marcharemos ombro a ombro pela transformação social.

A cultura e o folclore são meus, mas os livros foi você quem escreveu.  
Quem garante que palmares se entregou?  
Quem garante que zumbi você matou?  
Perseguidos sem direitos nem escolas, como podiam registrar as suas glórias?  
Nossa memória foi contada por vocês, e é julgada verdadeira como a própria lei!  
Por isso temos registrados em toda história, uma mísera parte de nossas vitórias.  
É por isso que não temos sopa na colher, e sim anjinhos para dizer que o lado mau  
é o candomblé!  
A energia vem do coração, e a alma não se entrega não!  
A energia vem do coração, e a alma não se entrega não!  
A influência dos “homens bons” deixou a todos ver: que a omissão, total ou não,  
deixa os seus valores longe de você.  
Então despreza a flor zulu, e sonha em ser pop na zona sul!  
Por favor não entenda assim! Procure o seu valor ou será o seu fim!  
Por isso corre pelo mundo sem jamais se encontrar.  
Procura as vias do passado no espelho, mas não vê!  
E apesar de ter criado o toque do agogô, fica de fora dos cordões do carnaval de  
Salvador!  
A energia vem do coração, e a alma não se entrega não!  
A energia vem do coração, e a alma não se entrega não!  
(NATIRUTS, 1999)

POLLI, Leonardo de Souza. Etnomapeamento enquanto método, geoprocessamento enquanto técnica: ferramentas e práticas para o imageamento da territorialidade quilombola. 156 f. il. 2017. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2017.

## RESUMO

Essa dissertação é uma continuidade dos estudos, pesquisas, técnicas e metodologias utilizadas e desenvolvidas pelo autor na sua atuação acadêmica, profissional e social junto à comunidade quilombola de Rio dos Macacos (Bahia). Essa interação do autor com a questão quilombola ocorre desde 2013, quando teve início a Residência Profissional em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Sustentado no etnomapeamento enquanto método, e no geoprocessamento enquanto técnica, apresenta-se nessa dissertação uma afirmação de que quanto mais se conhece o seu espaço, mais possível é preservar, gerir, planejar e desenvolver esse local a partir da percepção do grupo social que pertence e é pertencido por esse território. Por mais simplória que essa afirmação possa aparentar ser, quando levada à questão quilombola, percebe-se que a mesma ganha sentidos e análises muito mais profundas e complexas do que a aparência demonstra. Afinal, trata-se aqui de um território repleto de afirmação e resistência da identidade étnica e histórica de um grupo social fundamental para a formação cultural brasileira. Sendo assim, o trabalho sobre a representação espacial de uma comunidade quilombola é o grande tema desse projeto, onde, através de um estudo de caso, demonstra-se a possibilidade real de se criar um Sistema de Informações Geográficas (SIG) de um quilombo, incluindo informações subjetivas e identitárias, a partir de percepções singulares do espaço. De maneira complementar, porém indispensável, esse trabalho apresenta uma reflexão teórica e jurídica sobre a questão quilombola no Brasil, e um relato sobre a história que envolve o quilombo Rio dos Macacos, que resiste há quase um século em seu território, mesmo disputando-o (em uma grande parte da história) contra um setor antagônico – em todos os aspectos possíveis –, a Marinha do Brasil.

**Palavras-chave:** Quilombo; Território; Identidade; Sistema de Informações Geográficas (SIG); Etnomapeamento; Geoprocessamento.



POLLI, Leonardo de Souza. Ethnomapping as a method, geoprocessing as a technique: tools and practices for the image of quilombola territoriality. 156 f. il. 2017. Postgraduate Program in Architecture and Urbanism, Federal University of Bahia, 2017.

### **ABSTRACT**

This dissertation is a continuation of studies, research, techniques and methodologies used and developed by the author in his academic, professional and social work with the quilombola community of Rio dos Macacos (Bahia). This interaction of the author with the quilombola question occurs from 2013, when the Professional Residence in Architecture and Urbanism of the Federal University of Bahia. Sustained in ethnomapping as a method, and in geoprocessing as a technique, it is presented in this dissertation an affirmation that the more one knows its space, it is most possible to preserve, manage, plan and develop this territory, from the perception of the social group that belongs and is owned by that territory. As simple as this statement may seem to be, when taken to the quilombola question, it is perceived that it gains senses and analyzes that are much deeper and more complex than appearance shows. After all, it is a territory replete with affirmation and resistance of the ethnic and historical identity of a social group fundamental to the Brazilian cultural formation. Therefore, the work on the spatial representation of a quilombola community is the central theme of this project, where, through a case study, is demonstrated the real possibility of creating a Geographic Information System (GIS) of a quilombo, including subjective and indentital information, from singular perceptions of space. In an additional, but indispensable way, this work presents a theoretical and juridical reflection on the quilombola question in Brazil, and an account of the history of Quilombo Rio dos Macacos, that has resisted for almost a century in its territory, even disputing it (In a large part of history) against an antagonistic sector - in all possible aspects - the Brazilian Navy.

**Key words:** Quilombo; Territory; Identity; Geographic Information System (GIS); Ethnomapping; Geoprocessing.

## LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AATR	Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais da Bahia
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
BA	Bahia (Estado da Bahia, Brasil)
BNA	Base Naval de Aratu (BA)
CF/88	Constituição Federal de 1988
CIA	Complexo Industrial de Aratu (Bahia)
CRQ	Certidão de Registro Quilombola
FCP	Fundação Cultural Palmares
GE	Google Earth
GIS	Geographic Information System
GPS	Global Positioning System
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
MST	Movimento Sem Terra do Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBQ	Programa Brasil Quilombola
PEC	Projeto de Emenda Constitucional
PPGAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
QRM	Quilombo Rio dos Macacos (BA)
RAU+E	Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia (UFBA)
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEPPIR	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial
SEPROMI	Secretaria de Promoção da Igualdade Racial – BA
SIG	Sistema de Informação Geográfica
STF	Supremo Tribunal Federal
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana

## LISTA DE MAPAS

Mapas 1 e 2	Mapa de localização do Estado da Bahia; Mapa de Localização da Região Metropolitana de Salvador.....	33
Mapa 3	Mapa de localização do Quilombo Rio dos Macacos em relação a RMS.....	34
Mapa 4	Mapa dos países da América Latina com Comunidades Afro Rurais Reconhecidas.....	42
Mapa 5	Mapa das comunidades quilobolas delimitadas no Brasil.....	63
Mapas 6 e 7	Mapa das comunidades quilobolas delimitadas e/ou certificadas na Bahia. Listagem das comunidades reconhecidas na RMS...64	64
Mapa 8	Mapa relacionando os vetores de expansão da estrutura Urbana de Salvador em 1970.....	77
Mapa 9	Salvador: Padrões de crescimento da população de Salvador e entorno 1991 – 2010.....	78
Mapa 10	Mapa das manchas das regiões vizinhas ao território do Quilombo Rio dos Macacos (BA).....	80
Mapa 11	Área histórica de estudo da comunidade quilombolas de Rio dos Macacos (BA).....	89
Mapa 12	Delimitação territorial oficial do Incra ao Quilombo Rio dos Macacos.....	90
Mapa 13	Mapa de projeção da primeira proposta de regularização fundiária ao território.....	92
Mapa 14	Mapa de projeção da segunda e terceira proposta de regularização fundiária ao território.....	93
Mapa 15	Mapa da quarta proposta, baseada na Delimitação territorial oficial do Incra.....	94
Mapa 16	Contra Proposta apresentada por equipe de assistência profissional.....	95
Mapa 17	Mapa da proposta final de regularização fundiária.....	96
Mapa 18	Mapa de Acessos/Caminhos do Quilombo Rio dos Macacos..	113
Mapa 19	Mapa dos Recursos Hídricos e dos pontos utilizados para abastecimento da Comunidade de Rio dos Macacos.....	114
Mapa 20	Mapa de Usos de Habitação, atividades Sagradas (memoriais), de uso coletivo e de proteção e preservação ambiental.....	115
Mapa 21	Mapa de produção, roças, apoio a produção, hidrografia do terreno e unidades de preservação e conservação.....	116

## LISTA DE IMAGENS

Dedicatória	Fotografia no Quilombo Rio dos Macacos com Dona Olinda.....	05
Imagem 1	Foto da celebração do Termo de Cooperação Técnica entre a UFBA e a Comunidade Quilombola.....	31
Imagem 2	Comparativo das reformas ministeriais de Dilma Rousseff (outubro de 2015) e a de Michel Temer (maio de 2016).....	67
Imagem 3	Foto dos limites das fazendas que faziam parte da Usina de Aratú.....	74
Imagens 4 e 5	Fotos da festa de comemoração da publicação do território a favor da comunidade.....	98
Imagem 6	Imagem da implementação do programa de Eletrificação Rural na Comunidade.....	99
Imagens 7 e 8	Campanhas promovida pelo Quilombo Rio dos Macacos pela continuidade das obras referentes a contrução da estrada do acesso independente da comnidade ao seu território, e contra o isolamento do quilombo à Barragem do Rio dos Macacos.....	100
Imagens 9 e 10	Produção de Artesanato no Quilombo Rio dos Macacos (Divulgação na Página do Facebook da comunidade).....	102
Imagem 11	Fotos das oficinas de Etnomapeamento sensitivo.....	109
Imagem 12	Resultados das oficinas de Etnomapeamento sensitivo.....	110
Imagem 13	Atividades de Mapeamento em campo através do GPS e do envolvimento comunitário.....	112
Imagem 14	Painel apresentado na RAU+E.....	117
Imagem 15	Painel apresentado na RAU+E, de espacialização das propostas ao Quilombo Rio dos Macacos.....	118
Imagem 16	Sobreposição da Base Sicar encontrada da região comde a imagem aérea do terreno.....	124
Imagens 17 e 18	Importação do Arquivo DWG. das curvas de nível para o SketchUP.....	125
Imagens 19 e 20	Importação de imagem da área com falta de informações topográficas no GE.....	126
Imagens 21 e 22	Transformação e modelagem do terreno no SketchUP.....	127
Imagem 23	Tridimensionalização das informações topográficas.....	128
Imagens 24 e 25	Adicionada atribuições referentes a área reconhecida pelo Incri 301ha, a barragem de Rio dos Macacos, e a Vila Militar. Imageamento renderizado.....	129
Imagem 26	Modelagem da área antropizada do QRM.....	130
Imagem 27	Simbologias criadas para determinar determinados usos, espaços e atividades.....	131

Imagens 28 e 29	Modelagem e detalhamento das informações referentes a ocupação e ao uso do solo da comunidade.....	132
Imagens 30 a 32	Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos, aos relacionados a acessos e caminhos, e os de produção e roças.....	133
Imagens 33 a 35	Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos.....	141
Imagens 36 e 37	Modelagem e detalhamento de informações referentes ao cultivo e a produção.....	142
Imagens 38 e 39	Modelagem e detalhamento de informações diversas e manipulação de outras informações de referência de contexto (céu e proximidades).....	143
Imagens 40 e 41	Modelagem e detalhamento de informações diversas.....	144

## LISTA DE QUADROS, TABELAS E GRÁFICOS

Quadro 1	Descrição das Principais leis destinadas às comunidades quilombolas, associando-as aos seus principais efeitos e o ano de implementação.....	54
Quadro 2	Relação por região das certidões emitida, ou com processos abertos, na FCP.....	57
Tabela 1	Primeiro Ano de desenvolvimento da Pesquisa.....	38
Tabela 2	Segundo Ano de desenvolvimento da Pesquisa.....	39
Gráfico 1	Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.....	58
Gráfico 2	Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2015.....	60
Gráfico 1	Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP (Atualização 2017).....	70
Gráfico 2	Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2017.....	71

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>17</b>
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....	19
1.2. OBJETIVOS .....	24
1.3. JUSTIFICATIVA.....	26
1.4. O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A INTERAÇÃO DO AUTOR COM O QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA) .....	27
1.5. OS SUJEITOS DA PESQUISA: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS (BA).....	31
1.6. METODOLOGIA .....	34
1.7. ESTRUTURA DO TRABALHO.....	37
<b>2. APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS .....</b>	<b>38</b>
2.1. IDENTIDADE TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER: UM MARCO TEÓRICO PARA A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL .....	43
2.2. A AUTOATRIBUIÇÃO IDENTITÁRIA COMO ELEMENTO NORTEADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS .....	52
2.3. A CONJUNTURA TERRITORIAL QUILOMBOLA.....	58
2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA.....	63
<b>3. O QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA): HISTÓRIA, CONFLITO E INTERAÇÕES ESPACIAIS.....</b>	<b>74</b>
3.1. GÊNESE DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS .....	74
3.2. POCESSOS DE UM QUILOMBO EM UMA ÁREA METROPOLITANA.....	76
3.3. A CHEGADA DA MARINHA DO BRASIL .....	83
3.4 O ESTÁGIO ATUAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS.....	87
<i>Estágios do processo jurídico.....</i>	<i>87</i>
<i>Estágio do processo de disputa territorial.....</i>	<i>90</i>
<b>4. O ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO, O GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA .....</b>	<b>107</b>
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	107
4.2. ETNOMAPEAMENTO COMO CENTRO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DESENVOLVIDA NA RAU+E .....	109
4.3. O GEOPROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES.....	114
<b>5. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA) .....</b>	<b>122</b>

5.1. A DIFICULDADE NO ACESSO A INFORMAÇÕES GEOESPACIAIS PRODUZIDAS E GERENCIADAS POR AGÊNCIAS PÚBLICAS, E A DISPUTA CARTOGRÁFICA PELO PODER DA INFORMAÇÃO .....	122
5.2. O SIG DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS E A MODELAGEM TRIDIMENSIONAL DO TERRENO .....	128
5.3. TERRITÓRIO IDENTITÁRIO, SIMBÓLICO, CULTURAL, RESISTENTE, PRODUTIVO, ETC.....	138
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>148</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>152</b>



## 1. INTRODUÇÃO

Apesar de inegáveis avanços, a questão quilombola ainda precisa ser mais discutida e refletida – seja em universidades, seja em espaços do poder público ou na sociedade –, principalmente se comparada com a importância que a mesma tem para a história da formação cultural, social e econômica do Brasil. Entretanto, além da profundidade e complexidade que o tema alcança, registra-se de início que discutir sobre a questão quilombola é também mexer em um terreno espinhoso e cruel, que, no passado, se manifestava através do “*racismo da chibata*”, e, no presente, se reflete na segregação sócio espacial, étnico racial, além do racismo institucional.

Não é possível negligenciar o fato de que estudar esse tema significa relatar sobre um grupo étnico que apresenta na sua história as marcas de um passado (não tão distante) de perseguição, intolerância, incompreensão, marginalização e segregação social, econômica e espacial. Se o passado foi perverso para os quilombolas, o presente não deixou de ser. Reforço que por mais que deva se reconhecer os avanços recentes que o país teve em diversas questões sociais de maneira geral – e na legislação e políticas públicas reparatórias voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, de maneira específica –, é possível questionar sobre os discursos e as práticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, a ineficiência e a vagareza de suas ações e, sobretudo, as diversas disputas de poder que ora fazem avançar, ora fazem paralisar e retroceder a questão quilombola no país.

Não à toa, discutir essa temática é também debater sobre um dos maiores entraves para o desenvolvimento social brasileiro, a concentração de terras, que se manifesta nas disputas e nos conflitos fundiários que dividem e segregam o meio urbano, e que aterrorizam e matam no meio rural.

No período de colonização do país, apenas os brancos – considerados “puros de sangue” –, e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos negros, índios e judeus dispunham apenas de sua força de trabalho. Apesar de esse não ser o tema dessa dissertação, é importante fazer esse registro, visto que do regime de sesmarias, passando pela Lei de Terras de 1850, chegando-se nos dias atuais, essa dicotomia fundiária e social entre possuidores e excluídos, é uma marca brasileira.

Se no passado o modelo colonial no Brasil se constituiu, centralmente, por meio de três componentes fundamentais na organização social: a grande propriedade fundiária concentrada; a monocultura de exportação; e o trabalho escravo, atualmente, pode-se dizer que o país – apesar de ter diversificado a sua produção agrícola, e desenvolvido outras matrizes produtivas – superou apenas o sistema escravagista (mas não as desigualdades étnicas raciais).

Como já mencionado, pesquisar sobre esse tema não é fácil. Todavia, estudar o escravismo e resgatar os temas vinculados à luta pela liberdade é extremamente necessário, não apenas para desenvolver o tema desse projeto, mas para se compreender, também, o Brasil atual. Entendendo que houveram diferenças profundas entre o processo de escravização entre indígenas e negros, aqui irei bem brevemente me ater sobre a questão negra.

Apesar de todos os elementos de fragmentação e desconstrução – identitária e territorial – sofrida pelas várias etnias indígenas no Brasil, a força e o poder de suas comunidades étnicas resgataram além de direitos e conquistas, ao menos, uma identidade ancestral comum (o Estatuto do Índio<sup>1</sup> é um exemplo disso). Com o Negro, a situação é diferente e as estratégias montadas para o momento posterior da escravidão foram mais “sofisticadas” e “eficientes” no sentido de determinar a segregação étnico racial, visivelmente observada no território nacional, e estabelecida nas bases sociais e econômicas do país.

Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. Ou seja, constitucionalmente<sup>2</sup>, brancos e negros possuem os mesmos direitos na sociedade, não há uma diferenciação histórica e étnica, o que pode realmente trazer um signo de democracia e igualdade. Entretanto, essa igualdade torna-se um mito, quando se analisa o que aconteceu historicamente.

Apesar de dividirem a mesma “embarcação”, negros e brancos estavam em locais diferentes nos “navios negreiros”. Os brancos tinham chicotes e bússolas nas mãos, enquanto aos negros, couberam os grilhões. A verdade é indigesta, mas trazido como escravo, foi arrancado do negro de forma definitiva a territorialidade (africana e ancestral). Frustrou-se quase que por completo a sua personalidade e seus costumes,

---

<sup>1</sup> Lei Federal nº 6001, de 19 de Dezembro de 1973.

<sup>2</sup> Em referência a Constituição Federal de 1988.

fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, etnias. Suas famílias foram fragmentadas e dissolvidas, os seus rituais religiosos e tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco fora completamente dizimado. Em resumo, arrancou-se qualquer resquício de ancestralidade comum.

Além da fragmentação identitária provocada pelo regime escravocrata, no Brasil, após a Lei Áurea de 1888, destina-se ao negro a vida em um sistema cada vez mais competitivo e excludente, que promove a segregação e a marginalização social. Como diria Florestan Fernandes:

A desagregação do regime escravocrata e senhorio se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destruição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja, ou outra qualquer instituição assumissem encargos e responsabilidades especiais, que tivessem por objetivo prepara-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (FERNANDES, 2008, p.28)

Ao negro coube disputar a sua sobrevivência social, cultural (e até biológica) em uma sociedade secularmente racista, territorialmente segregada e socialmente excludente. Sobre essa realidade que esse trabalho se debruça. Em verdade, acredita-se que a pesquisa científica em um Programa de Pós-Graduação na área das ciências sociais aplicadas também deve ter por finalidade apresentar a realidade, mesmo que em palavras não convencionais, ou em discursos indigestos.

Independentemente de ser um autor e pesquisador autodeclarado não-negro, os diversos caminhos que me levaram a pesquisar e desenvolver trabalhos junto a comunidades quilombolas foram os mesmos que me ensinam a não ser omissos diante das mazelas históricas e atuais do racismo étnico. Essas palavras iniciais de apresentação dessa dissertação são determinantes para os próximos capítulos desse trabalho.

### 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Diante de um cenário já exposto, pode-se introdutoriamente mencionar que o tema desse trabalho envolve um conflito fundiário, e uma luta pelo reconhecimento territorial de uma comunidade quilombola, que adiante será apresentada.

Inevitavelmente – diante desse cenário –, torna-se fácil concluir que o processo de titulação e regularização de terras quilombolas envolve inúmeras situações conflitantes, essencialmente por contrapor a regularização fundiária com os interesses dos mais diversos setores da sociedade, muitos deles, historicamente respaldados pela legislação brasileira no que tange a propriedade privada e a concentração de terras no meio rural e urbano.

Há ainda os casos em que a recente legislação em favor dos quilombolas, no que diz respeito à regularização fundiária para esse grupo étnico, se choca com os interesses de diversos setores e instâncias do próprio Estado brasileiro, colocando em um patamar contraditório as ações destinadas a esse setor.

O território de análise desse trabalho exemplifica tal contradição, já que analisa o processo de disputa territorial envolvendo dois setores antagônicos em diversos aspectos e contextos: de um lado, a comunidade quilombola de Rio dos Macacos (BA), do outro, a Marinha do Brasil.

Não obstante a essa realidade que coloca setores antagônicos<sup>3</sup> em disputas fundiárias desiguais, o território pesquisado possui algumas características que mereceram uma atenção especial nessa dissertação, que serão melhores aprofundadas em momentos específicos desse trabalho, mas que são apresentadas a seguir, primeiramente sobre o ponto de vista da resistência e da luta territorial:

- Por ser esse um conflito envolvendo o quilombo Rio dos Macacos com setores militares (Marinha do Brasil), e por esse conflito ter perdurado, também, durante os anos da Ditadura Militar no país (1964 – 1985), inúmeros casos de violência física, psicológica e institucional ocorreram, resultando, inclusive, em ações denunciadas, em cortes internacionais de Direitos Humanos<sup>4</sup>;

---

<sup>3</sup> Antagonismo, aqui analisado, do ponto de vista econômico, social, político, de infraestrutura, acesso ao poder público, captação de recursos públicos, etc.

<sup>4</sup> Além de outras denúncias, a organização não governamental “Justiça Global” encaminhou no dia 10 de janeiro de 2014 uma carta denunciando as ações de violação dos direitos humanos cometidos pela Marinha do Brasil no Território de Rio dos Macacos. A denúncia foi levada à Organização das Nações Unidas (ONU) e à Organização dos Estados Americanos (OEA), além da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Fonte: Empresa Brasil de Comunicação, disponível em <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/01/ong-denuncia-prisao-de-quilombolas-a-onu-e-oea>>, último acesso em 13 de dezembro de 2016.

- Do ponto de vista simbólico, mas jamais secundário, no auge do conflito envolvendo o Quilombo Rio dos Macacos e a Marinha do Brasil, em 2010, se comemorava – ou se lembrava – o centenário de um movimento de insubordinação de marujos negros no Rio de Janeiro, contra os seus oficiais da Marinha. Esse movimento ficou conhecido como a “*Revolta da Chibata*”, e teve na figura de João Cândido Felisberto o seu principal líder. Cem anos depois, uma comunidade tradicionalmente vinculada com a ancestralidade negra brasileira, se confronta novamente com a Marinha. Esse simbolismo, de fato, não passou despercebido pelo movimento negro e social;
- Sendo assim, a repercussão nacional que a resistência de Rio dos Macacos teve, estabelecendo assim toda a importância e o simbolismo que essa comunidade representa na luta e na resistência do movimento quilombola no Brasil;
- A quantidade de entidades, associações, organizações, grupos de pesquisa, partidos políticos, sindicatos e organizações sociais que se somaram, ou se solidarizaram, com o processo de resistência da comunidade em todo o país. O quilombo Rio dos Macacos acabou virando um marco na luta territorial e étnica brasileira;
- A forma “célere” (em comparação com outras comunidades) como órgãos e instituições públicas certificaram, estudaram e delimitaram esse quilombo, que teve seu território recentemente publicado no Diário Oficial da União<sup>5</sup>;
- A interação e interferência direta do Governo Federal, através de algumas secretarias, ministérios e instituições, na mediação do conflito territorial, vide o envolvimento (registrado até 2016, antes da recente mudança presidencial) do Ministério da Defesa, das instâncias federais da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e da atualmente extinta Secretaria Geral da União, além de outras;<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Publicado em Novembro de 2015.

<sup>6</sup> Aqui cabe apresentar pela primeira vez que, no curso de desenvolvimento desse trabalho, algumas relações e organizações envolvendo o Governo Federal se modificaram drasticamente, a partir do processo de impedimento da ex-Presidente Dilma Rousseff, em 2016. Esse tema será tratado de maneira específica nessa dissertação.

- Apesar do envolvimento direto de diversas instâncias de Estado e de todo o capital social que essa comunidade possui, para além da sequência do procedimento de titulação do território, poucas políticas sociais e econômicas foram efetivadas e estabelecidas, principalmente as que envolvem: projetos habitacionais de construção, reassentamento e reforma; abastecimento de água e saneamento básico; infraestrutura de estradas e acessos independentes; consolidação de uma rede elétrica; assistência básica de saúde e educação; e desenvolvimento econômico e produtivo do território e da comunidade.

Outros elementos particulares dessa comunidade podem ser observados a partir do ponto de vista do contexto espacial e demográfico:

- A tradicionalidade rural em plena interação com dinâmicas do “meio urbano”, principalmente por esse quilombo se localizar em uma das maiores Regiões Metropolitanas do Brasil, a de Salvador (BA);
- A relação com o crescimento do subúrbio ferroviário de Salvador por um lado do território, e a instalação de empresas e indústrias do Complexo Industrial de Aratu (CIA) do outro;
- Um território de 301 hectares, vital para uma comunidade com cerca de 70 famílias, estratégico para a Marinha do Brasil, valioso para o mercado imobiliário, importante para a zona industrial, e “cobiçado” por uma periferia vizinha de altíssima densidade demográfica (que, contraditoriamente, talvez, não invadiu o espaço pelas limitações físicas que um dos principais alcos desse quilombo, a Marinha, impôs);
- Apesar das intensas interações com o meio urbano, analisa-se aqui uma comunidade que mantém tradições rurais de plantio, produção e consumo. Que envolve a criação de roças, plantações, colheita, coletivização familiar da produção, beneficiamento de materiais e frutas a partir do extrativismo, mariscagem e pesca artesanal (mesmo que clandestinamente);

De fato, essa pesquisa se propôs a analisar também essas especificidades do Quilombo Rio dos Macacos. Não só pelo fato dessa comunidade ser o objeto de pesquisa dessa dissertação, mas pela compreensão de que apresentar reflexões sobre as questões particulares dessa comunidade é fundamental para compreender

as razões que levaram esse quilombo a se tornar, como já mencionado, um símbolo da resistência nacional das comunidades quilombolas.

Entretanto, essa pesquisa buscou ir além. Fazer um relato sobre a comunidade – apesar de necessário, e suficiente para uma dissertação – não é o objetivo final desse trabalho. Diante do tema apresentado, busca-se com os resultados da pesquisa desenvolvida reforçar um lado da disputa fundiária, o lado quilombola.

Para isso, e antecipando a discussão apresentada nos objetivos dessa dissertação, resgato o que foi dito inicialmente, de que essa pesquisa propôs, através de um estudo de caso, completada com uma intervenção metodológica e a criação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) do território pesquisado, demonstrar a eficácia do etnomapeamento enquanto método, e a importância do geoprocessamento enquanto técnica para o empoderamento comunitário quilombola de seu espaço, buscando, assim, ampliar as capacidades e possibilidades de preservação, gestão, planejamento e desenvolvimento de um território quilombola.

Evidentemente os objetivos gerais e específicos só se fortalecem nessa dissertação a partir dessa reflexão sobre a comunidade e seu processo histórico. De fato, a invisibilidade dos acontecimentos reais, e a historialização folclórica das comunidades étnicas brasileiras acabam sendo uma marca característica. Na epígrafe dessa dissertação, traz-se a letra da música “*Palmares 1999*” da banda de reggae de Brasília (DF), Natiruts, que em seu álbum “Povo Brasileiro”, lançado em 1999, apresentou uma opinião sobre a ótica em que são contadas (e passadas) as histórias do povo brasileiro. De fato, a história hegemônica no país não foi contada pelos negros, ou pelas comunidades oprimidas e excluídas.

Essa é, então, a problematização desse trabalho. Como podem ser contadas e reeditadas as histórias territoriais, identitárias, culturais e ancestrais de uma comunidade quilombola? É possível contribuir com o ímpeto e a necessidade social de dar visibilidade à essas comunidades historicamente segregadas e excluídas? As metodologias participativas e as tecnologias digitais de representação do espaço podem auxiliar nesse processo?

Na tentativa de responder a essas problematizações, essa dissertação é, então, um convite para se pensar na interação entre metodologias e técnicas a serviço dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, e dos quilombos

especificamente. Minimamente, é possível contar a história da identidade cultural a partir de outra ótica, e assim tentou-se fazer nesse trabalho. Para tanto, antes de evoluir nos elementos centrais dessa dissertação, faz-se necessário esclarecer o propósito geral, e os específicos, definidos nesse trabalho.

## 1.2. OBJETIVOS

O objetivo geral dessa dissertação consistiu em apresentar, através do entrelaçamento de métodos participativos e etn-cartográficos, com procedimentos técnicos, como que uma base de dados espaciais, que demonstre realidades territoriais, identitárias, sociais e estruturais de um espaço quilombola, pode servir para: i) o registro histórico e à preservação identitária, ambiental e cultural dessa comunidade; ii) demonstrar que a mesma, por ser construída junto com a comunidade pesquisada, pode servir como instrumento para o planejamento territorial, social e econômico desse espaço étnico.

No percurso de desenvolvimento do objetivo geral dessa dissertação, alguns objetivos específicos foram perseguidos, como os relacionados a seguir:

1. Primeiramente, teve-se como objetivo específico contribuir para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da teoria, das técnicas e metodologias utilizadas no processo de regularização e titulação de terras quilombolas na Bahia e no Brasil, apresentando novos paradigmas de construção de informações étnicas de um determinado território.
2. Além disso, a partir de conceitos trabalhados por autores e pesquisadores sobre o tema, foi realizada uma revisão teórica (conceitual e jurídica) sobre a questão quilombola e elementos relacionados com ela (território, identidade, grupos étnicos, poder, etc), objetivando sistematizar a linha de pensamento do autor e, talvez, contribuir com a já existente bibliografia sobre o tema.
3. Outro objetivo percorrido, foi o de sistematizar um conjunto de informações coletadas junto com a comunidade pesquisada em etnomapas e informações georreferenciadas, que foram fundamentais para diagnosticar aspectos (atuais e históricos) de espaços sociais, sagrados, econômicos, produtivos, ambientais e de uso coletivo no território quilombola de Rio dos Macacos, que são



confeccionados a partir do discurso sensitivo da comunidade e das suas percepções de espaço. Esse objetivo específico está diretamente ligado à popularização da etnografica enquanto instrumento metodológico e teórico para trabalhos direcionados aos povos e comunidades tradicionais. Os etnomapas remetem as sensações passadas, atuais e futuras de uma comunidade, nesse sentido, as cartas produzidas são fundamentais para chegar no objetivo geral desse projeto. Tendo em vista que o mesmo se desenvolveu a partir de um trabalho já iniciado, no curso de construção dessa dissertação, o maior desafio consistiu em atualizar as informações já encontradas, sistematizá-las, e desenvolver novas atividades e metodologias para o preenchimento de lacunas existentes no trabalho de campo já desenvolvido pelo autor. A confecção dessa reflexão foi fundamental para estabelecer uma base comparativa entre o território original, o território atual de uso e ocupação do solo, e as propostas oficiais de regularização fundiária para a área, que também foram elaboradas.

4. Cabe destacar que, nesse trabalho, também foi um objetivo específico refletir o estudo sobre a vizinhança e entorno do Quilombo, auxiliando o processo de entendimento sobre a comunidade pesquisada.
5. Nesse trabalho também fora apresentado a sistematização de algumas informações de visualização e manipulação sobre o território, que geraram uma base de dados que se consolidou em um Sistema de Informações Geográficas (SIG) da comunidade, publicado como “EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA)”.<sup>7</sup>

O período estudado corresponde do ponto de vista histórico, ao momento em que os primeiros relatos sobre a ocupação dessa comunidade foram estabelecidos, remontando ao início do século XX, até os dias atuais, em que ainda está em curso a disputa fundiária entre esse quilombo e a Marinha do Brasil. A partir dos objetivos expostos, esse trabalho foi concluído com a produção de uma dissertação que seguiu as atuais normas da Associação Brasileira de Normas Técnica (ABNT).

---

<sup>7</sup> Sobre esse tema, o autor participa paralelamente do NUPAS (Núcleo de Pesquisa em Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade, e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial, ambos da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde sobre a orientação do Prof. Dr. Fábio Bandeira, vem desenvolvendo as bases para a construção de um EtnoAtlas Quilombola (POLLI, 2017a).

### 1.3. JUSTIFICATIVA

Inicialmente, justificou-se a escolha desse tema pela relevância que o mesmo tem alcançado no atual cenário de desenvolvimento de políticas públicas voltadas a atender e discutir as necessidades dos povos e comunidades tradicionais no Brasil. Do ponto de vista territorial, considerando o reconhecimento e a titulação de terras aos grupos remanescentes de quilombo, cabe reforçar que ainda estamos diante de um estágio inicial dessa política de reparação social, existindo, assim, um longo caminho a ser percorrido, o que reforça e impulsiona a iniciativa de estudos e elaborações sobre o tema.

Apesar de inicial, alguns estudos produzidos já demonstraram ser eficientes no objetivo de contribuir para o processo de titulação de terras, propondo metodologias, análises e diretrizes que fundamentaram a ação de órgãos públicos e programas sociais afeto aos quilombolas. Sendo assim, essa contribuição fortalece a necessidade de elaborar e propor elementos sobre o tema, principalmente diante da especificidade do Quilombo Rio dos Macacos, que envolve a “ocupação” de uma comunidade remanescente quilombola em áreas posteriormente definidas como sendo de administração militar, matéria que ainda possui pouca análise. Sobre isso, esse projeto também se justificou pela necessidade de preencher essa lacuna bibliográfica.

Do ponto de vista inerente ao quilombo Rio dos Macacos, esse trabalho pode vir a contribuir com o atual cenário em que o mesmo está inserido. O trabalho participativo, baseado no etnomapeamento e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, objetivou apresentar para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, permitindo com que, nas limitações inerentes da realidade social, que a área seja empoderada e compreendida pelos mesmos, tornando-os habilitados para quem sabe poder, sobretudo tecnicamente, tomar decisões referentes à organização e o planejamento de seu território. Acredita-se que estabelecer esta relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional é um desafio fundamental para que se possam obter bons resultados em um planejamento que venha a envolver comunidades quilombolas.

Para além do exposto, o tema e a área escolhida se justificou pela vontade e disposição do autor em dar continuidade aos trabalhos já haviam sido desenvolvidos junto à comunidade quilombola em questão. Através da Residência Profissional em

Habitação de Interesse Social e Direito à Cidade, o mesmo está inserido desde 2013 na comunidade, e, entre diferentes possibilidades de contribuição, vem acompanhando todo o recente processo de regularização fundiária enquanto, tentando auxiliar de maneira participativa nos rumos e decisões da comunidade. É bem verdade que a pesquisa tem suas variações conjunturais que ora aproxima, ora afasta o pesquisador da comunidade, entretanto, a relação segue sendo construída, inclusive, através das “redes sociais na internet” (fruto, também, do cada vez mais crescente acesso a tecnologias digitais da sociedade).

Além do trabalho que antecedeu essa pesquisa, o signo de complementariedade está presente e também justifica esse trabalho, já que o mesmo se fortalece com o produto técnico profissional desenvolvido no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da Universidade Estadual de Feira de Santana, onde fora sintetizado um “EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos”.

Essa aproximação sensível com a comunidade, o projeto desenvolvido enquanto assistente técnico no passado, o olhar crítico enquanto técnico-pesquisador e o grande arcabouço de dados qualitativos e quantitativos que já haviam sido coletados em campo certamente motivaram o autor desse projeto a elaborar cientificamente sobre o tema.

Por fim, mas não menos importante, esse trabalho se justificou, respeitando o lugar de fala do autor, pela necessidade de valorizar e popularizar cada vez mais a cultura, a identidade, a resistência e a luta negra desse país, refletida, também, nas afirmações dos espaços quilombolas.

#### 1.4. O PAPEL SOCIAL DA UNIVERSIDADE E A INTERAÇÃO DO AUTOR COM O QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)

Como já mencionado, o projeto de pesquisa desenvolvido é uma continuidade da atuação do autor junto à comunidade quilombola de Rio dos Macacos, que se iniciou durante a realização de sua pós-graduação *lato sensu*, feita em 2013, na Universidade Federal da Bahia, por meio do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFBA), durante a Residência Profissional em Arquitetura Urbanismo e Engenharia (Pós-Graduação Lato Sensu). Neste inovador projeto, a atuação se dá por meio do curso de pós-graduação em Habitação e Direito

à Cidade, de caráter pluridisciplinar, gratuito, voltado para capacitação profissional e cidadã, em parceria com instituições de interesse público e movimentos sociais atuantes na área<sup>8</sup>.

Essa proposta pioneira de especialização está pautada na Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008<sup>9</sup>, que assegura às famílias de baixa renda, de áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social, como parte integrante do direito social à moradia. Para isso, além do curso (com duração de dezoito meses), a Residência abrange também atividades e trabalhos de campo para assistência técnica e elaboração de projetos, por meio de oficinas, pesquisa, planejamento, e outras atividades correlatas.

Cada residente determina sua área de intervenção, a comunidade que será beneficiada com um projeto e a metodologia participativa de atuação. Sem sombra de dúvidas, uma face da Residência Profissional é que a mesma resgata a tradição decisiva do papel da Universidade junto à sociedade, formando profissionais para intervir diretamente em situações conflituosas e problemáticas, auxiliando e empoderando tecnicamente grupos sociais que, em grande parte, seguem marginalizados em relação à promoção de políticas públicas oficiais. Outra face da Residência é que a mesma demonstra ao poder público a importância de se desenvolver projetos que de fato mobilizem comunidades e grupos sociais, e não que a participação social, quando existente, aconteça de maneira formal.

Todavia, para além do empoderamento e envolvimento comunitário, e a contraposição sobre a forma como o poder público geralmente atua, a formação de profissionais capazes de desenvolver metodologias e técnicas que coloquem a comunidade no centro das decisões e deliberações de seu projeto, bem como a capacitação para atuar e desenvolver equipes multidisciplinares de intervenção é o grande triunfo da Residência Profissional da Faculdade de Arquitetura da UFBA. Nesse sentido, cabe destacar que ao escolher a área e a comunidade do Quilombo Rio dos Macacos enquanto local de intervenção, a esperança comum em um mundo

---

<sup>8</sup> Informações disponíveis no portal da Pós-Graduação: <http://www.residencia-aue.ufba.br>. Acessado no dia 05 de janeiro de 2016.

<sup>9</sup> Reconhecida nacionalmente como Lei Nacional de Assistência Técnica à População de Baixa Renda, de autoria do falecido arquiteto e Ex-Deputado Federal pela Bahia, Zezéu Ribeiro.

justo e igualitário, que seja construído com os movimentos sociais e populares uniu três “residentes” e gabaritados tutores que construíram juntos uma intervenção social e profissional nessa comunidade<sup>10</sup>.

O fato dessa equipe de trabalho ter sido composta por profissionais de campos variados de formação e conhecimento demonstrou ser fundamental para a realização do processo de intervenção junto à comunidade. Registra-se que o desenvolvimento dos trabalhos do autor e da equipe pela Residência começou no segundo semestre de 2013, tendo sido concluídos e apresentados em sessão pública realizada (com a participação da comunidade na condição de banca examinadora) na UFBA em dezembro de 2014, obtendo máxima creditação na avaliação do projeto por parte da banca especializada, e, também, máxima creditação por parte de lideranças da comunidade pela condução e desenvolvimento dos trabalhos.

Coletivamente desenvolvemos oficinas, atividades de campo, demarcações e trabalhos cartográficos, etnomapas, e a sistematização de diversas informações em um Relatório Síntese da Comunidade. Esse documento foi fundamental para subsidiar os trabalhos individuais desenvolvidos por cada profissional. O mesmo material fornece ao autor dessa dissertação, também, um conjunto de dados qualitativos e quantitativos que foram aprofundados em seu mestrado, sempre respeitando (do ponto de vista autoral) todos aqueles que foram determinantes na construção desses dados, principalmente a comunidade envolvida.

O projeto desenvolvido pelo autor dessa dissertação – *Diretrizes Territoriais Preliminares para o Quilombo Rio dos Macacos* – chegou a estar em fase de alterações e adaptações para a execução, pois o mesmo serviu como base de reflexão e de dados para algumas proposições que estavam sendo desenvolvidas pela Secretaria de Promoção da Igualdade Social (SEPROMI-BA) no território.

---

<sup>10</sup> Com justa referência, a equipe de intervenção foi então composta pela Arquiteta e Urbanista Luana Figueiredo, que desenvolveu ao final um projeto arquitetônico para o Centro Comunitário, pelo Urbanista Leonardo de Souza Polli, autor dessa dissertação e que, à época, desenvolveu um “*Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais para o Quilombo Rio dos Macacos*”, e pela Geógrafa Paula Regina Cordeiro que, ao final da Residência Técnica, entregou à comunidade um “Plano Preliminar de Produção e Cultivo”. Registra-se ainda que o trabalho mencionado foi orientado pela Arquiteta Urbanista Maria Teresa do Espírito Santo que, na época, também era gestora da Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPROMI), com a Co-tutoria do Professor Fábio Velame, referência na questão da arquitetura quilombola.

Apesar do interesse inicial demonstrado por alguns órgãos estaduais, e pelo convênio firmado entre a RAU+E e a Sepromi, o projeto não teve continuidade para a execução e implementação. Em verdade, as ações seguem ocorrendo de maneira isolada e desarticulada. Não há um elemento (de planejamento) que una e coordene os projetos que são desenvolvidos na comunidade.

Se, por um lado, os convênios e a proximidade junto aos órgãos do Governo não se efetivaram, por outro lado, no dia 15 de janeiro de 2016, em um evento na comunidade, fora firmado um termo de cooperação técnica entre a UFBA, a Comunidade e os profissionais que desenvolveram os projetos<sup>11</sup>. É bastante simbólico saber que esse é o primeiro convênio oficialmente firmado entre a UFBA e uma comunidade quilombola. Esse convênio demonstra, inclusive, mais um pouco sobre a força e a rede de colaboração e cooperação que essa comunidade possui.

**Imagem 1** - Foto da celebração do Termo de Cooperação Técnica entre a UFBA e o Quilombo.



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016.

---

<sup>11</sup> A equipe de comunicação e jornalismo da Universidade Federal da Bahia fez a cobertura do evento, a matéria está disponível em <<https://www.ufba.br/noticias/primeira-turma-da-resid%C3%A2ncia-aue-entrega-projetos-no-quilombo-rio-dos-macacos>>, acesso feito no dia 18 de fevereiro de 2016.

Separar o trabalho de assistência à comunidade e as colaborações coletivas, o trabalho técnico e profissional desenvolvido e sistematizado no “EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos”, do desenvolvimento da dissertação não foi uma tarefa fácil. No entanto, a delimitação de um objetivo geral sólido, e as intenções específicas de investigação e aprofundamento bibliográfico auxiliaram o autor dessa pesquisa a desenvolver algo inédito, que contribua com os estudos quilombolas.

O fato concreto é que a experiência de trabalho multidisciplinar, as metodologias desenvolvidas e verificadas, os projetos entregues, e as necessidades, demandas e problematizações observadas nesse período fizeram com que o autor dessa dissertação seguisse a linha de pesquisa técnica, metodológica e científica sobre a questão territorial e identitária envolvendo comunidades quilombolas, mantendo o mesmo objeto de estudo outrora pesquisado.

#### 1.5. OS SUJEITOS DA PESQUISA: COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS (BA)

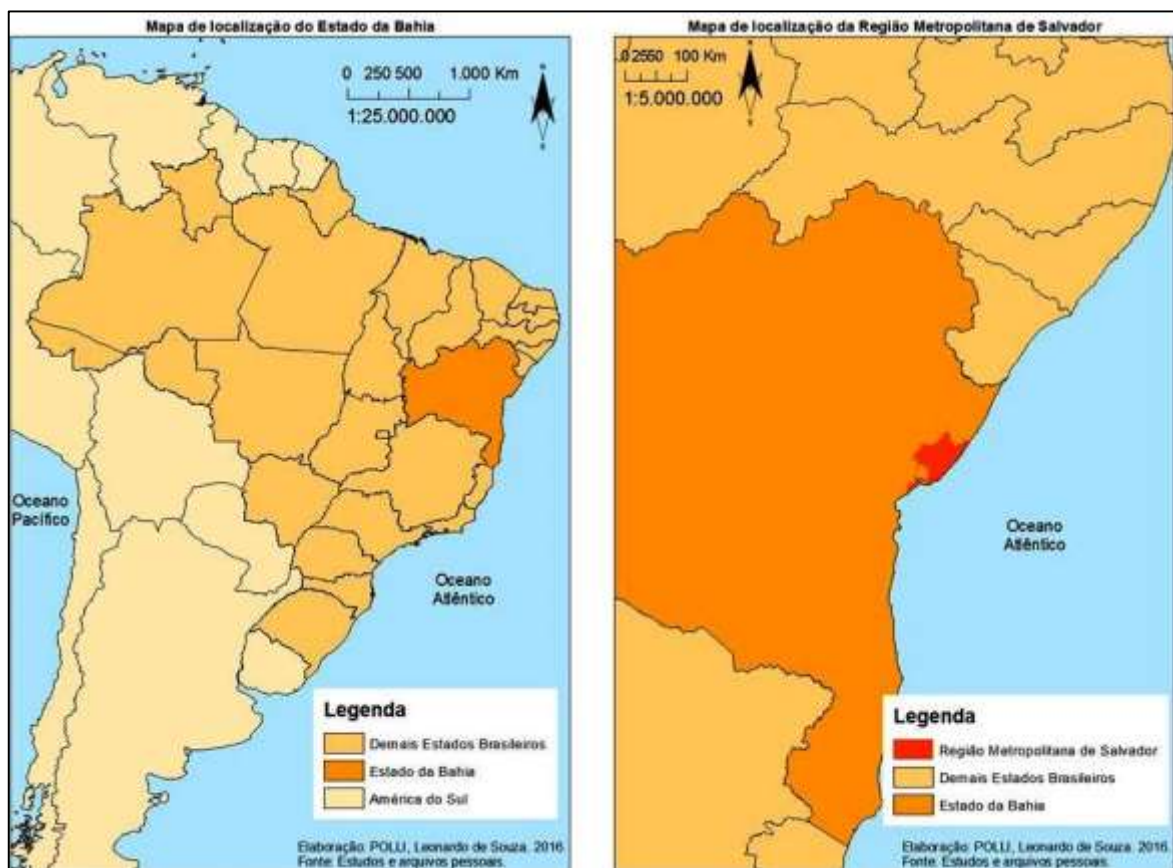
O estudo e a pesquisa referente à formação de um quilombo não são fáceis, e requerem metodologias e práticas específicas para tentar entender os processos históricos por trás da gênese de determinada comunidade. Para além da dificuldade de se buscar esse momento inicial de formações de grupos étnicos (muitas vezes centenários), é importante salientar que o modelo espacial concentrado e segregado do país, associado com a ausência de documentação e registro fundiário/imobiliário de posse, e as poucas condições humanas e físicas das instituições e autarquias públicas destinadas a tal procedimento dificultam o processo de reconhecimento e identificação dos quilombos no Brasil.

Se já são muitas as dificuldades para se chegar a uma conclusão de como se deu o início da formação de um determinado quilombo, analisar o mesmo em movimento histórico é tão complicado quanto. Apesar das dificuldades, esse estudo é fundamental para poder identificar e delimitar um quilombo no Brasil. Esse procedimento (que será melhor relatado na revisão bibliográfica desse trabalho) faz parte, inclusive, do processo de reconhecimento territorial (ou regularização fundiária) em benefício a determinada comunidade. Por conta disso, equipes compostas por sociólogos, antropólogos, agrônomos, engenheiros, historiadores, etc., são

estabelecidas, sob a tutela do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para realizar esse trabalho, denominado de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.

Essa breve introdução serve para reafirmar que o quilombo “Rio dos Macacos”, localizado na Região Metropolitana de Salvador (Mapas 1 e 2) é o objeto de pesquisa desse trabalho. A história da comunidade que baseou as análises e estudos desse trabalho teve como principal fonte o Relatório Antropológico presente no “RTID do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos”, desenvolvido pelo INCRA em 2012<sup>12</sup>.

**Mapas 1 e 2:** Mapa de localização do Estado da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador.



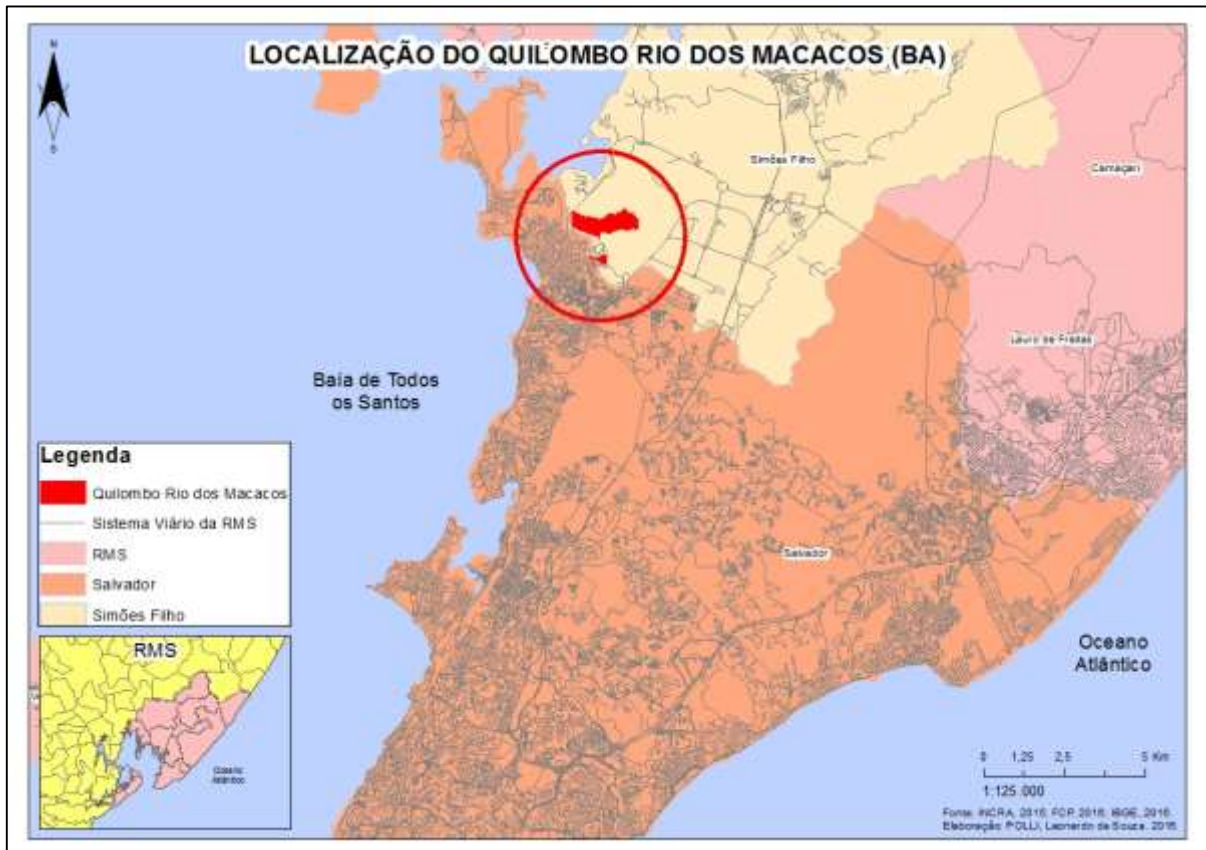
Fonte: Base de dados do IBGE e Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Elaboração do Autor. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

<sup>12</sup> O trabalho foi coordenado pela antropóloga Maria Ester Pereira Fortes. O relatório em questão foi desenvolvido a partir de metodologias participativas com membros da comunidade e pessoas da região, envolvendo atividades de oficinas, entrevistas, depoimentos, trabalhos de campo, fotografias e lembranças relatadas. Para além disso, fora pesquisado todo o acervo documental disponível no Comando da Base Naval de Aratu – de posse da Marinha – pesquisas em cartórios imobiliários da Região, em arquivos públicos e também nos arquivos das Igrejas de Periperi e de Nossa Senhora dos Mares, em Salvador.



O Capítulo 3 dessa dissertação se debruça em falar especificamente sobre essa comunidade. O objetivo de já apresentar e falar sobre os sujeitos sociais e o espaço pesquisado nesse trabalho consiste, fundamentalmente, em demonstrar aos leitores que desconhecem essa comunidade sobre de onde se estruturam as análises e pensamentos desse trabalho. O “Mapa 3”, demonstrado a seguir, apresenta, por exemplo, a localização do território pesquisado diante de um espaço extremamente adensado na região metropolitana de Salvador, que pode ser observado a partir da presença de uma densa malha e estrutura viária no local.

**Mapa 3:** Mapa de localização do Quilombo Rio dos Macacos em relação a RMS<sup>13</sup>



Fonte: Incra (2012); IBGE (2016); FCP (2016) e Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. INCRA (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Registra-se aqui a opção pela construção de mapas que apresentem o quilombo pesquisados e o seu território sempre buscando cores vibrantes e pulsantes,

<sup>13</sup> A poligonal refere-se ao determinado pelo Relatório Técnico de Identificação e Delimitação desenvolvido pelo INCRA em 2012, reconhecendo que a comunidade possuía uma área de 301 hectares.

tal qual são os quilombolas de Rio dos Macacos. Em verdade, esses mapas podem ser compreendidos como elementos centrais desse trabalho, e, sendo assim, além de comporem o corpo textual dessa dissertação em impressão convencional, tamanho A4 (21cm x 29,7cm), uma publicação mais aprimorada foi desenvolvida pelo autor no EtnoAtlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA).

## 1.6. METODOLOGIA

Alguns procedimentos metodológicos de investigação foram utilizados para a produção dessa dissertação, sempre em consonância com os objetivos gerais e específicos apresentados. Para tanto, além da revisão teórica, foi necessário também fazer uma sistematização da jurisprudência e das políticas públicas voltadas para os povos e comunidades tradicionais no Brasil e na Bahia, fazendo um recorte específico em relação às comunidades remanescentes quilombolas.

Por ser a comunidade quilombola do Rio dos Macacos os sujeitos de estudo e análise dessa dissertação, foi necessário também fazer uma sistematização dos dados quali-quantitativos disponíveis da comunidade (do ponto de vista histórico e atual) e do território em questão, consultando órgãos governamentais e jurídicos, programas de pesquisa e extensão de universidades, assessorias do movimento, conversando com lideranças comunitárias e, principalmente, sistematizando as informações já obtidas pelo autor desse projeto nos já mencionados trabalhos até então desenvolvidos do autor.

A partir desse arcabouço, a metodologia foi desenvolvida a partir da relação técnica e social, permitindo aliar o trabalho participativo com o objetivo geral a ser alcançado, colocando a comunidade como importante ente envolvido nas produções técnicas e científicas. Ninguém melhor do que a comunidade pesquisada para descrever os processos históricos e atuais da comunidade. Além de terem sido forjados nessa história, eles são os maiores observadores e agentes do seu território, ou seja, um olhar exógeno de um pesquisador jamais poderá excluir nas suas reflexões os entendimentos simbólicos construídos pela comunidade. Nesse sentido a realização de oficinas, seminários didáticos, entrevistas e “rodas de conversas”, e momentos de avaliação metodológica foram fundamentais.

Essas oficinas foram imperativas para desenvolver participativamente a elaboração de mapas temáticos, usando imagens de satélites, juntamente com bases cartográficas (limites municipais, rede hidrográfica, áreas de proteção ambiental, limites de terras quilombolas) oficiais da comunidade. A relação de ensino e aprendizagem foram estabelecidas de maneira extremamente horizontal, aprendia muito mais do que compartilhava informações. É bem verdade que as condições e capacidades técnicas e científicas possuem um recorte social e econômico muito grande, e que as produções dessas ordens de conhecimento não são apropriadas de maneira igualitária por todos. Sendo assim, fez parte dessa construção metodológica tentar, ao máximo, capacitar os envolvidos em entender, preservar, gerir e planejar seu território também do ponto de vista técnico.

Esse entendimento não é uma novidade dessa dissertação. Em verdade, as pesquisas participativas já englobam uma variedade de metodologias e relacionamentos que propiciam um maior envolvimento dos povos locais na pesquisa científica. De acordo com Derek Smith:

Um dos objetivos principais do processo de pesquisa participativa é o treinamento de representantes locais e a aplicação dos resultados obtidos aos problemas identificados pela comunidade (..), que são investigados para produzir conhecimento compreensível para a população local e para os de fora” (SMITH, 2003. Pag. 333 – tradução própria).

Esse é, por tanto, o eixo metodológico de desenvolvimento desse trabalho. Assim sendo, serão resgatadas considerações feitas por alguns defensores dos mapeamentos participativos, principalmente sobre territórios indígenas<sup>14</sup>, como Herlihy e Knapp (2003), Chapin (2005), Ataíde e Martins, (2005); Denniston (1994) e Smith (2003), Anjos (2006).

Melhor conceituados na revisão teórica, cabe destacar que o eixo técnico e metodológico desse trabalho se deu a partir da interação do etnomapeamento enquanto método, e do geoprocessamento enquanto técnica para se chegar a representação espacial do território quilombola pesquisado.

---

<sup>14</sup> Também considerados como povos e comunidades tradicionais no Brasil, e como povos e comunidades tribais pela convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. Observe-se que as metodologias participativas junto a povos indígenas foram mais estudadas e difundidas no meio científico.

Nesse ínterim, a partir da confecção dos etnomapas, e da sistematização das informações já obtidas em trabalhos anteriores (POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014), visitas a campo complementares foram realizadas para marcar os pontos e as coordenadas geográficas de novos locais indispensáveis de serem demarcados, não apontados em trabalhos anteriores. Para tal efeito, o envolvimento comunitário seguiu sendo fundamental, muito por conta do conhecimento territorial que possuem.

Nessas visitas a campo, os pontos foram registrados através de equipamentos com *Global Positioning System* (GPS). Para além da marcação de pontos dentro do território, o entorno foi percorrido objetivando fazer um cadastramento dos equipamentos relacionados com a infraestrutura urbana e social disponível nas proximidades da comunidade. Posteriormente, essa etapa metodológica se encerrou com a construção de uma base de dados, através de um Sistema de Informações Geografias (SIG).

Ao final desse processo, todos os dados coletados refletem a construção de uma base cartográfica que compreende mapas temáticos (utilizando o QuantumGIS<sup>15</sup>), a modelagem digital do terreno e das informações coletadas e o cadastramento geral das malhas do entorno da comunidade (utilizando o Google Earth Pro<sup>16</sup> e o SketchUP 2017<sup>17</sup>), e as etnocartas que refletem o conhecimento sensível da comunidade com o território. Com esses materiais, a criação de um SIG para posterior publicação e divulgação será percorrido, disponibilizando todo esse material em plataforma Web.

A aplicação da metodologia de estudo de caso, que foi escolhida como forma de criar e experimentar esse processo de investigação foi realizado em apenas um território quilombola, e possibilitou avaliar cada elemento desenvolvido. Faz parte dos desdobramentos desse trabalho verificar, também, se o mesmo pode auxiliar enquanto referencial metodológico, técnico e científico outros trabalhos envolvendo comunidades étnicas e o processo de afirmação e visibilidade territorial.

---

<sup>15</sup> Software com código de licença aberto para criar, editar, visualizar, analisar, publicar e imprimir informações geográficas. Desenvolvido pelo QGIS Development Team, desde 2002.

<sup>16</sup> Software de licença gratuita disponibilizado pela Google Inc.

<sup>17</sup> Desenvolvido e comercializado pela Trimble®, o software utilizado foi com a licença de estudante disponibilizada pela companhia.

## 1.7. ESTRUTURA DO TRABALHO

A estrutura dessa dissertação é composta por seis capítulos, sendo o Capítulo 1, essa introdução.

O Capítulo 2 – APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS descreve uma breve reflexão sobre a linha teórica que o autor desse trabalho utiliza para estabelecer parâmetros sobre a questão quilombola. Acredita-se que, por se tratar nesse trabalho de um tema que deve ter sua discussão cada vez mais difundida, é fundamental estabelecer os parâmetros da discussão quilombola aqui trabalhada.

Não obstante, é nesse capítulo também que é apresentado uma sintetização das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas, especificamente à questão territorial, apresentando também reflexões sobre o atual estágio dessas políticas.

O Capítulo 3 – O QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA) contém o arcabouço condensado da história e do presente desse quilombo, a partir de relatórios antropológicos e a visão dos sujeitos que construíram e nessa comunidade.

O Capítulo 4 – O ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO, O GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA irá descrever sobre o desenvolvimento da metodologia do etnomapeamento na comunidade, realizada em grande parte durante o período da Residência AU+E, apresentando os etnomapas e as informações coletadas a partir das questões sensitivas e de percepção da comunidade pesquisada. Esse capítulo demonstrará também a atividade técnica de geoprocessamento das informações levantadas a partir dos trabalhos de campo desenvolvidos.

O capítulo 5 – SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA) irá apresentar os mapas e demonstrar como os mesmos, ao serem construídos de maneira participativa podem vir a auxiliar no processo de planejamento do espaço, e no desenvolvimento de diversas atividades.

O Capítulo 6 – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS pretende sistematizar os resultados obtidos e observados no desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao final dessa dissertação, serão encontradas as referências bibliográficas trabalhadas e contextualizadas nesse trabalho.

## 2. APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS

Primeiramente, deve-se reforçar que a questão quilombola brasileira está diretamente associada ao período de escravidão que assolou a América Latina a partir da chegada dos europeus no continente americano em 1492, que resultou em uma exploração brutal dos recursos naturais e humanos dos que aqui habitavam ou dos que foram contrabandeados do continente africano para esse “novo mundo”. Ou seja, o Brasil e o continente possuem, em sua história, um passado comum de escravidão, que ora foi estabelecida a partir da “colonização” dos povos tribais aqui residentes, ora fora estabelecida a partir do contrabando de negros vindos do continente africano.

Esse passado comum deixou, evidentemente, marcas comuns entre os países que foram assolados pela escravidão. Além de todo o contexto de exploração e escravização do período colonial, e as marcas e as evidências da desigualdade econômica, social e geográfica determinada (de maneira desigual entre as diferentes localizações e contextos) por um sistema econômico marcado pela exploração e pela segregação, nos países da América do Sul e Latina, existe no continente como todo um agravante étnico racial que faz com que se dispare as desigualdades envolvendo grupos étnicos (indígenas e comunidades ancestrais, sejam nativas ou contrabandeadas) e a população não-negra.

Os elos comuns dessas comunidades geralmente estão associados a questões de luta pela sobrevivência e a afirmação e territorialização de suas etnias. Além da luta pela sobrevivência ser um elemento em comum entre os grupos étnicos da América Latina, a tradicionalidade e os costumes voltados ao cultivo rural, ao trabalho com a terra, a coletivização de suas produções e os rituais próprios e específicos determinam, também, essa aproximação étnico-cultural.

Evidentemente nem todas as comunidades negras e rurais são iguais. Não é assim no Brasil, e nem tão pouco será no continente. Na verdade, passados mais de um século do fim da tardia abolição brasileira, muito se mudou em relação à esses grupos. Novas formas, contextos geográficos e processos históricos determinaram uma variedade gigantesca de grupos étnicos no continente. Sendo assim, salvo as devidas proporções e particularidades, os quilombos no Brasil podem ser comparados como os *Marroones* no Suriname e no Equador, ou os *Palenques* em Cuba e na Colômbia (conforme apresentado no Mapa 4).

**Mapa 4:** Mapa dos países da América Latina com Comunidades Afro Rurais Reconhecidas



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

De fato, existe uma ancestralidade histórica comum entre esses diversos agrupamentos étnicos, entretanto, quando discutimos sobre o signo atual do conceito quilombola já não mais associamos esses agrupamentos étnicos exclusivamente aos pensamentos que remontam diretamente o período escravagista. Ou seja, o ponto de partida não é outro, senão o catastrófico período escravagista, mas a atualidade é muito mais abundante de conceitos, processos e formas.

Essa dissertação entende por comunidades quilombolas os grupos étnicos formados não só por grupos descendentes de escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro – que teve fim com a lei de alforria de 13 de maio de 1888 –, mas também por aqueles ex-escravos (ou demais setores empobrecidos), se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade, oficializado a partir da Lei de Terras nº 601 de 1850<sup>18</sup>, e aprofundado, em grande parte, durante todo o século XX.

Nesse sentido, salienta-se que os quilombos se constituíram na história a partir de inúmeros processos, apoiando-se no pensamento contemporâneo sobre quilombos, exposto por SCHMITT:

Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. (SCHMITT et al, 2002, p. 2).

Ou seja, além do elemento histórico de formação dos quilombos (geralmente ligados a questão escravagista), o pensamento contemporâneo observa que o território onde os quilombolas se estabeleceram varia em diversos contextos espaciais

---

<sup>18</sup> A Lei de terras, como ficou conhecida a lei nº 601 de 1850, foi a primeira iniciativa no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil. Na verdade, essa lei tratava (e trata) prioritariamente sobre as terras devolutas da União, e formalizava o repasse aos grandes proprietários ou grupos políticos com influência para adquirir tais terras. Foi, então, a primeira lei a “distribuir posses definitivas de terras que até então não tinham donos legais, mesmo abrigando comunidades e agrupamentos étnicos, por exemplo. Além do mais, esta lei estabelecia também a compra como única forma de acesso à terra. Muito embora não tenha sido revogada formalmente, considera-se que a mesma foi derogada quando da edição da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o “Estatuto da Terra”) que trata do mesmo assunto e mantém de certa forma, diretrizes similares.



e cenários sociais e econômicos. Os quilombos se diferenciam no seu processo de formação, e na sua morfologia física, social e econômica. Por conta disso, é possível observar diferentes contextos e formas quilombolas, os mesmos podem se apresentar como: pequenos ou grandes; populosos ou não; em áreas rurais, urbanas ou metropolitanas; nos biomas do cerrado, caatinga ou mata atlântica; já com a certificação quilombola e a posse da terra, ou não; ocupadas por etnias negras, não-negras e outras; etc.

Por conta dessas diferenças processuais de formação (histórica, social, econômica e física), o padrão que unifica a questão quilombola não pode ser a sua forma física e contexto geográfico, nem tão pouco os inúmeros processos de formação de áreas de quilombo. Seguindo a Associação Brasileira de Antropologia, a mesma define os quilombos como grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar<sup>19</sup>. A ABA define os quilombos, portanto, de uma maneira que acaba por incorporar os elementos contemporâneos da discussão.

[...] portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994, p. 2).

Salienta-se que essa nova conceituação estabelecida pela ABA colocou em um novo patamar as discussões sobre comunidades quilombolas, principalmente em relação à sua dinâmica e complexidade. De maneira geral, essa contextualização contemporânea expõe e contradiz a concepção histórica de quilombolas do Conselho Ultramarino Português – que definiu, em 1740, como sento “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” –, ou os pensamentos puramente racistas que apontam todo o poder, a força e a identidade quilombola ao espaço do “*negro*

---

<sup>19</sup> A definição proposta pela ABA representou um avanço teórico e prático para os estudos que permeiam essa temática, indicando um esforço no sentido de abandonar o conceito de quilombo definido em 1740 pelo Conselho Ultramarino, o qual definia como quilombo “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (SCHMITT et all, 2002, p. 1).

*escravizado*”. O pensamento contemporâneo determina, então, o quilombo como uma junção identitária de costumes e práticas em um espaço tradicionalmente ocupado por um agrupamento étnico. Assim, em consonância com os conceitos já dispostos, Ilka Boaventura Leite (2008) complementa essa discussão ao afirmar que

A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, no início do processo constituinte, era pouco conhecida. Ela passou a ser veiculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir às áreas territoriais onde passaram a viver os africanos e seus descendentes no período de transição que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888. Além de descrever um amplo processo de cidadania incompleto, veio também sistematizar um conjunto dos anseios por ações em políticas públicas visando reconhecer e garantir os direitos territoriais dos descendentes dos africanos capturados, aprisionados e escravizados pelo sistema colonial português. (LEITE, 2008, p. 969)

E é esse pensamento contemporâneo que está presente na legislação brasileira (CF/88), quando a mesma afirma a existência de diversidade cultural e de organização dos quilombos, sendo, portanto, reconhecido que no conceito de “comunidade quilombola” existem variações, ocasionadas pela relação particular estabelecida com o lugar e com os diferentes contextos históricos. Sobre os quilombos, Hebe Mattos afirma:

Eles têm claramente uma origem recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, nos quais a pastoral da terra, Igreja Católica, movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira que, no pós-redemocratização, ocuparam papel especial. Entretanto, há claramente também uma origem remota, fortemente ancorada na formação de um setor de bases camponesas, formado por escravos libertos e seus descendentes no contexto de desagregação da escravidão e de sua abolição no Brasil, que permite tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e reivindicarem-se como quilombolas. (MATTOS, 2006, p.108).

Sobre esse tema, por fim, ainda é importante reforçar que esse entendimento contemporâneo de quilombo jamais negará a relação com o passado escravagista brasileiro. Como já mencionado, o passado escravocrata tem uma relação direta com as bases de uma sociedade desigual em diversos aspectos (econômicos, sociais e geográficos), mas que todos são agravados pelas diferenciações étnico raciais, que

determinaram, sobre esse tema, a relação com a origem e a condição atual de posse das terras e propriedades brasileiras, sejam elas no meio rural ou urbano.

## 2.1. IDENTIDADE TERRITORIAL E RELAÇÕES DE PODER: UM MARCO TEÓRICO PARA A QUESTÃO QUILOMBOLA NO BRASIL

Começo por afirmar que a identidade de um quilombola está diretamente vinculada ao seu território e a forma de coletivizar e organizar (com seus pares) a sua produção e vida social. A questão central de entendimento dessa dissertação consiste em analisar e conceber o território para além das regulamentações espaciais, mas também como determinante no processo de sobrevivência comunitária e cultural de uma população, e pode ser, então, considerado como lugar onde foram e seguem sendo produzidas “novas ordens de vida, organização social e formas de portar-se, sentir-se e situar-se no mundo” (NASCIMENTO, 2007, p.116). Acrescenta-se ainda que seja nesse território que os habitantes enfatizam a sua condição de coletividade, definidas pelo compartilhamento de um espaço e de uma identidade comum. Nesse sentido, cabe ressaltar que:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo, mas em diferentes graus de correspondência e intensidade, uma dimensão simbólico-cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta, de caráter político disciplinar: o domínio do espaço pela definição de limites ou fronteiras visando a disciplinarização dos indivíduos e o uso/controlado dos recursos aí presentes. (HAESBAERT, 1997, p. 42).

Rogério Haesbert (2004), notório geógrafo nacional, aponta esse binômio (dimensão simbólico-cultural e dimensão político-jurídico) quando resgata em Lefebvre (1986) a distinção entre apropriação e dominação. Apropriação remete a um entendimento simbólico, que carrega marcas do espaço “vivido”, relacionado diretamente ao “valor de uso”. Já o segundo, parte de uma hierarquização hegemônica, com um sentido mais concreto, relacionado a um “valor de troca” desse espaço ou propriedade.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se

presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412)

Ou seja, a concepção de território que Haesbaert traz é de uma dimensão espacial que se revela em processos de dominação mais concretos, tanto pela produção material quanto em termos jurídico e políticos. Todavia, o mesmo é também um espaço apropriado em termos imateriais na produção de identidade, subjetividade e simbolismos.

Esse entendimento é central, pois por se tratar nessa dissertação de um grupo específico, territorializar-se possui de maneira latente essa dimensão simbólica e cultural, determinada pela identidade, e não exclusivamente pelas determinações e imposições históricas. Para tanto, Arruti (2008) traz definições precisas em relação aos conceitos levantados nessa dissertação. Para ele, quilombos são:

Grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida em um determinado lugar, (...) cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. (ARRUTI, 2008, p. 2-3)

Nesse sentido, eles constituíram “grupos étnicos”, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meio empregados para indicar afiliação ou exclusão”, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação do espaço, “que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em um território a partir de relações de solidariedade e reciprocidade” (ARRUTI, 2003, p.23).

Ainda sobre território, Milton Santos já o relacionava com a questão identitária, quando afirmou que o território usado é o chão mais a identidade. Ou seja, o território representa união, de fato é o lócus do acontecer da sociedade (SANTOS, 1999). Por se tratar desse “lócus” de acontecimento da sociedade, cabe ressaltar que o território também encontrou amparo nos debates e nos discursos das ações coletivas, e especialmente dos movimentos sociais, que têm se apropriado dele para formulação de estratégias de luta e reivindicação de seus direitos, esse processo de unidade identitária em um espaço físico determina-se enquanto um processo de territorialização.

Assim, em consonância com os conceitos já dispostos, Ilka Boaventura Leite (2000) complementa essa discussão ao afirmar que a condição de remanescente de quilombo é então o modo de vida coletivo, a participação de cada um no dia a dia da vida em comunidade. Não é a terra, portanto, o elemento exclusivo que identificaria os sujeitos de direito, mas sua condição de membros do grupo. Simone Rezende e Lisangela do Nascimento (2012) complementam essa discussão ao afirmar que a condição de remanescente de quilombo é definida de forma “dilatada, que enfatiza os elementos de identidade e território”. Ou seja:

Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida, no caso, o quilombola. [Por outro lado], não tem como ser negado o processo político que envolve o tema, partindo do empoderamento da identidade quilombola em relação a um território. (NASCIMENTO & REZENDE, 2012, p 35. Grifo do autor)

Deve-se registrar também que a ideia de territorialização não pode estar desassociada do pensamento construído ao redor das lutas por direitos e reconhecimentos sociais historicamente renegados para aqueles que se encontram em diversas condições de vulnerabilidade social, econômica, territorial e ambiental. Diante de toda problemática envolvendo a questão agrária e urbana brasileira, não é possível desassociar a luta quilombola desse contexto geral de exigência do direito básico ao “espaço”. Nesse sentido, citando Almeida (2006), Agripino Souza Coelho (2013) apresenta que o mesmo:

Discute o papel do processo de territorialização nas lutas dos movimentos sociais, como componente de reconhecimento político dos agentes sociais e de suas “terras tradicionalmente ocupadas”<sup>20</sup>. Para o autor, as “comunidades tradicionais” expressam formas diversificadas de organização social e de apropriação dos recursos da natureza que conformam territorialidades específicas, estabelecidas através de relações de poder e na afirmação de identidades (COELHO, 2013, p.70).

---

<sup>20</sup> As “terras tradicionalmente ocupadas” equivalem às formas de reconhecimento das diferentes modalidades de apropriação dos recursos naturais, contemplando uma diversidade de figuras jurídico-formais. O autor trabalha com algumas categorias: Povos Indígenas, Quilombolas, Seringueiros e castanheiros, Quebradeiras-de-coco babaçu, Pescadores, Ribeirinhos, Atingidos por Barragens, Fundos de Pasto e Faxinais (COELHO, 2013 apud ALMEIDA, 2004).

O geógrafo Agripino Coelho ainda é mais enfático sobre o tema, quando diz que:

Nesse sentido a territorialidade é um fundamento desse processo de luta e afirmação, um componente acionado pelos grupos sociais. O autor aponta para uma particularização dos direitos e do reconhecimento da existência dos agentes sociais e de suas territorialidades em diversos instrumentos legais da União, estados federados e municípios como resultado da mobilização e organização dos movimentos sociais. Nesse processo, o acionamento do conceito de território tornase um expediente cada vez mais recorrente e eficaz na viabilização dos pleitos desses grupos sociais. (COELHO, 2013, p.70).

Se a territorialidade é, então, entendida como elemento de luta e afirmação, ela é associada nessa dissertação com um real processo de disputa de poder, expresso no empoderamento de um grupo – no caso, o quilombola – em seu território. Aqui o poder é entendido na concepção que é dada por Foucault, essa dissertação entende que o poder não existe enquanto algo definido, mas sim:

(...) como um feixe de relações, mais ou menos organizado, mais ou menos piramidalizado, mais ou menos coordenado (...), que existe em si, (...) não se dá, não se troca nem mesmo se retorna, só existe em ação (...) é, acima de tudo, uma relação de força. (FOUCAULT, 1992, p. 175)

Ou seja, para o filósofo trata-se, portanto, de pensar o poder como algo dinâmico, em disputa e em constante interação na sociedade e no Estado. Sobre isso, o Estado é aqui compreendido como sendo um conjunto de instituições políticas, econômicas, ideológicas e coercitivas, que é gerido, organizado e dominado por grupos (ou classe) hegemônicos, que tem na base de suas ações a preservação da propriedade privada do *espaço*<sup>21</sup> e dos *meios de produção*<sup>22</sup>. (SANTOS, 1999, pág. 6).

---

<sup>21</sup> O espaço pode ser definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (instrumentos do Trabalho) e sistemas de ações - práticas sociais. (SANTOS, 1999, pág. 6)

<sup>22</sup> Cada modo de produção constitui uma etapa na produção da história e se manifesta pelo aparecimento de novos instrumentos de trabalho e novas práticas sociais. Como produzir e produzir espaço são sinônimos, a cada novo modo de produção (ou a cada novo momento do mesmo modo de produção) mudam a estrutura e o funcionamento do espaço. (Idem)

Trazer um pensamento embasado nessa relação entre produção e espaço é fundamental para entender as disputas de poder na sociedade. Afinal, o espaço (re)produz-se, então, como produto e condição geral do processo produtivo<sup>23</sup>. (CARLOS, 2008).

Aqui não se pretende inferir um novo conceito extremamente denso e que requer outras análises. O “espaço” enquanto conceito (e a produção do mesmo) exige algumas complementariedades que não são aqui apresentadas, mas que podem ser melhor observadas na relação entre “espaço, poder e território” feitas por Claude Raffestin (1993), em “Por uma Geografia do Poder”, onde ele demonstra que de fato, espaço e território não são termos equivalentes, e que geram inúmeras confusões teóricas entre os analistas da área. Para o autor:

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao apropriar de um espaço concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço. Lefebvre mostra muito bem como é o mecanismo para passar do “espaço ao território: "A produção de um espaço, o território nacional, espaço físico, balizado, modificado, transformado pelas redes, circuitos e fluxos que aí se instalam: rodovias, canais, estradas de ferro, circuitos comerciais e bancários, auto-estradas e rotas aéreas etc.". O território, nessa perspectiva, um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si. (RAFFESTIN, 1993, p. 2)

Acredito que a perspectiva de Milton Santos auxilia a problematizar genericamente a questão, sobretudo para compreender o que quero dizer sobre o fato de que a relação entre Espaço e Território, se dá através do Poder. Segundo o autor, “o espaço é formado de objetos”, onde se relacionam o processo de produção (“trabalho”) e de circulação dentro deste mesmo espaço, relacionando estes objetos

---

<sup>23</sup> Essa forma de pensamento não é linear ao trabalho, mas se manifesta a partir de um acordo teórico do autor com o pensamento estruturalista de que a estruturação do “espaço” se dá, no capitalismo, de forma a permitir a circulação da mercadoria, da matéria-prima e da mão de obra, bem como a viabilização do processo produtivo. Todavia, o processo de (re)produção do espaço é, ao mesmo tempo, condição e produto da (re)produção humana. CARLOS, Ana Fani Alessandrini, A (Re)Produção do Espaço Urbano, 1ª ed., São Paulo, EDUSP, 2008.

com o tempo de circulação e o lugar da produção (SANTOS, 1996, p. 55). Ao mesmo tempo, pode-se considerar o Espaço como sendo:

(...) formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerado isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada de objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 1996, p. 63).

Por trás de toda essa formação espacial baseada pela técnica, a ação hegemônica dos grupos dirigentes do Estado, de certa forma, garantiram e seguem garantindo as condições básicas para a (re)produção capitalista do espaço, em detrimento das afirmações humanas e identitárias. O resultado desse processo é que, do ponto de vista humano, a observação do “território” retrata um espaço mundialmente e localmente dividido, diferenciado, segregado, hierarquizado e antagônico.

O resultado de todo esse processo de (re)produção do espaço foi a formação de cidades e territórios “fazedoras” de miséria, pobreza e segregação social. Ou seja, a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico (sistema capitalista) de que é suporte como por sua estrutura física que transforma seus habitantes em pessoas ainda mais pobres. “A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial” (SANTOS, 1994, p.10).

Entretanto, apesar de toda a relação superestrutural hegemônica de uma sociedade capitalista, quase que inevitavelmente, alguns processos contra hegemônicos, independentemente da escala e dos resultados, ocorrem. Essas pequenas transformações são verdadeiras disputas de poder que ocorrem dentro da sociedade.

E por conta disso, na visão do autor dessa dissertação, o pensamento sobre *poder* desenvolvido por Foucault é capaz de ser utilizado como o “*poder*” que descrevo nessa pesquisa. Como poderia ser explicado, afinal, que agrupamentos de, em grande



maioria, não letrados e despossuídos de grandes patrimônios histórico e atual de poder econômico e político conseguissem, de pouco a pouco, conquistar direitos reparatórios, sociais, territoriais, etc?

Como, de pouco a pouco, lideranças quilombolas se tornaram parlamentares? Leis e planos sobre esse grupo étnico foram desenvolvidas e oficializadas? Verbas destinadas a políticas reparatórias foram autorizadas? Algumas demarcações territoriais de espaços quilombolas foram realizadas?

Sobre isso:

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente, e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2004, p. 193)

Somente desassociando o conceito de poder à opressão (ou controle, dominação) é possível entender o significado da força quilombola na disputa de poder, quando o mesmo realiza a ação de territorializar-se (território mais identidade comum), e, a partir desse movimento concreto, modificar as relações estabelecidas, porém dinâmicas, de poder. Foucault afirma ainda que:

Eu não quis absolutamente identificar poder e opressão. Porque? Primeiro porque penso que não há um poder, mas numa sociedade, existe relações de poder extraordinariamente numerosas, múltiplas, em diversos níveis, onde umas apóiam-se sobre as outras, e onde umas contestam as outras. Relações de poder muito diferentes vêm atualizar-se dentro de uma instituição; por exemplo, nas relações sexuais, nós temos relações de poder, e seria simplista dizer que estas relações são a projeção do poder de classe. Mesmo de um ponto de vista estritamente político, (o fato acontece) em certos países do Ocidente, o poder, o poder político é exercido por indivíduos ou classes sociais que não detêm absolutamente o poder econômico. Estas relações de

poder são sutis, a diversos níveis, e nós não podemos falar de um poder, mas antes descrever relações de poder (FOUCAULT, 2001, p. 1510).

Em resumo, Foucault considera como poder toda relação que “compromete o ser humano”. Vendo por este ângulo, toda ação do cotidiano, mesmo a menor e a mais banal, constitui uma relação de poder. Não que aqui seja expressa como algo banal, mas, territorializar-se é, por tanto, também uma relação de poder, uma ação comprometida de um determinado grupo social que modifica, de pouco em pouco, as estruturas e as entranhas de uma sociedade brasileira marcada pela segregação racial, social, espacial e cultural.

Trazendo novamente Coelho (2013), o feixe de relações de poder pode ser traduzido como um sistema de redes de organização social como um produto de relações sociais com forte conteúdo político e econômico.

[podem ser vistas] Enquanto redes de relações tecidas por indivíduos, grupos e organizações sociais, que se mobilizam e se articulam para produzir coletivamente, lutar pelos interesses das classes sociais que representam, reivindicar recursos públicos, interferir nas decisões governamentais, construir práticas de socialização, desenvolver projetos compartilhados, viabilizar atividades solidárias de ajuda mútua, intercambiar informações e saberes, dentre outras práticas que envolvem um feixe de relações sociais, podemos pensar que o poder lhes é imanente, consubstanciando-se, portanto, no desenvolvimento dessas relações (COELHO, 2013, p. 302. Grifo próprio).

Ainda sobre isso:

Desse modo, nos parece factível pensar que as relações sociais de poder conformam as redes de organizações sociais, que por sua vez, constituem-se em expressões dessas relações de poder. As organizações-rede (...) podem ser entendidas como cristalizações das relações de poder, que se manifestam como efeito das relações sociais assimétricas e das desigualdades sociais, como aquelas que descrevemos no capítulo terceiro e que denominamos de permanências (COELHO, 2013, p. 302-303).

A assimetria que Coelho (2013) apresenta enquanto poder relacional dialoga perfeitamente com o que aqui se expressa nessa dissertação. Foi a territorialidade quilombola que afirmou (diante das relações sociais assimétricas e das desigualdades sociais no Brasil), então, o valor desse grupo étnico no país, e isso fica expresso no

avanço nas últimas décadas em relação às compreensões e as políticas destinadas a esse grupo social.

Falo sobre a compreensão e o advento, por conseguinte, de uma série de leis, programas e políticas públicas destinadas a esse grupo étnico pois compreender esses dois elementos é fundamental para entender os dois objetivos dessas ações do Estado em relação às comunidades quilombolas: o primeiro tem a ver com a necessidade de se reparar historicamente essas comunidades de todo o processo de marginalização e segregação que um país com fortes resquícios escravocratas proferiu, reconhecendo seus direitos fundamentais e básicos para a sua existência e desenvolvimento; e, em segundo lugar, valorizar a importância dos quilombos na história da formação cultural brasileira.

Não há dúvidas, por tanto, que a territorialidade é um fundamento desse processo de luta e afirmação, ou seja, é um componente acionado pelos grupos sociais numa real disputa de poder dentro das relações do Estado. Arruti (2008) aponta para uma particularização dos direitos e do reconhecimento da existência dos agentes sociais e de suas territorialidades em diversos instrumentos legais da União, estados federados e municípios como resultado da mobilização e organização dos movimentos sociais. Nesse processo, o acionamento do conceito de território torna-se um expediente cada vez mais recorrente e eficaz na viabilização dos pleitos desses grupos sociais.

Entender a teoria contemporânea sobre quilombos é fundamental, e desdobrar os pensamentos que aqui foram ilustrados segue sendo um desafio de pesquisa do autor. Longe de apresentar uma revisão literária, ou algum apontamento bibliográfico que preencha alguma lacuna teórica, trago nessa dissertação a sequência de pensamento utilizada pelo autor em relação a alguns conceitos diretamente vinculados a questão da territorialidade quilombola.

Por tanto, a seguir, será traçado uma sistematização das políticas públicas destinadas aos quilombolas e, em seguida, uma caracterização sobre o atual cenário de aplicação dessas políticas.

## 2.2. A AUTOATRIBUIÇÃO IDENTITÁRIA COMO ELEMENTO NORTEADOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

Toda a teoria e os conceitos aqui levantados serviram para contextualizar as referências de discussão que, em maior ou menor grau, foram norteadoras das políticas públicas e das legislações referentes às comunidades quilombolas no Brasil. Obviamente, existem interpretações difusas, e conceitos ainda não tão definidos e amplamente compartilhados, principalmente no que se refere à questão identitária e territorial, o que motivou e segue motivando, inclusive, uma série de debates, discussões e reflexões teóricas que, em minha opinião, apenas fortalecem a temática.

Entretanto, apesar de ser longa e secular a trajetória de luta e resistência dos quilombolas – territorial e identitária –, bem como as teorias desenvolvidas sobre o mesmo, a conquista de marcos jurídicos afetos a eles só surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, por meio de dispositivos que reconheceram a importância desses para o processo de conformação histórica e cultural da sociedade brasileira<sup>24</sup>.

No ano seguinte a promulgação da Constituição, os quilombolas obtiveram a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o estabelecimento do critério de autoatribuição enquanto grupo étnico<sup>25</sup>, bem como novas compreensões quanto ao conceito de terra e território<sup>26</sup>.

Embora a Carta Magna já conceituasse enquanto patrimônio cultural brasileiro os bens materiais e imateriais dos diferentes grupos formadores da sociedade (incluindo, assim, as comunidades quilombolas), os conceitos introduzidos sobre território pela OIT estiveram refletidos nos aportes à constituição, sendo assim, foi a partir do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>27</sup> que os remanescentes das comunidades quilombolas passaram a ter o direito à propriedade definitiva dos territórios que ocupavam.

---

<sup>24</sup> Artigos nº 215 e 216 da Constituição Federal de 1988.

<sup>25</sup> Interpretação brasileira sobre esse dispositivo que trata sobre povos indígenas e comunidades tribais.

<sup>26</sup> O Conceito dos termos terra ou território, introduzidos pela Convenção 169 da OIT, em seu artigo 13.1 e 13.2, compreende não só o espaço em que os povos interessados habitam, mas, sim, todo e qualquer outro espaço que ocupam ou utilizam de alguma maneira, devendo ser considerado, de forma particular, os aspectos coletivos dessa relação.

<sup>27</sup> Artigo nº 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Toda essa nova fase inaugurou, inclusive, um novo marco legal para a reparação e a conceituação sobre quilombos no Brasil, tendo os Decretos Federais nº4886 e nº4887 de novembro de 2013 – que estabeleceram respectivamente a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR), e a regulamentação do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas – como grandes marcos simbólicos dessa conquista.

Já nas primeiras linhas do PNPIR pode-se observar o reconhecimento do Estado brasileiro em relação a algumas questões levantadas nessa dissertação, principalmente as relacionadas à segregação social e econômica baseada na diferenciação étnica e racial do país. O grande objetivo do PNPIR consiste em reduzir as desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de “ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária” (GOVERNO FEDERAL, Decreto 4886/2003)

Nos propósitos específicos, o mesmo decreto apresenta como imperativo a necessidade de defesa do caráter pluriétnico da sociedade brasileira, perpassando, entre outros elementos, no reconhecimento e na defesa dos direitos territoriais e do “papel ocupado pela cultura indígena e afro-brasileira, como elementos integrantes da nacionalidade e do processo civilizatório nacional” (IDEM).

No capítulo relacionado às ações do PNPIR se encontra, talvez, o principal rebatimento e importância desse decreto sobre o tema dessa dissertação. Na seção, apresenta-se de maneira categórica a necessidade de o Estado criar condições de apoio às comunidades remanescentes de quilombolas, e ainda de incentivo a projetos de etnodesenvolvimento a essas comunidades, bem como de seu desenvolvimento institucional dentro das próprias esferas do Estado brasileiro.

Dessa forma, instituições e órgãos das três esferas de governo passaram a planejar, organizar e definir políticas, planos e programas sociais voltados a reconhecer e titular terras, auxiliar no desenvolvimento econômico e social das comunidades, e, também, preservar a cultura patrimonial quilombola.

Com certo atraso<sup>28</sup> – é importante salientar que esse processo não se deu no momento seguinte a constituição e os decretos nº215 e nº216 – esse “plano de ações” só veio a ser efetivado a partir do início da década de 2000, tendo como ponto de partida o já mencionado PNPIR, que se desdobrou no Programa Brasil Quilombola<sup>29</sup> (PBQ) e o Decreto nº 4.887<sup>30</sup>, ambos estabelecidos em 2003 e implementados em 2004, depois de muita pressão dos movimentos sociais, principalmente o movimento negro brasileiro<sup>31</sup>.

Apesar do atraso, inerente do processo de disputa de poder (em si), o PBQ e o mencionado decreto representam em grande parte o avanço da relação do Estado para com as comunidades quilombolas. Anteriormente, os governos e os representantes do Estado tratavam dos quilombolas da mesma forma como tratavam dos movimentos rurais na luta pela Reforma Agrária. Ou seja, não havia reconhecimento por parte do estado das particularidade e especificidades étnicas na luta pela territorialização.

Cabe registrar aqui a importância que teve a Lei Nacional nº 12.288/2010 que estabeleceu o Estatuto da Igualdade Racial do Brasil, sobre o tema aqui apresentado. Além de apresentar a obrigatoriedade do Estado em – reconhecendo as diferenças étnicas-raciais brasileiras e o prevaecimento do racismo e da discriminação enraizado na sociedade – reparar historicamente, e fortalecer o desenvolvimento social e econômico da população negra no país, o Estatuto apresenta, no artigo 31, que “ aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

---

<sup>28</sup> Faz parte, inclusive, do próprio processo de disputa de poder enquanto relação, apresentado nessa dissertação.

<sup>29</sup> O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído a partir de 2003, e reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Desde sua fundação, o programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e agrega outros 23 órgãos da administração pública federal.

<sup>30</sup> Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o já mencionado artigo nº 68 do ADCT.

<sup>31</sup> Mais uma vez o entendimento de Foucault sobre poder – e a disputa relacional de poder – torna-se fundamental para entender o porquê que apenas no governo de Luís Inácio “Lula” da Silva (2003-2011) foi possível, ao menos, garantir direitos legais à diversos setores, dentre os quais, os quilombolas.

A partir desse reconhecimento, e como já mencionado, um dos objetivos dessas políticas públicas é o de reparar historicamente as injustiças de segregação espacial, social, econômica e racial que esses agrupamentos sofreram e seguem sofrendo, não à toa, o texto de definição do PQB diz que:

“Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas.” (GOVERNO FEDERAL, 2015)

A coordenação geral do Programa é de responsabilidade da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que atua em conjunto com outros onze ministérios<sup>32</sup> que compõem o seu Comitê Gestor, demonstrando a importância e a relevância desse programa. O programa se baseia em quatro eixos, a constar: a) Acesso a terra; b) Infraestrutura e qualidade de vida; c) Inclusão produtiva e desenvolvimento local; d) Direitos e cidadania.

Sobre o acesso à terra, elemento fundamental para esse trabalho, o PBQ serviu para consolidar e dar dinâmica para o já mencionado Decreto Federal nº 4.887 de 2003. Esse Decreto ganha importância ímpar para as comunidades quilombolas por ser o responsável em regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas.

Para tal procedimento, ficou estabelecida a partir desse decreto a competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a coordenação dessas atividades na esfera federal, havendo competência comum aos respectivos órgãos de terras estaduais e municipais<sup>33</sup>. Todo esse processo é também acompanhado por outros órgãos, como

---

<sup>32</sup> A constar, e anteriormente à reforma ministerial do Presidente Michel Temer: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Casa Civil da Presidência da República; Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares; Ministério das Cidades; Ministério da Educação e Fundo Nacional da Educação; Ministério da Saúde e Fundação Nacional de Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério da Integração Nacional; Ministério de Minas e Energia.

<sup>33</sup> Segundo o artigo nº 9 do decreto nº4.887/2003, a identificação dos limites das terras das comunidades é feita a partir da avaliação conjunta das indicações dos próprios quilombolas, e de estudos técnicos e científicos - incluindo relatórios antropológicos -, constituindo assim,

o Ministério da Cultura, através da Fundação Cultural Palmares (FCP) que, inclusive, certifica à comunidade enquanto quilombola, a partir de um processo de autoatribuição movido por essa comunidade a partir da questão identitária.

Relato esse procedimento, mas aproveito esse momento para dizer que no curso de desenvolvimento dessa pesquisa, muita coisa se alterou em relação à identificação, reconhecimento e delimitação de territórios quilombolas. Apesar de, no presente, estarmos vivenciando momentos incertos, nessa dissertação ainda se encontrará algumas considerações sobre a atual conjuntura envolvendo a questão quilombola (o que demonstra, ainda mais, a inerente e inconciliável disputa de poder dentro da sociedade e das instituições de gerenciamento do Estado).

Apesar dos temerários tempos de incerteza e instabilidade que o Brasil se encontra em relação à todas as conquistas sociais das últimas décadas, apresento no Quadro 1 um conjunto dos principais marcos legais que sustentam os avanços recentes nas políticas e nos programas quilombolas no Brasil.

**Quadro 1:** Descrição das Principais leis destinadas às comunidades quilombolas, associando-as aos seus principais efeitos e o ano de implementação.

LEI	EFEITOS	ANO
Constituição Federal	Artigos 215 e 216 da CF: Estabelecem o direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 da ADCT: Estabelece o direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.	1988
Lei Federal nº 12.288	Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.	2010, alterando as leis de 1989, 1995 e 2003.
Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5051/2004)	Estabelece o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.	1989/OIT; 2004/BR
Decreto nº 4.886	“Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR)	2003
Decreto nº 4.887	Trata da regularização fundiária de terras de quilombos, e define as responsabilidades dos órgãos governamentais.	2003

---

a caracterização espacial, econômica, ambiental e sociocultural da terra ocupada pela comunidade.



Decreto nº 6.040	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	2007
Decreto nº 6.261	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	2007
Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.	2007
Instrução Normativa INCRA nº 57	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.	2009
Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015	O I Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana nasce do reconhecimento por parte do Governo Federal, por meio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e dos órgãos federais que compõem o Grupo de Trabalho Interministerial para garantir direitos, efetivar a cidadania, combater o racismo e a discriminação sofrida pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.	2013

Fonte: Elaboração Própria, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Como mencionado anteriormente nesse trabalho, às políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas partem do conceito contemporâneo de autoatribuição e sentimento identitário de determinada comunidade, e surgem a partir de dois objetivos centrais, o de reparar historicamente as injustiças e a segregação política, econômica e social desses grupos e, reconhecer, fundamentalmente do ponto de vista territorial, a importância dessas comunidades na formação histórica e cultural do país.

Entretanto, em que pese os avanços recentes já descritos nessa dissertação, ainda vivenciamos um estágio inicial dessas políticas, que, a partir de uma inerente disputa de poder (inclusive dentro das próprias instituições de Estado), ainda encontram muitas dificuldades de serem implementadas, seja pelas prioridades dos distintos governos, seja pela incapacidade (técnica, de recursos e de pessoal) das

instituições designadas à aplicação dessas políticas, ou, pela ainda recente organização política das próprias comunidades quilombolas que, nesse sentido, ainda estão em estágios mais embrionários de luta e organização, se comparado, por exemplo, aos grupos indígenas.

### 2.3. A CONJUNTURA TERRITORIAL QUILOMBOLA

Cabe aqui mencionar, novamente, que apesar de todos os inegáveis avanços da política brasileira voltada aos quilombolas, o processo de titulação de terras não acontece, geralmente, de maneira pacífica, pois em inúmeros casos choca-se com alguns setores que são historicamente respaldados pela legislação brasileira no que diz respeito ao direito à propriedade e a concentração de terras, principalmente no meio rural brasileiro.

Todavia, se, como dito anteriormente, o território é, para os quilombolas, elemento condicionante para a subsistência e a manutenção de seus laços culturais e tradicionais, a sua titulação e posterior posse definitiva é a garantia de que essa comunidade poderá buscar meios de seguir preservando sua cultura e o meio ambiente em que vive e produz. Além de preservar o território, a posse definitiva do mesmo também permite a uma comunidade a possibilidade de planejar suas atividades sociais e produtivas, garantindo, também, o atendimento permanente do Estado em relação às necessidades sociais e econômicas, fundamentais para uma população historicamente marginalizada e segregada.

Contudo, apesar das adversidades, segundo o último relatório publicado do Programa Brasil Quilombola, um quantitativo significativo de quilombos já foi reconhecido e certificado pela FCP e estão em processo (vagaroso) de reconhecimento e delimitação pelo INCRA. O último resultado apresentado pelo PBQ foi em 2012, porém, a partir da coleta de dados mais atualizados em relação ao quantitativo de comunidades que entraram com solicitação para a certificação quilombola emitida pela FCP, fora construído o Quadro 2, que demonstra o quantitativo mais atual de territórios e agrupamentos que foram certificadas pela fundação:

**Quadro 2:** Relação por região das certidões emitida, ou com processos abertos, na FCP.

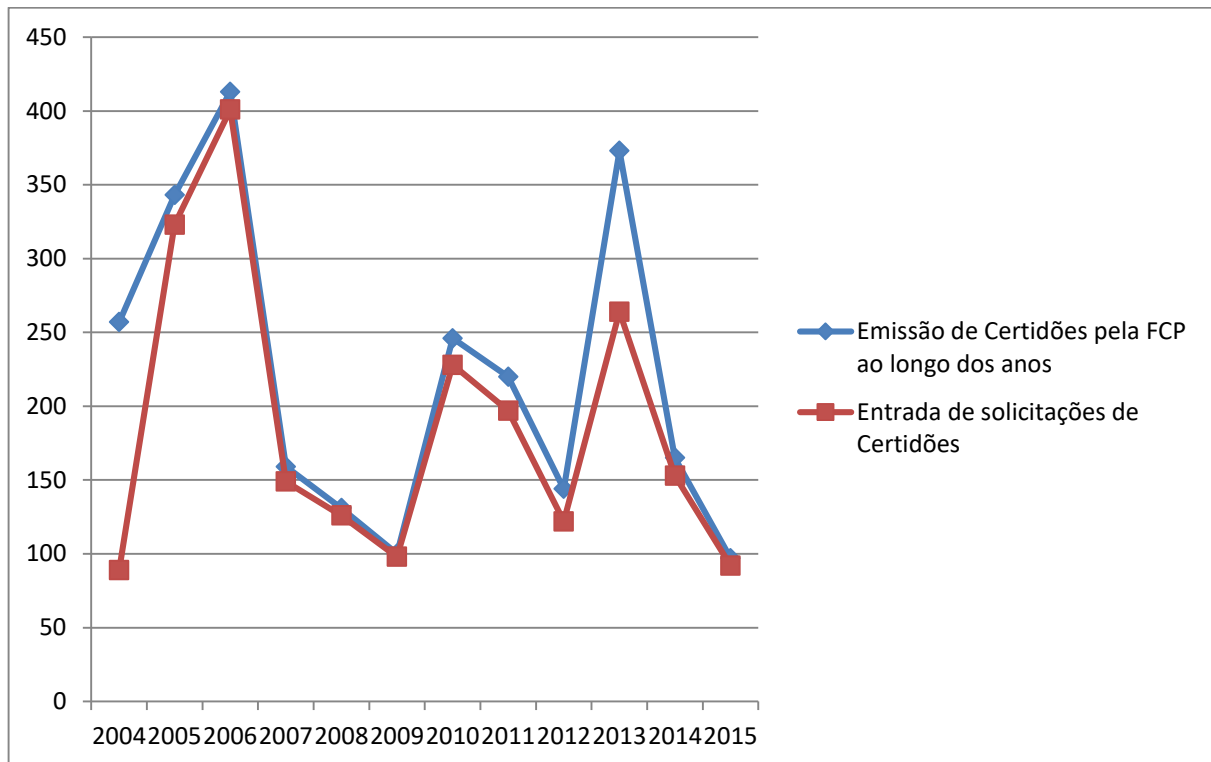
<b>Região</b>	<b>Total de certidões emitidas</b>	<b>Número de processos abertos para emissão de certidão</b>
Norte	328	27
Nordeste	1675	198
Centro-Oeste	125	11
Sudeste	362	67
Sul	158	23
<b>TOTAL</b>	<b>2648</b>	<b>326</b>

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015<sup>34</sup>. Elaboração Própria, 2017. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

As primeiras emissões de certidões estão, evidentemente, relacionadas ao início de aplicação das políticas públicas voltadas aos quilombolas. Fato é que, desde 2003 mais de 2.600 comunidades foram reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos, e, das 326 comunidades com processos abertos para certificação na FCP, segundo a Fundação, 99 estão aguardando visita técnica e 227 estão com documentações pendentes (por conta da ausência de registro de algumas informações da comunidade).

O Gráfico 1 demonstra que, apesar de a partir de 2003 muitas comunidades terem dado entrada na FCP para a emissão da Certidão de Registro Quilombola (CRQ), a fundação conseguiu realizar um trabalho extremamente satisfatório no reconhecimento dessas comunidades, acompanhando a demanda quilombola apresentada, e certificando comunidades que estavam com pedido de emissão em outros órgãos, anteriormente à 2003.

<sup>34</sup> Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

**Gráfico 1:** Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.

Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016<sup>35</sup>. Elaboração Própria, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

A CRQ emitida pela FCP varia do ponto de vista temporal, em determinadas comunidades, as ações políticas e as disputas de poder dão, de certa forma, celeridade, ou não, ao processo. Vide que em outras comunidades (que não é o caso da comunidade dessa pesquisa) com menos ativo e potencial organizativo, esse processo tende a demorar um pouco mais e esbarrar, por exemplo, em problemas relacionados a documentações exigidas pela fundação.

Entretanto, a CRQ é apenas o primeiro passo para o reconhecimento territorial de uma comunidade. A partir dela, cabe ao grupo certificado entrar com um processo de reconhecimento e delimitação territorial no INCRA, órgão responsável, como já mencionado, de desenvolver o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades quilombolas, determinando assim, o quantitativo territorial que será reconhecido e posteriormente titulado em benefício a esses grupos, a partir de ações de órgãos competentes.

<sup>35</sup> Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

E é nesse processo, entretanto, que se observa a morosidade da regularização fundiária quilombola, e onde se verifica, com maior ênfase, as principais disputas de poder relacionadas à esse processo. São nesses momentos que são comuns as denúncias e notícias relatando o assédio de “jagunços” a serviço de latifundiários, intimidações de agentes de Estado durante o procedimento técnico de avaliação do INCRA e das assessorias contratadas para a confecção de laudos técnicos, enfim, esse é o momento em que se trocam vidas por hectares. Evidentemente que esse é um assunto para ser tratado à parte, e assim será, por ora, essa revisão trata exclusivamente de relatar os problemas concretos das políticas públicas destinadas ao reconhecimento territorial de comunidades quilombolas.

Nesse sentido, deve-se mencionar também sobre as dificuldades operacionais das instituições responsáveis por essa tarefa. Entre os principais sintomas da letargia estatal está a ausência de estrutura necessária para que o INCRA possa fazer todo o procedimento que lhe é demandado. Mas, sem dúvida, isso é, no entendimento desse autor, apenas um sintoma de uma decisão política do governo federal, melhor tratado posteriormente. Os problemas estruturais do INCRA para dar cabo da política de titulação vão da falta de funcionários concursados (antropólogos, técnicos agrícolas, agrimensores etc.), passam pela ausência de recursos e estrutura para a realização de atividades (diárias para trabalhos em campo, veículos, motoristas) e chegam à excessiva burocratização do procedimento previsto na Instrução Normativa nº 57, já mencionada em tabela específica.

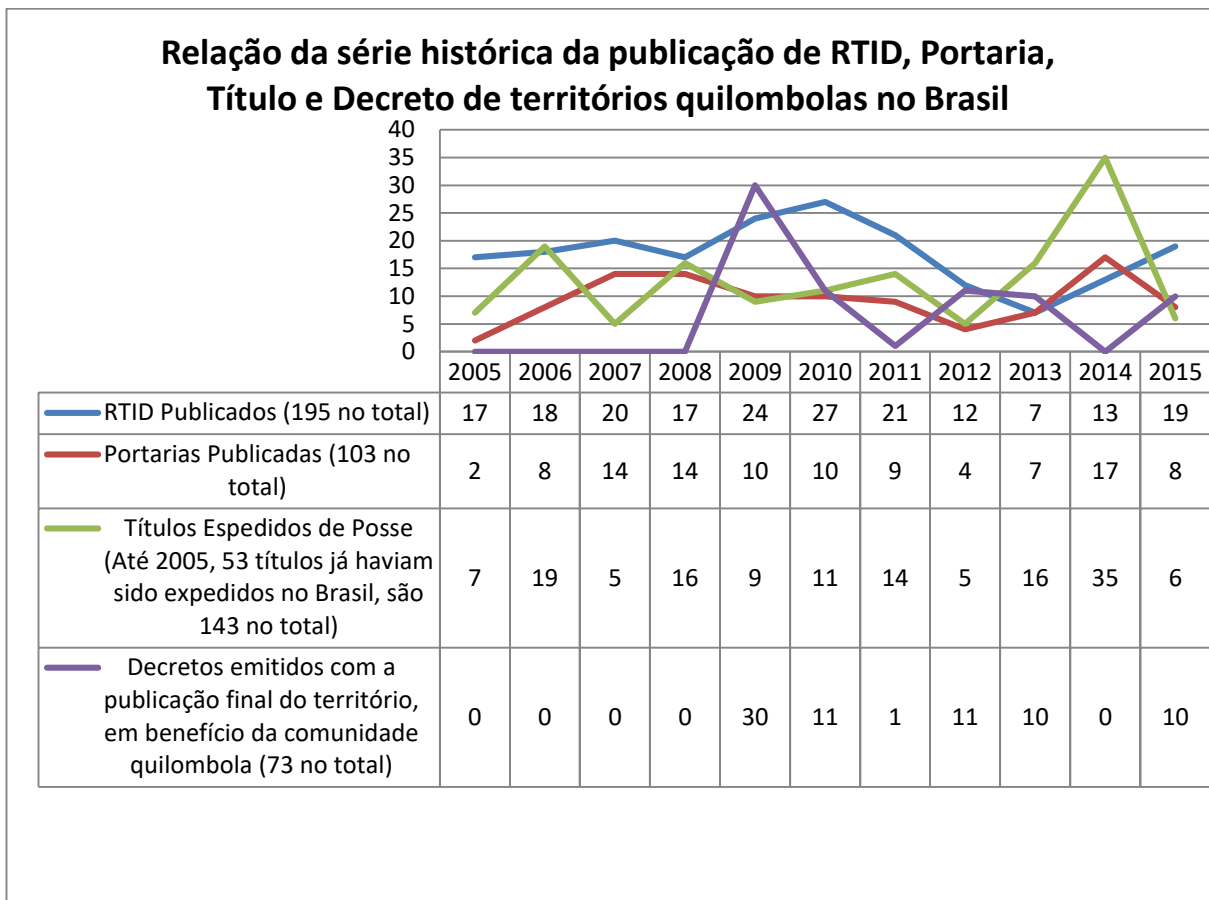
Cabe ressaltar ainda, que as ações do INCRA, inclusive, não contam, em geral, com a cooperação de outros órgãos, como a Polícia Federal, daí o porquê de muitos serem intimidados durante a realização de suas atividades. Todas essas dificuldades, obviamente, refletem nos dados e nas estatísticas referentes à implementação dessa política. Segundo os dados mais recentes do INCRA<sup>36</sup>, das quase 2.600 comunidades já certificadas pela FCP, 1.532 conseguiram reunir documentação e forças necessárias para protocolar seus processos junto ao INCRA, requerendo o desenvolvimento dos estudos e análises territoriais e demais laudos antropológicos, ambientais, sociais, etc., objetivando a titulação e o registro de posse territorial quilombola. De todos esses processos abertos no INCRA, apenas 73 territórios

---

<sup>36</sup> Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, com dados atualizados em fevereiro de 2016, último acesso em 10 de março de 2016.

chegaram até o final de seu reconhecimento territorial, até 2015. O Gráfico 2 demonstra os resultados da pesquisa junto ao instituto, que vão desde a solicitação do RTID, até a sua publicação no Diário Oficial da União, a publicação de portarias específicas nos estados e órgãos responsáveis, a emissão de títulos de posse às comunidades e, por fim, a emissão de decretos finais em benefício da comunidade quilombola.

**Gráfico 2:** Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2015.



Fonte: INCRA, 2015<sup>37</sup>. Elaboração Própria, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Quando analisado os ritmos de conclusão de RTIDs percebe-se uma acentuada queda a partir de 2010, nota-se que nos anos anteriores vinha em uma crescente muito grande (o que resultou na publicação das outras etapas nos anos seguintes). A queda no ritmo de trabalho do INCRA desacompanhada de qualquer justificativa técnica e justamente quando a política parece tomar algum fôlego positivo, evidencia o recuo político do governo federal na titulação dos territórios, cedendo às

<sup>37</sup> Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, último acesso em 10 de março de 2016.

pressões de ruralistas, mineradoras e de setores do próprio governo, como as Forças Armadas, que têm disputas com quilombolas em Alcântara (MA), Marambaia (RJ) e Simões Filho (BA). Esse recuo político do Governo, e a associação direta a setores ruralistas ficam muito evidentes no momento de eleição da atual presidente Dilma Rousseff (PT)<sup>38</sup>. Ainda sobre essa questão, segundo dados do Portal Transparência<sup>39</sup> e do Movimento Sem Terra do Brasil (2015), desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, o INCRA teve um corte de quase 75% em seu orçamento, evidenciando que os recursos destinados ao instituto vêm sofrendo um declínio sistemático nos últimos anos. Em 2010, o orçamento anual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Órgão ao qual o INCRA é vinculado) foi de R\$ 4 bilhões de reais, já em 2014 esse número caiu para menos de R\$ 1.4 milhões, uma queda vertiginosa de quase 85%.

Cabe ressaltar ainda, que tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que atacam diretamente os direitos dos quilombolas. Uma das principais ameaças é o Projeto de Emenda Constitucional 215 (PEC 215), que pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência para decidir sobre a titulação das áreas. Contudo, a PEC 215 e outros projetos de lei não têm, até o presente momento, capacidade alguma de interferir no trabalho do INCRA. Situações como essa demonstram que o atual procedimento de reconhecimento e titulação de terras quilombolas pode ser percebido como um processo social e dinâmico, que articula uma diversidade de tensões e conflitos, com diferentes agentes, situações e cenários. O já mencionado “feixe de relações” de poder em Foucault segue sendo uma instrução teórica imprescindível para compreender esse cenário.

#### 2.4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO QUILOMBOLA

Reforço aqui que o objetivo maior dessa reflexão teórica, jurídica e contextual consistiu em apresentar, de maneira continuada, elementos de reflexão sobre como

---

<sup>38</sup> Presidente empossada no cargo a partir de 1º de janeiro de 2011. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a campanha vitoriosa do Partido dos Trabalhadores custou R\$176,5 milhões. Boa parte desses recursos foram financiados por setores de empreiteiras e do agronegócio, como o grupo JBS-Friboi, que “doou” cerca de R\$10 milhões para a campanha.

<sup>39</sup> Disponível em [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br), acessado em 12 de abril de 2016, em verdadeira afirmação de nota do Movimento Sem Terra – MST, disponível em <http://www.mst.org.br/2015/05/28/governo-federal-corta-mais-de-50-dos-recursos-da-reforma-agraria.html>, acessado em 12 de abril de 2016.

foram estabelecidos os amparos das principais políticas brasileiras de titulação territorial e reparação social às comunidades quilombolas e como elas podem ser observadas atualmente. Nesse sentido, cabe destacar os importantes avanços jurídicos e constitucionais subsidiados na teoria contemporânea sobre o conceito quilombola, que coloca território e identidade numa amalgama indissociável entre resistência e pertencimento.

Todavia, alguns dados e análises apresentadas demonstram que ainda vivenciamos um estágio inicial de aplicação dessas políticas, o que reflete ainda um cenário de total desequilíbrio entre o quantitativo de comunidades que solicitam a sua delimitação territorial e aquelas que conquistam o título de suas terras. O estágio inicial também é acompanhado por intensas disputas de poder entre os distintos setores vinculados à questão (inclusive as próprias esferas de governo).

Na opinião desse autor, os resultados obtidos a favor dos quilombolas nos últimos anos, ainda que muito modestos, são frutos fundamentalmente de sua luta e articulação política, são vitórias incontestáveis dos movimentos negros, quilombola, de trabalhadores rurais, de associações e cooperativas, etc., que observam na luta e na imposição direta a melhor forma de tentar conquistar espaços e brechas na agenda política brasileira, que geralmente tendeu a beneficiar na história outros agentes sociais.

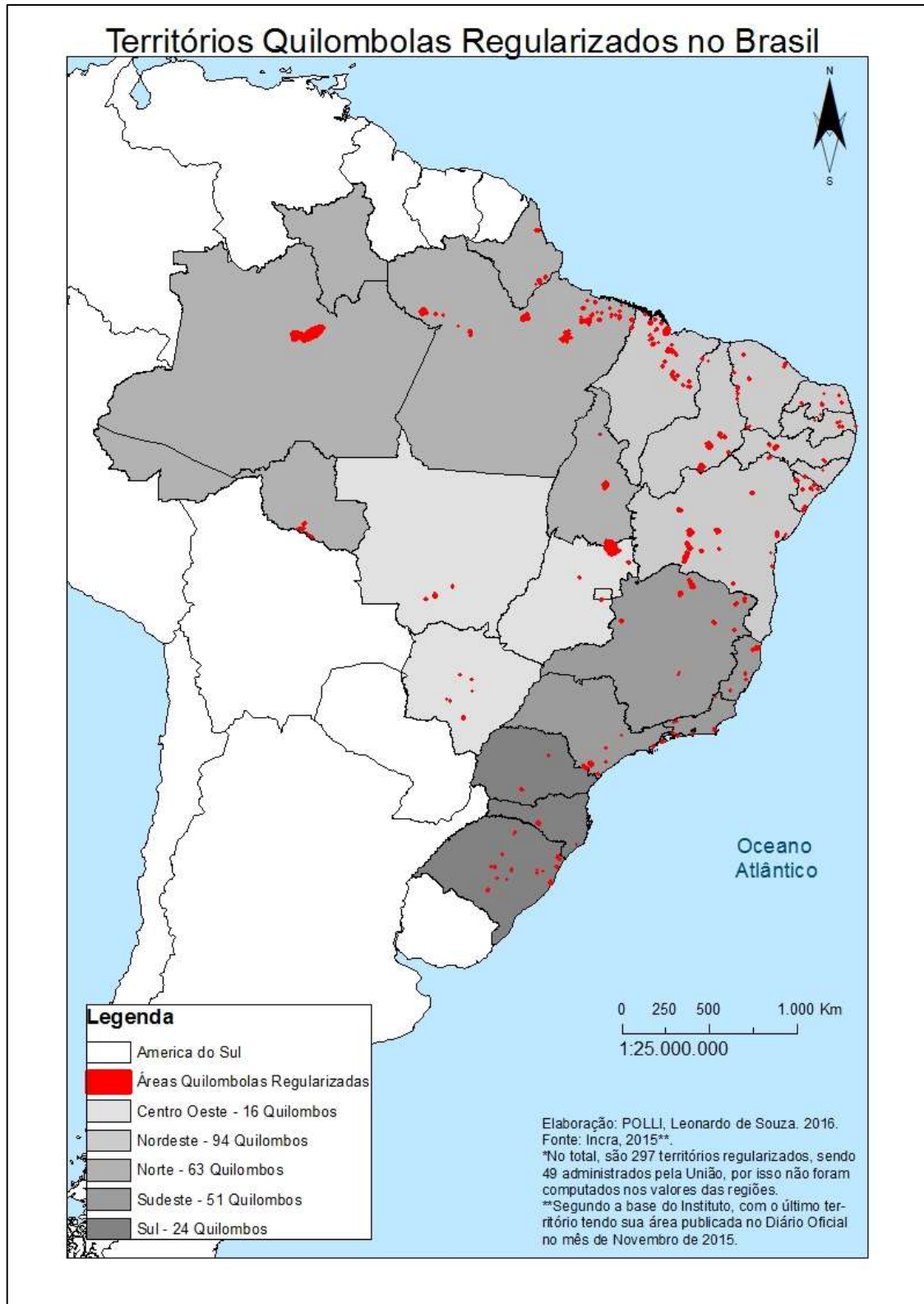
Apesar de acreditar que as mobilizações foram fundamentais, há de se registrar que para esses avanços, os quilombos contaram também com o amparo da atuação e do trabalho de servidores e técnicos de instituições como a FCP e o INCRA, assim como de órgãos de Governo, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que estão realmente comprometidos com a efetivação de direitos. Por outro lado, setores proprietários evidentemente resistem em entender e repartir seu território em função da regularização fundiária e encontram, em muitas vezes, o amparo de seu pleito nos agentes políticos e na legislação que os defende.

Como dito nos primeiros parágrafos dessa dissertação, discutir a temática quilombola é, em grande medida, debater sobre entraves e problemas reais e concretos do país. Todavia, cabe destacar que estamos diante de um cenário atual de reconfiguração dos espaços e das formas urbanas e rurais no Brasil, e na Bahia. Os mapas 5 e 6 representam um exercício que fiz para demonstrar toda a (mesmo que modesta, a primeira vista, comparar com a Imagem 2) reconfiguração que o



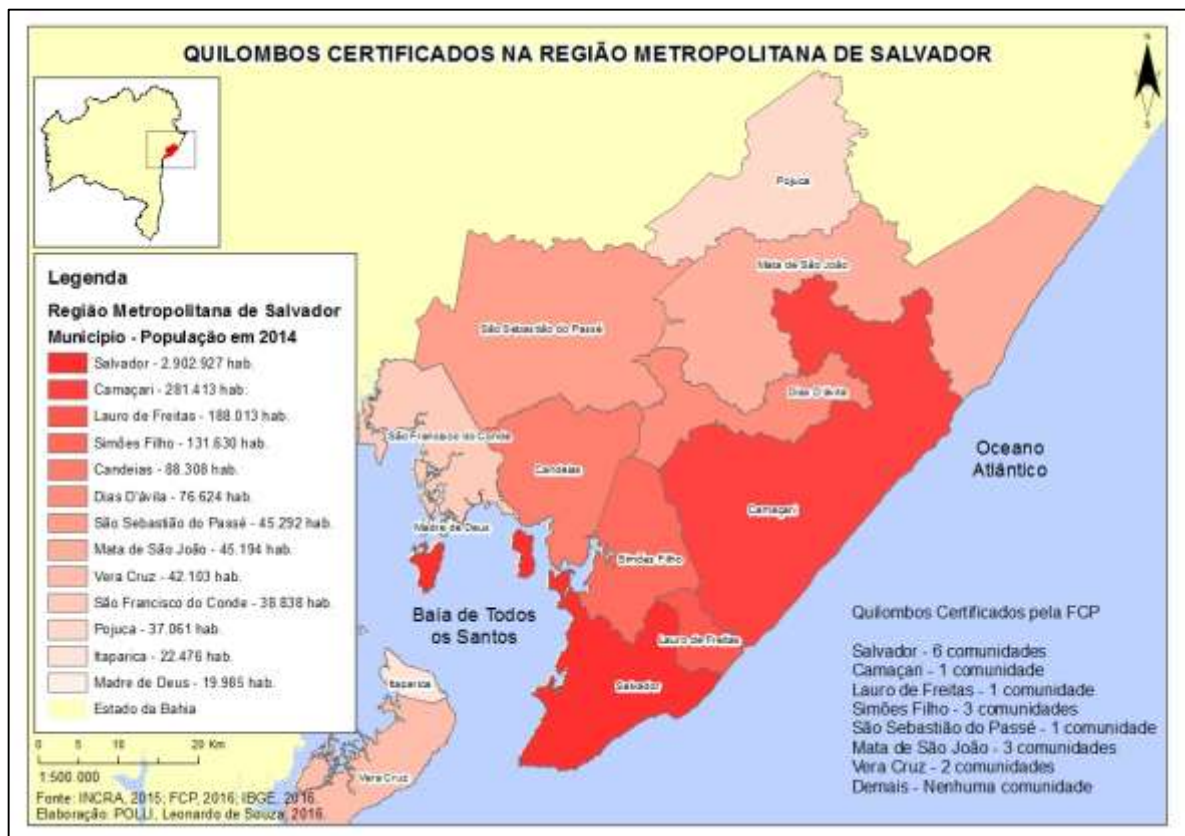
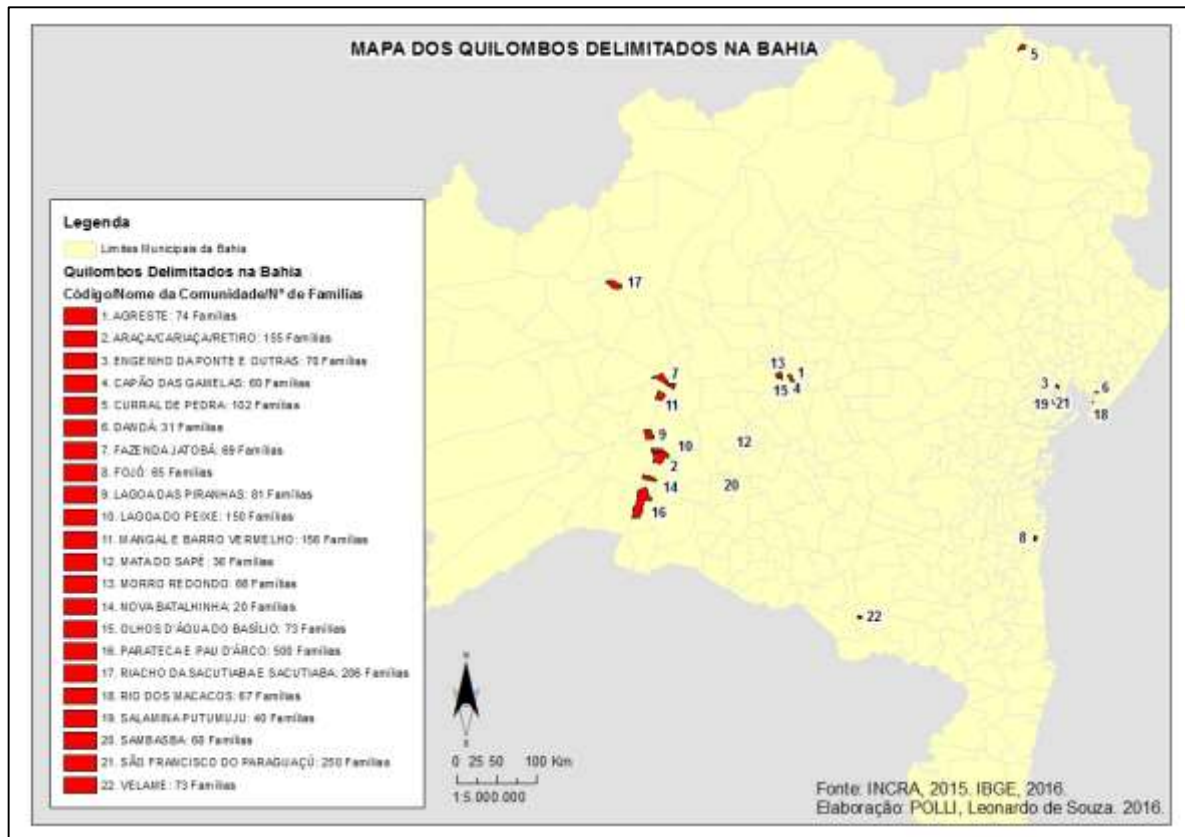
território brasileiro e baiano teriam se todos os territórios quilombolas (que já possuem identificação e delimitação regularizadas pelo INCRA) fossem tituladas:

**Mapa 5:** Mapa das comunidades quilombolas delimitadas no Brasil



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

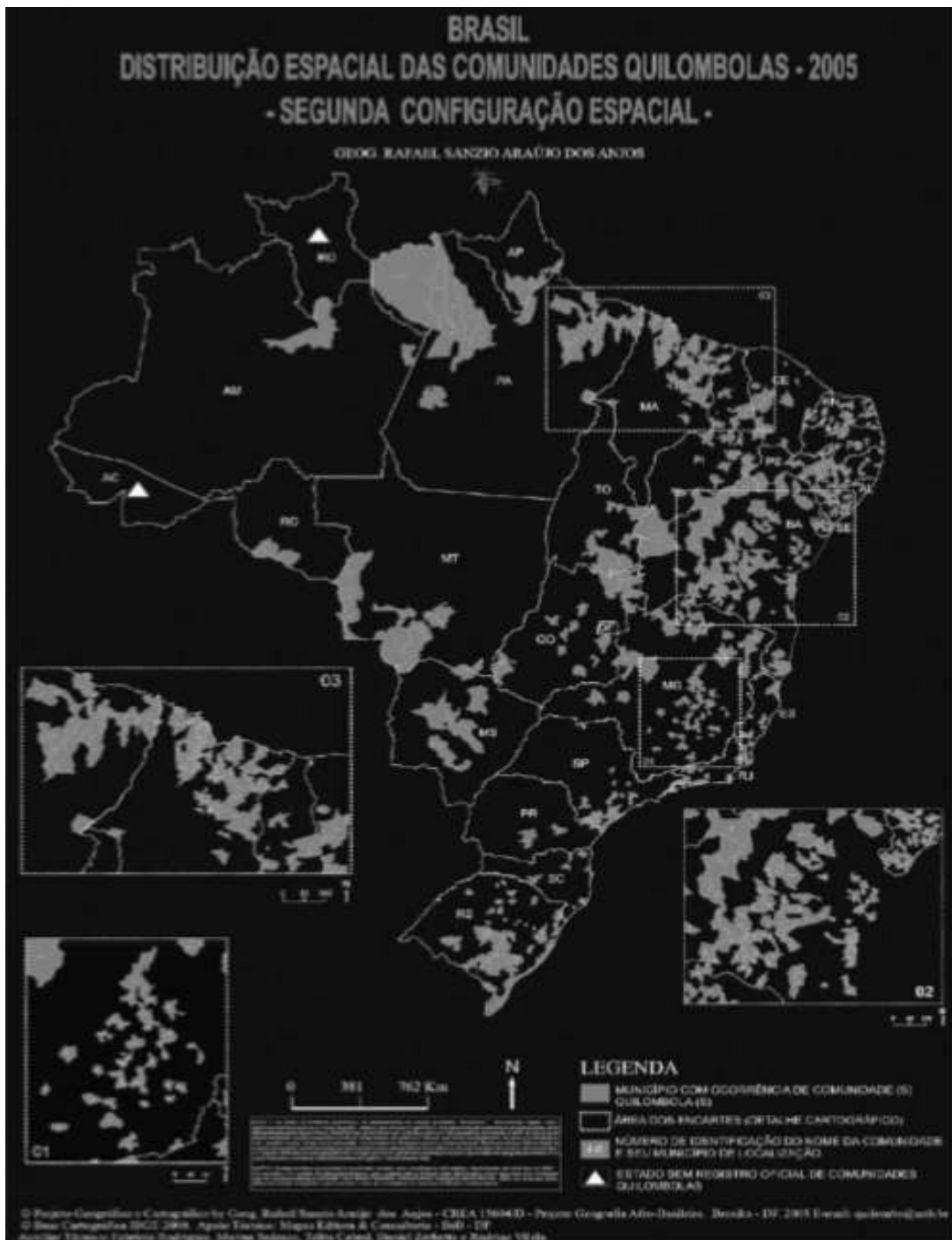
**Mapa 6 e 7:** Mapa das comunidades quilobolas delimitadas e/ou certificadas na Bahia. Listagem das comunidades reconhecidas na RMS.



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

De maneira ilustrativa, cabe demonstrar a imagem de um mapeamento feito por SANZIO (2006), onde o mesmo trabalhava na época sobre a distribuição espacial de comunidades quilombolas em 2005. Destaco ainda que boa parte do incentivo em produzir visualizações da territorialidade quilombola consiste nas referências observadas em SANZIO (2011).

**Imagem 2:** Mapa das comunidades quilombolas delimitadas no Brasil em 2005.



Fonte: SANZIO, Cartografia e Quilombos, 2006, p. 350.

O cenário demonstrado por Sanzio (2005) e o apresentado nessa dissertação realmente demonstram uma política inicial de reparação territorial, mas que seguia o curso de desenvolvimento e efetivação. Entretanto, esse curso foi interrompido, e é importante mencionar esse fato. Por eventos ocorridos simultaneamente ao curso de elaboração e desenvolvimento desse trabalho, um novo marco na questão quilombola deve aqui ser registrado. Como já mencionado, a história de luta desse grupo étnico é marcada por avanços e retrocessos na política brasileira, e pode-se afirmar que um novo cenário surge a partir do processo de impedimento da atual presidente Dilma Rousseff<sup>40</sup>, e da existência de um novo Governo Federal (que surge como interino, e que se consolida como oficial). Cabe destacar que, por se tratar de eventos atuais, busco aqui relatar os fatos atuais e as perspectivas envolvendo a questão quilombola no Brasil.

O fato é que, a partir da aceitação do processo de impeachment em dezembro de 2015, muitas contestações começaram a surgir de diversos setores do movimento social brasileiro, entre eles, os movimentos negros e quilombolas. As indagações partiam do pressuposto que, apesar das dificuldades encontradas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o processo de impedimento da atual presidente mascara, na verdade, uma tentativa de retirada dos direitos sociais – mesmo que ainda insuficientes – conquistada durante o início do século XXI, a partir de um governo que inaugurou uma fase mais aberta ao diálogo com os movimentos sociais e a ação de desenvolver algumas políticas de caráter progressista ao conjunto dos setores historicamente mais vulneráveis no país.

Apesar de as acusações contra a ex-presidente Dilma Rousseff versarem sobre a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, os segmentos nacionais da luta pela reforma agrária e pela demarcação de terras indígenas e quilombolas defendiam a tese de que o que aconteceu de fato era uma tentativa de frear – por parte de segmentos historicamente ligados a políticas conservadoras e elitistas – esses processos progressivos que ocorriam no país.

---

<sup>40</sup> O processo de impeachment de Dilma Rousseff consiste em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como a Presidente da República do Brasil. Seguindo legalmente o previsto na Lei do Impeachment, nº 1079, de 1950.

Mesmo com muita resistência (e mesmo diante de uma polarização nacional de adeptos e contrários ao processo de impedimento de Dilma Rousseff), no dia 17 de abril de 2016, em uma das sessões mais longas da história da câmara de deputados, por mais de dois terços do plenário, foi aprovado o processo de impedimento de Dilma Rousseff, que, logo em seguida, foi encaminhado para o Senado Federal. Acompanhando a Câmara, por aprovação de mais de dois terços também, o Senado Federal também decidiu por afastar a presidente Dilma Rousseff do cargo máximo do executivo brasileiro por 180 dias, e, em seu lugar, assumiu o presidente em exercício Michel Temer, no dia 12 de maio de 2016. Passados os 180 dias do afastamento, de maneira célere, em 31 de agosto de 2016, o Senado decide, então, por cassar o mandato de Dilma Rousseff, e empossar como efetivo o atual presidente Michel Temer.

Desde que assumiu de maneira interina o cargo de presidente do país, o atual presidente em exercício anunciou a reforma e a composição ministerial de seu Governo, apresentando e realizando, sumariamente, um duro ataque às conquistas históricas dos movimentos sociais brasileiros.

Cabe mencionar que no segundo mandato, iniciado em 2015, Dilma apresentou a maior reforma ministerial do ponto de vista quantitativo, com a composição de 39 pastas e secretarias com status de ministério (sendo 24 Ministérios, e 15 secretarias com o patamar de ministério). Já pressionada, em outubro do mesmo ano, apresenta uma reforma que traz a composição de 32 pastas, principalmente para aumentar o poder de influência de sua, já fragmentada, base aliada <sup>41</sup>.

A reforma ministerial promovida pelo presidente em exercício, de início, já demonstrava a desarticulação das políticas e programas sociais dos antigos governos, conquistado com o resultado de muita luta e articulação política, os ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Cultura (que depois foi refundado) e o das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foram extintos.

Vale mencionar aqui, que diversas atribuições eram diretamente realizadas por esses ministérios, na promoção do desenvolvimento e efetivação de direitos sociais, econômicos e territoriais para os povos e comunidades tradicionais. Por mais que

---

<sup>41</sup> Disponível em <http://infograficos.estadao.com.br/public/politica/reformas-ministeriais-dilma-temer/>, acessado em 22 de Dezembro de 2017.

algumas atribuições foram remanejadas, ou rebaixadas institucionalmente às secretarias, corroboro com a opinião dos movimentos sociais que colocam isso enquanto um retrocesso da política destinada a esses segmentos da sociedade.

Além da recomposição ministerial, o fato notório de tudo o que foi aqui relatado nesse capítulo, é o de que a partir da nova medida provisória nº276 de 2016 (que decretou a recomposição ministerial e as próprias atribuições de cada pasta)<sup>42</sup>, a atribuição das demarcações de terras quilombolas saiu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e passou ao novo MEC, o Ministério da Educação e Cultura<sup>43</sup>.

Segundo essa medida provisória, fica, então, de responsabilidade do novo MEC:

- a) política nacional de cultura;
- b) proteção do patrimônio histórico e cultural;
- c) regulação de direitos autorais; e
- d) assistência e acompanhamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos; (GOVERNO FEDERAL, 2016)<sup>44</sup>.

Sobre isso, Pedro Teixeira Diamantino, professor de Direito Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e membro da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) afirma:

Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. Retorna-se ao superado patamar da política quilombola de FHC, que impunha ao Ministério da Cultura atribuições que lhe eram totalmente estranhas, tais como a realização de intervenções de natureza fundiária. Se os governos Lula e Dilma apresentaram déficits de desempenho na efetivação desses direitos, agora temos a restauração da inviabilidade operacional desta política, lançada no limbo de uma estrutura

---

<sup>42</sup> A Medida Provisória 276 foi revogada pela MP nº 726, e, posteriormente, pela MP nº 728. Essas alterações de deram pelas pressões de diversos setores do movimento social por conta da extinção de alguns ministérios, como o da Cultura, por exemplo.

<sup>43</sup> Quanto aos quilombolas, a alteração contida no artigo 27, IV, j, da MP nº 728, que torna competente o Ministério da Educação e Cultura para realizar “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”, retirando do Incra, a autarquia responsável pela execução da política agrária, esta atribuição que lhe é própria.

<sup>44</sup> Lei Federal nº 13.341 de 29 DE Setembro de 2016, outorgando as Medidas Provisórias 276, 726 e 728.

inexistente e sob o discurso de enxugamento da máquina pública.  
(DIAMANTINO, 2016)

Ou seja, em poucos dias de governo, um retrocesso de mais de quinze anos da pauta quilombola. Não obstante a isso, o atual Ministro do MEC, é representante, também, de uma forte bancada no congresso nacional conhecida como “bancada ruralista”, onde notórios parlamentares ostentam e proferem discursos em defesa do agronegócio, do latifúndio, da extração mineral e vegetal sem muitas restrições ambientais, etc. Sem querer entrar no mérito dessas questões, mas o fortalecimento das mesmas significa uma retirada sucessiva de direitos dos povos e comunidades tradicionais no Brasil, além de um distanciamento total de qualquer signo de Reforma Agrária tão necessária e fundamental para, no mínimo, equilibrar as condições de sustento e produção no campo brasileiro.

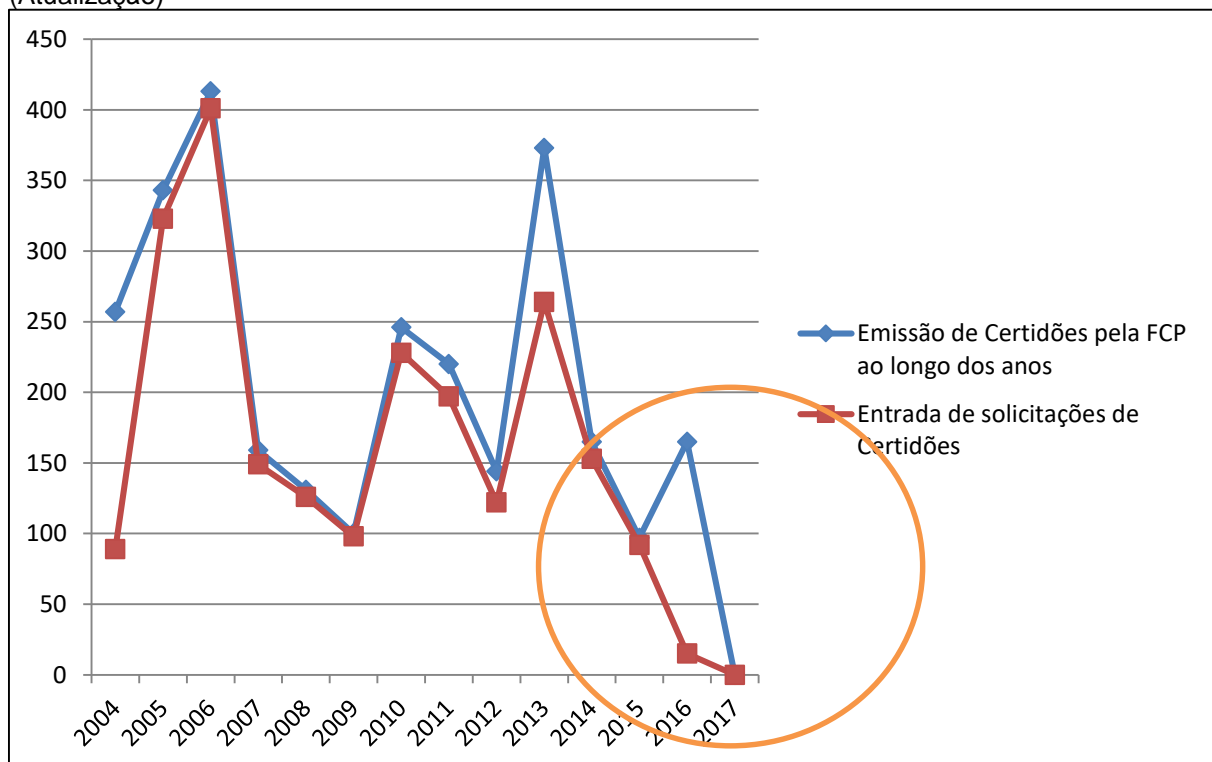
Além do exposto, cabe dizer para o leitor desavisado que essa “bancada” também é reconhecida como perseguidora dos direitos quilombolas, haja visto que, desde 2004, essa bancada trava uma batalha judicial no Supremo Tribunal Federal (STF), para revisar o que diz o já mencionado Decreto 4887/2003, principalmente no que diz respeito a definição contemporânea de quilombos e de territorialidade, partindo, assim, de uma mentalidade proprietária do século XIX que não reconhece as novas definições contemporâneas sobre quilombo. Sobre essa ação, Segundo Diamantina:

Almejam (com isso) que os efeitos dos direitos constitucionais quilombolas de 1988 alcancem somente as comunidades que comprovem cientificamente a sua existência em data anterior à data da abolição legal da escravatura, desconsiderando a espoliação histórica das identidades subalternizadas. (IDEM)

Não a dúvidas, por tanto, daquilo que segue sendo reafirmado nessa pesquisa. Discutir sobre o tema quilombola necessariamente significa adentrar em um mundo contraditório em que, por um lado, está à luta conseqüente de segmentos pelo reconhecimento e pela execução de seus direitos e, por outro, os mais variados discursos de setores historicamente respaldados pelos privilégios políticos, econômicos e sociais, que observam com descaso diversas pautas sociais, dentre elas, a quilombola.

Atualizar os gráficos 1 e 2 (já apresentados) demonstram o atual compromisso do atual governo em fragmentar e desestabilizar as políticas em curso, como pode ser observadas no nos gráficos 3 e 4, os índices praticamente caíram para zero, em pouco mais de um ano de seu governo. Em 2015, a própria FCP apresentava um retrocesso em relação à certificação de comunidades quilombolas, ocorre que atualmente, em 2017, o último relatório da FCP é de maio de 2016 (ainda no período em que Michel Temer era considerado interino). Em 2016, apenas 15 comunidades foram certificadas pela FCP, sendo que as últimas registradas foram em Iraquara, na Bahia (Povoado Escôncio e Meio Centro). Desde então, nenhuma informação em relação a novas certificações são apresentadas pelo órgão, por coincidência, ou não, desde que Michel Temer assumiu a presidência.

**Gráfico 3:** Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP. (Atualização)



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2016<sup>45</sup>. Elaboração Própria, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

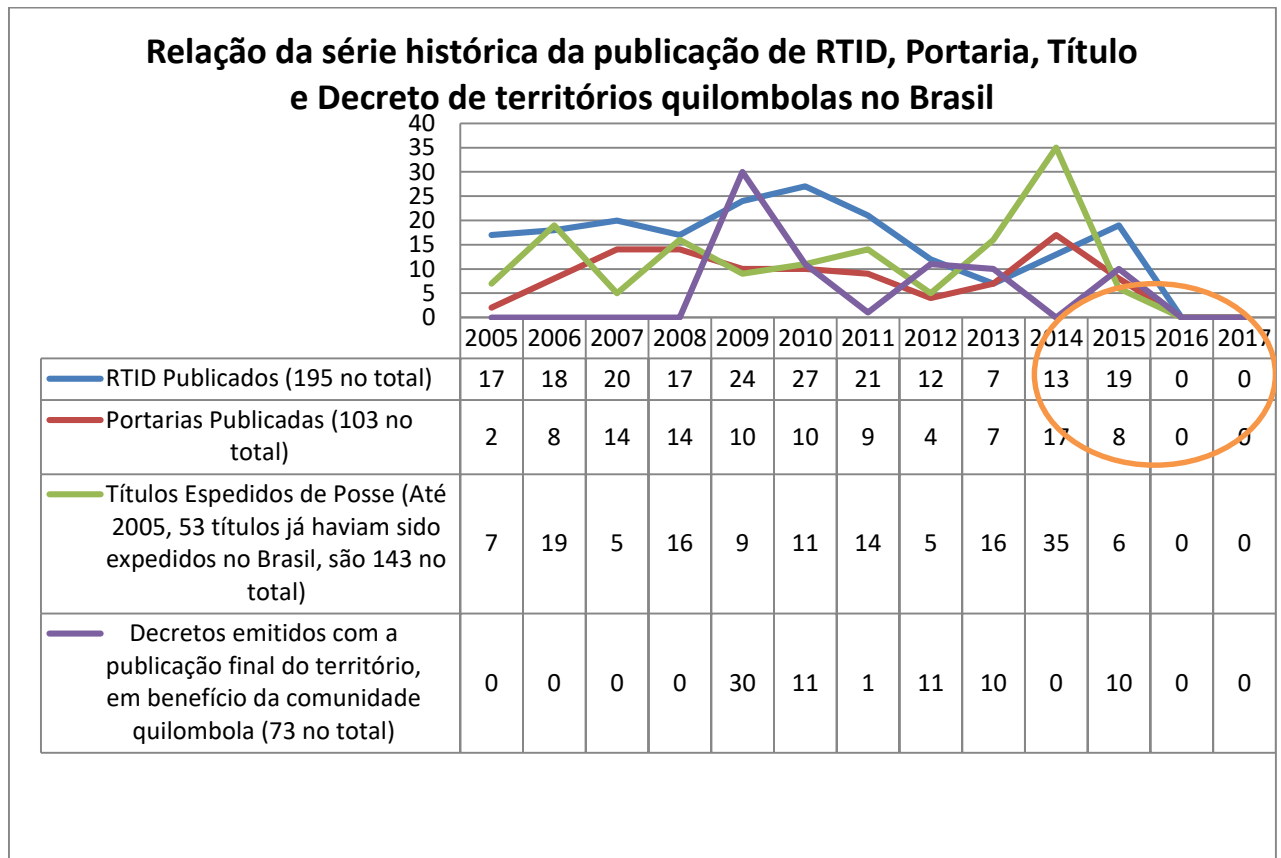
Se os dados em relação à FCP já demonstram esse retrocesso, em relação aos procedimentos de regularização territorial e fundiária os dados são alarmantes. A desarticulação da política de reconhecimento, titulação e regularização fundiária de

<sup>45</sup> Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.



um já precarizado Incra para as responsabilidades de uma secretaria específica do MEC podem ser observadas nos dados apresentados (ou não apresentados). Desde que Michel Temer assumiu a presidência da república, nenhum território quilombola foi delimitado e titulado em favor das comunidades. Essa pesquisa e dissertação tornam-se, também, um posicionamento político e um registro histórico sobre a questão quilombola no Brasil. Os recentes acontecimentos no cenário político do país demonstram com força que a pauta quilombola realmente está sujeita a uma sistemática e permanente disputa de poder entre as diversas instituições, e entre os diversos grupos que chocam os seus interesses dentro do Estado.

**Gráfico 4:** Quantitativo de RTID concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2017. (Atualização)



Fonte: INCRA, 2015<sup>46</sup>. Elaboração Própria, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Diante desses conflitos e disputas sistemáticas, apresento, a seguir, os sujeitos dessa pesquisa, e um trabalho que sirva, minimamente, como alento às atuais problemáticas envolvendo a questão quilombola no país.

<sup>46</sup> Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, último acesso em 10 de março de 2016.

### 3. O QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA): HISTÓRIA, CONFLITO E INTERAÇÕES ESPACIAIS

A história do Quilombo de Rio dos Macacos tem como cenário geográfico uma área do que é hoje o município de Simões Filho – emancipado de Salvador em 1961 –, especificamente, o território está situado em uma área limítrofe entre esse município e a capital da Bahia, compreendida na reconhecida Região Metropolitana de Salvador – RMS<sup>47</sup>.

Entretanto, as fronteiras geopolíticas na atualidade não são capazes de discorrer sobre a história de luta e resistência dessa comunidade. Boa parte dos estudos históricos sobre essa comunidade foram concebidos pelo autor a partir de um minucioso estudo bibliográfico do laudo antropológico produzido pela antropóloga Maria Ester Fortes, em 2012, como peça fundamental do RTID da comunidade.

Além desse importante material produzido por Fortes, essa dissertação se baseia também, em relação ao histórico da comunidade, nos já relatados trabalhos produzidos por Leonardo Polli, Luana Figueiredo e Paula Regina Cordeiro (2014), e no Trabalho Final de Conclusão de Curso de Paula Regina Cordeiro (2014), com o título *“A comunidade quilombola de Rio dos Macacos: um conflito cotidiano entre o território militarizado e o território da vida”*.

#### 3.1. GÊNESE DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS

Segundo Fortes, (2012), o quilombo Rio dos Macacos é entendido enquanto sendo uma comunidade negra e rural, composta hoje por 67 famílias descendentes de quilombolas, e que, há mais de um século, ocupam um território integrado atualmente ao município de Simões Filho. A história dos ancestrais dessa comunidade com o território teve início com a compra do Engenho e da Usina Aratu em 1783, pelo capitão Manoel de Oliveira Barrozo.

---

<sup>47</sup> A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como Grande Salvador e pelo acrônimo RMS, foi instituída pela Lei Complementar Federal número 14, de 8 de junho de 1973. Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2015, a região conta com quase 4 milhões de habitantes (3.953.290). Segundo ainda o IBGE, a RMS já é a segunda maior aglomeração urbana do Nordeste brasileiro (segundo o Censo de 2010), e a sétima do Brasil, além de ser a 109ª mais populosa do mundo. Concentra aproximadamente 45% do PIB estadual e também a segunda metrópole mais rica do Norte-Nordeste.

Sabe-se que a região do Recôncavo Baiano<sup>48</sup> teve uma forte influência na produção do açúcar no Brasil, e a base da força de trabalho nos antigos engenhos e usinas era a escrava. Desse grupo de trabalhadores se formaram a ancestralidade dessa comunidade. Segundo os estudos antropológicos realizados, a formação ancestral desse quilombo não necessariamente tem haver com a fuga de escravos que trabalharam na Usina de Aratu, mas sim, com a desativação da mesma. Segundo o relatório:

Nas fontes documentais e bibliográficas consultadas, os limites das terras do Engenho de Aratu e, posteriormente, da Usina de Aratu são pouco claros, mas em suas terras estão presentes alguns marcos importantes para a comunidade. Marcos que remetem tanto a origem de alguns antepassados da comunidade, lembrados por seus filhos e netos, quanto a um passado mais distante, mítico, onde símbolos da escravidão e de resistência à condição de subalternidade povoam de significados os lugares desse espaço. (FORTES, 2012. Pág. 21)

Ainda segundo o relatório antropológico:

Até o momento não foram encontradas referências documentais ou bibliográficas sobre o funcionamento e a desativação da Usina de Aratu. Fontes orais, no entanto, nos informam que esta usina teria fechado suas portas em meados dos anos 1930. Essa unidade produtiva desempenhou um importante papel na organização econômica e fundiária desta região, e é a ela que nos remetem as memórias mais profundas dos moradores de Rio dos Macacos. (FORTES, 2012. Pág. 21)

Da falência da Usina de Aratu, três fazendas tiveram suas terras passadas enquanto devolutas para o município de Salvador. São elas as fazendas Macaco, Meireles e Aratú. Essas três fazendas estão na memória de diversos quilombolas da comunidade, que reivindicam e lembram-se de seus pais e avós relatarem sobre o trabalho nessas fazendas. A imagem a seguir é um mapa reproduzido dessas fazendas, e pertence ao arquivo cartográfico da Base Naval de Aratu, representando o levantamento dos terrenos que interessam a Barragem dos Macacos, produzido em

---

<sup>48</sup> A região conhecida como “Recôncavo Baiano” é composta atualmente por 36 municípios que se localizam em torno da Baía de Todos os Santos (BA), abrangendo não só o litoral mas também toda a região do interior circundante à Baía. Atualmente, tem forte relação com a exploração petrolífera, e é uma zona com intensas atividades portuárias e de pesca. Historicamente, mas com resquícios na atualidade, essa região tem uma forte presença na história de desenvolvimento da agricultura brasileira (desde o período colonial), onde foram bastante significativos os quantitativos nacionais referentes à produção de cana-de-açúcar, mandioca, fumo e algumas culturas de frutas tropicais.

novembro de 1957 e oferece, entre outras informações relevantes desta área, os limites entre essas fazendas:

**Imagem 3:** Foto dos limites das fazendas que faziam parte da Usina de Aratú



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Arquivo Cartográfico da Base Naval de Aratú (1957). Foto de Maria Éster (2012).

Evidentemente a configuração do território se alterou muito da década de 1930 até o momento atual. Inúmeros processos se somaram a essa área. Nessa dissertação, após relatar sobre a gênese dessa comunidade, trago aqui dois parâmetros norteadores do território dessa comunidade, não necessariamente em ordem cronológica, e que serão discutidos a seguir: a) O desenvolvimento urbano e industrial no entorno da comunidade; b) A chegada da Marinha do Brasil ao território.

### 3.2. POCESSOS DE UM QUILOMBO EM UMA ÁREA METROPOLITANA

Em uma oficina realizada dentro da comunidade no final de 2013, ainda nas atividades multidisciplinares da Residência Profissional, me deparei organizando uma atividade de livre desenho com algumas crianças que estavam “atrapalhando” a

reunião oficial com os adultos. Enquanto colegas de equipe desenvolviam o trabalho com a comunidade, solicitei para que as cerca de dez crianças que ali estavam ficassem comigo em um local afastado da reunião, e que desenhassem e falassem sobre o que queriam no “seu quilombo”. As crianças não tinham mais de dez anos de idade, e me lembro de falas e desenhos que me marcaram bastante: “Queria um restaurante japonês aqui dentro”, falava um dos pequenos; “Poderia ter uma loja de roupas da marca ‘X’, ou de computador, celular, etc.”.

Por mais inocentes que tivessem sido esses desejos das crianças (e justos também), pela primeira vez percebi o quanto a tradicionalidade e os costumes vinculados às interações rurais dessa comunidade se tornam cada vez mais complexa nas novas gerações. Mesmo que na outra reunião – a dos adultos –, os desejos fossem roça, casa de farinha, cerca, curral, etc., esse quilombo já possui uma relação diferenciada com a sua terra em relação a outras comunidades mais isoladas e afastadas dos centros urbanos.

Longe de querer estabelecer nessa dissertação uma discussão a respeito da dicotomia entre rural e urbano – assunto interessante, porém muito denso –, trago essas questões para falar sobre uma das peculiaridades desse quilombo: o fato de o mesmo estar inserido em uma das maiores regiões metropolitanas do país, de ter preservado – em grande parte – as tradições e os costumes rurais, e estar interagindo constantemente com a urbanização da região, que apresenta complexas dinâmicas econômicas e sociais que são, em grande medida, alheias a tradicionalidade quilombola rural.

Sim, quilombos urbanos existem. “A palavra quilombo origina-se do quimbundo *Kilombo*, significando acampamento, arraial, povoação; união; exército” (LOPES, 2006, p.186). Como já afirmado no corpo teórico desse trabalho, os quilombos foram muito mais do que esconderijos de escravos nas matas e nas florestas. Foram a maior forma de protesto, luta e resistência contra o sistema escravista e um espaço, onde quer que tenha se constituído, onde os negros puderam desenvolver seus costumes e reafirmar sua identidade.

Sendo assim, os quilombos estavam no Pelourinho, na Mata Escura, no Cabula, Itapuã, Plataforma<sup>49</sup>. Algumas elaborações, inclusive, colocam que boa parte

---

<sup>49</sup> Todos bairros de Salvador, Bahia.

das favelas e periferias de grandes centros urbanos são o resultado demográfico da acumulação de quilombos e setores empobrecidos do país que ocuparam e estabeleceram seus locais de vida. A partir do desenvolvimento da estrutura urbana, industrial e viária dos grandes centros brasileiros, a tradicionalidade ancestral dessas comunidades originaram novas formações identitárias e simbólicoculturais.

Com o quilombo de Rio dos Macacos não é diferente. A diferença da relação identitária, simbólica e cultural das gerações mais antigas com as mais novas podem ser entendidas a partir de duas razões: a) apesar de terem sido ceifados porções do território histórico dessa comunidade, a atual Gleba desse quilombo se manteve preservada durante todo o período de ocupação dessa comunidade, contraditoriamente, pelos muros reais e ilusórios que a Marinha construiu (tratados a seguir); b) Apesar de o território ter sido preservado, de ter uma densidade demográfica totalmente diferente do contexto da vizinhança, e de os quilombolas terem mantido a sua relação e dinâmica com a produção e os costumes rurais, era inevitável que essa comunidade não interagisse com o entorno da região, principalmente os mais jovens.

Sobre o segundo aspecto, em concordância com Gilberto Corso Pereira (2015), parto de duas premissas para análise do contexto metropolitano:

- i) As cidades são sistemas dinâmicos e em constante evolução; ii) A evolução na direção da constituição de uma 'sociedade urbana' é irreversível e tem como resultado a dissolução de fronteiras entre espaço urbano e rural já prevista por Lefebvre (1969) há mais de quarenta anos, tornando a dispersão urbana uma das principais formas de expansão das fronteiras da cidade. (PEREIRA, 2015, pag. 6).

Considerando, então, as cidades como sistemas dinâmicos, em constante evolução e cada vez mais “eliminadora”<sup>50</sup> das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos, traz-se o contexto de desenvolvimento metropolitano de Salvador, e de toda a área vizinha ao Quilombo Rio dos Macacos, nessa dissertação pelo fato de que,

---

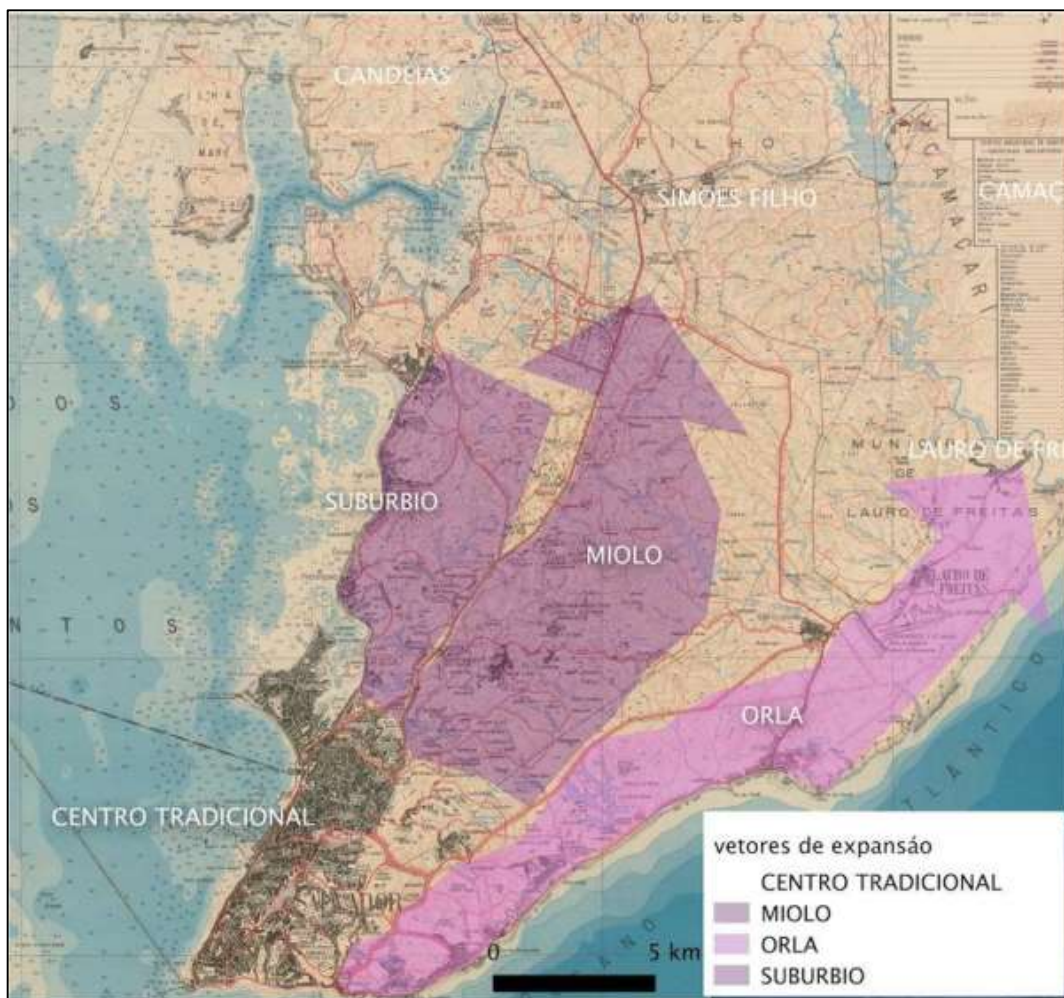
<sup>50</sup> Aqui cabe destacar que as aspas denunciam que o autor dessa dissertação não compactua com a ideia de “fim do rural”, ou de mudança quase que totalitária do Brasil rural para o urbano. Apesar de essa ser uma discussão complexa, e que realmente os grandes centros urbanos possuem uma densidade e uma demografia extremamente alta diante, aqui trabalha-se com as ideias de novas relações entre o rural e urbano, que pode ser entendida em ABRAMOVAY (2000), RUA (2005), e VEIGA (2004).

esse processo, é determinante para o entendimento da preservação identitária do espaço delimitado.

Inicialmente, cabe destacar que o processo de industrialização de Salvador a partir de meados do século XX foi o grande indutor da expansão da malha urbana da capital baiana, gerando, nas décadas seguintes, um adensamento significativo, e um aumento populacional e viário por toda a Baía de Todos os Santos, região conhecida como “subúrbio ferroviário de Salvador”.

Segundo Ângela Gordilho, projetos habitacionais e a ocupação informal também foram intensos durante todo o final do século passado (GORDILHO, 2012), tornando essa região um dos três vetores de expansão do município de Salvador, que incluía, ainda, a expansão do considerado “miolo” de Salvador (região central delimitada por um lado pela Avenida Luís Viana Filho, a Paralela; e, pelo outro lado, pela BR-324), e a ocupação da orla atlântica. O Mapa 8 ilustra melhor esse cenário.

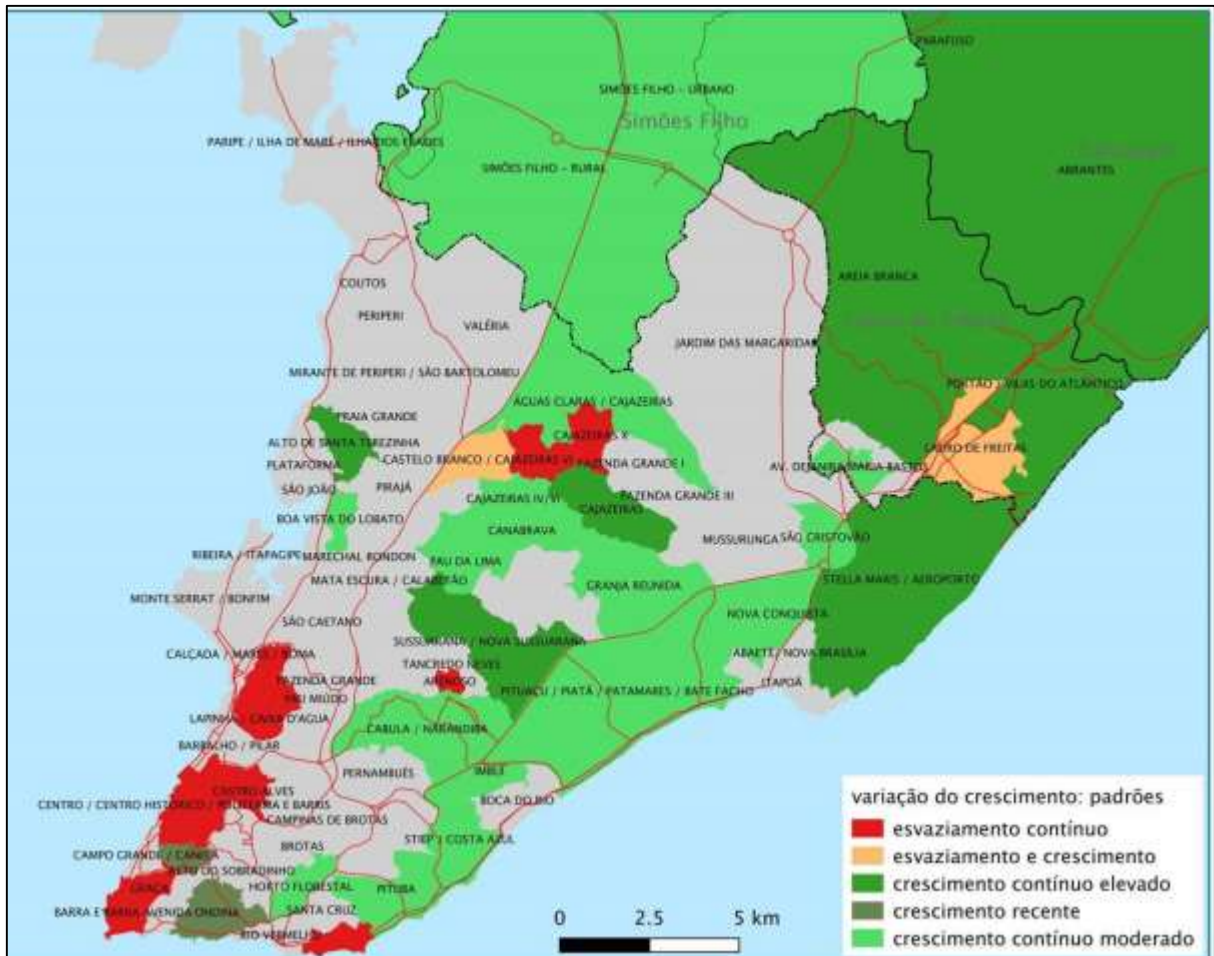
**Mapa 8:** Mapa relacionando os vetores de expansão da estrutura Urbana de Salvador em 1970.



Fonte: Plano Salvador 500, Prefeitura Municipal de Salvador. Elaboração: Carvalho e Pereira (2014).

Levando em consideração uma série histórica de 1991 a 2010, os estudos de Pereira & Carvalho (2014) demonstram que a área do território quilombola pesquisado obteve, nesse período, um nível considerado como “crescimento contínuo moderado”, fruto, principalmente, da expansão urbana de Salvador, conforme pode ser observado no Mapa 9.

**Mapa 9:** Salvador: Padrões de crescimento da população de Salvador e entorno 1991 - 2010



Fonte: Plano Salvador 500; IBGE, 1991, 2000, 2010. Processamento e Elaboração: Carvalho e Pereira (2014)

Apesar da expansão e do desenvolvimento da área urbana de Salvador, assim como em diversas cidades do Brasil, não se observa um crescente desenvolvimento no nivelamento das condições de infraestrutura, acesso a bens e meios de serviço e equalização dos níveis e das faixas de renda em comparação com outras localidades de Salvador e Região Metropolitana. Aqui cabe destacar que menciono muito a área de Salvador, pois, por se tratar de um território quilombola em uma área limítrofe entre a capital baiana e o município de Simões Filho, pode-se dizer que o quilombo dialoga



muito mais com a malha urbana de Salvador do que com o complexo industrial que limita seu território, pertencente, em grande parte, à Simões Filho.

A estrutura viária desse local também se desenvolveu bastante no último período, principalmente para ser suficiente para atender o adensamento populacional da do subúrbio ferroviário de Salvador (a margem de uma trilha de trens, ainda em operação), e para auxiliar o processo de escoamento produtivo da área portuária do Complexo Industrial de Aratu (CIA), composto, também, por uma também área portuária na Baía de Todos os Santos.

Ao longo de toda a extensão do subúrbio ferroviário, a Avenida Alfrânio Peixoto, mais conhecida como Avenida Suburbana, se torna a principal via de acesso da região. Entretanto, o CIA também é cortada por rodovias estaduais, pela BR-324 e vias auxiliares e de alimentação.

A construção do CIA, da área portuária e das rodovias foi responsável, também, para delimitar a porção territorial do quilombo pesquisado nos dias atuais. Antigamente, os mesmos tinham acesso, por exemplo, a Baía de Todos os Santos e ali realizavam atividades de pesca e mariscagem. A partir da construção dos citados elementos de infraestrutura, barreiras “físicas” passaram a fracionar o território histórico da comunidade, tratado no próximo capítulo dessa pesquisa.

Quando tratei nessa dissertação sobre os quilombos urbanos, em partes, me referia a esse tipo de cenário. As cidades crescem, são dinâmicas e são motrizes da (re)produção dos espaços, com bases fortes no aspecto econômico do desenvolvimento. Com isso quero dizer claramente que o Quilombo Rio dos Macacos, sem sombra de dúvidas, é historicamente muito maior do que o atualmente delimitado (pelo Incra) e pesquisado (pelo autor). Em verdade, se fosse possível voltar décadas e séculos na história, outros quilombos certamente seriam registrados.

**Mapa 10:** Mapa das manchas das regiões vizinhas ao território do Quilombo Rio dos Macacos (BA)



Fonte: Inbra e Conder, 2012. Elaboração: Leonardo Polli, 2016. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Atualmente boa parte das terras ao norte do quilombo, na área do CIA, pertence à Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial da Bahia (SUDIC). Outras áreas ao norte do território foram ocupadas ao longo do final do século passado, por mais de uma centena de pequenos agricultores, posseiros, muitos dos quais se estabeleceram nessas terras em meados dos anos 1980, a partir de um movimento ocupacional organizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mapele, bairro pertencente à Simões Filho. (FORTES, 2012)

Falando novamente da porção territorial ao norte da comunidade, o entorno é adensada por ocupações informais, dentre eles, quilombolas, pequenos agricultores e posseiros que ficaram de fora do cadastramento realizado pelo Inbra (ocupam uma área denominada de “Alto dos Macacos”). Essas ocupações informais dividem o espaço com algumas indústrias (sendo muitas abandonadas) que estabelecem a área

do CIA, cuja criação, em 1965, ensejou a desapropriação de terras das antigas fazendas que faziam parte da Usina de Aratú.

Nesse relato sobre a relação da comunidade quilombola com seu entorno é possível perceber o quanto esse território se relaciona com o meio urbano e industrial. Essa relação próxima faz com que as atividades sociais básicas da comunidade (trabalho/estudo, circulação, lazer, procura de serviços, etc.) sejam realizadas no entorno imediato. Alguns quilombolas que não estão diretamente vinculados à produção rural trabalham e obtêm renda no entorno do território (muitos já trabalharam em alguma indústria da região). É nas proximidades também que os quilombolas estabelecem a relação de venda de seus produtos advindos de sua agricultura familiar.

Sem sobra de dúvidas as análises em relação ao entorno do território são fundamentais para entender as dinâmicas atuais da comunidade de Rio dos Macacos. Segundo o relatório antropológico:

Mesmo depois da paralização de suas atividades produtivas, a Usina continuou a ser uma importante referência para os que permaneceram vivendo nas terras ao seu redor, como foi o caso dos moradores do Quilombo Rio dos Macacos. Com o fechamento da Usina, no entanto, a história prosseguiu o seu curso e outras referências foram fundamentais para constituir o que é hoje a comunidade Remanescente de Rio dos Macacos e para o que a chegada da Marinha a estas terras constitui, sem sombra de dúvidas, um outro marco fundante. (FORTES, 2012. Pág. 26)

Apesar de todas as novas (re)configurações que o quilombo e a área do entorno sofreram nas últimas décadas, nada foi mais determinante do que o início das atividades da Marinha do Brasil nesse espaço, e sobre isso que a seguir trabalho e discuto nessa dissertação.

### 3.3. A CHEGADA DA MARINHA DO BRASIL

Novamente reitero que o processo de reconhecimento e regularização fundiária no país é complexo. Elevado à condição de lei de propriedade, ainda em vigor no país, a Lei de Terras de 1850, aprofundou, em grande parte, no final do século XIX e durante todo o século XX, a concentração de terras no país. Quando se trata de regularizar propriedades em áreas urbanas e rurais a grupos tradicionalmente territorializados, a

tendência, é que existam em lados opostos setores antagônicos do ponto de vista econômico, social e político na luta por determinada área.

Por isso, é muito comum na atualidade notícias em que: um grupo de pequenos produtores disputam terras com um grande latifundiário ou fazendeiro; ou, que grupos indígenas entram em confronto com grandes redes multinacionais de exploração de matéria prima; marisqueiras, pescadores e comunidades ribeirinhas comumente se colidem com os interesses econômicos de grandes redes hoteleiras. Não é possível esquecer também, que há ainda as disputas que ocorrem entre grupos dos povos e comunidades tradicionais com o próprio Estado, seja em áreas tombadas pela União, seja por terras devolutas.

O caso do Quilombo Rio dos Macacos também tem a sua história própria e que apesar de ser linda do ponto de vista da luta pela afirmação territorial e identitária, conta, certamente, com momentos trágicos. De fato, como diz a geógrafa Paula Cordeiro:

A memória histórica é marcada pelos indivíduos envolvidos nela. Existem momentos políticos que podem se tornar marcos na vida de pessoas diferentes em muitos cantos do globo. Quando o simples e o cotidiano se transformam, as pessoas mudam. “A cabeça pensa onde o pé pisa” gritamos, mas a verdade é que só existimos enquanto seres humanos envolvidos em relações: materiais e imateriais. Relação para produzir e reproduzir, relação para se comunicar. (CORDEIRO, 2014, p. 11).

Ainda sobre isso, a geógrafa questiona:

Mas quando a vida cotidiana e a possibilidade de relação humana estão condicionadas, vigiadas, impedidas? Quando os corpos são controlados? Quando envolvidos na luta temos esperança? (Idem)

Durante o desenvolvimento do TCC, a autora apresenta suas conclusões sobre esses questionamentos. De fato, ocorre que as terras onde essa comunidade existe e resiste foram adquiridas, legalmente, pela Marinha a partir de meados da década de 1950. Essa “aquisição” legalizada e normatizada foi, sem sombra de dúvidas, o elemento de choque direto em relação a tradicionalidade e os costumes locais, e a mudança impositiva de ações promovidas por um agente antagônico.

O perímetro abrangido pelas terras em nome da Marinha neste local resulta da desapropriação de uma pequena porção da Fazenda Aratu, da desapropriação de

partes da Fazenda Meireles e de uma doação, feita à Marinha pela Prefeitura Municipal de Salvador<sup>51</sup>, da Fazenda Macacos. (FORTES, 2012. p. 29)

Por ter, de certa forma, uma posse legítima do espaço, a partir da década de 1960, a Marinha do Brasil começa a ocupar a região, e iniciar um processo de instalação de suas edificações e equipamentos inerentes ao funcionamento da atividade militar. Porém, apesar de começar a construção de seus equipamentos no território a partir da década de 1960, a chegada da Marinha a região remonta à Segunda Guerra Mundial. Seguindo o relatório antropológico, a seguir, reproduzo um breve histórico dos marcos que levaram a instalação da base naval, tal qual está disponível no site oficial da Base Naval de Aratú:

“A ideia da construção de uma Base Naval na área correspondente às antigas fazendas da Ponta de Areia, Pombal e Boca do Rio remonta ao ano de 1883 (...). Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, a Marinha dos Estados Unidos construiu bases navais ao longo de todo o litoral brasileiro. Na cidade de Salvador foram criadas duas bases navais: uma base aeronaval em Aratú, e outra destinada a prestar apoio logístico a aviões “*destroyers*”, localizada em frente ao porto de Salvador, na área onde hoje funciona o grupamento de fuzileiros navais. Após a guerra essas bases foram entregues ao Brasil, ficando inicialmente a Marinha com a base aeronaval de Aratú. Assim, no ano de 1949, surgiu a ideia de construir uma Base Naval em Aratú, com a consequente transferência da Base Naval de Salvador para esse local. (...) Após 20 anos de muito esforço, dedicação e trabalho, a Base Naval de Aratú foi criada pelo Decreto Federal número 64.630 de 03 de junho de 1969, entrando em efetivo funcionamento em 01 de junho de 1970. Localizada estrategicamente na Bahia de Todos os Santos, próxima a importantes polos de desenvolvimento industrial, é uma Organização Militar Prestadora de Serviços – OMPS.”<sup>52</sup>

Apesar de todo discurso patriótico e nacionalista que os setores militares fazem, é evidente que, do ponto de vista histórico, as terras em que a Marinha instalou suas estações e equipamentos não estavam vazias e desocupadas. Existiam pessoas e comunidades morando, vivendo e construindo suas identidades no local, como já fora mencionado. É bem verdade, também, que embora não houvesse muitas leis e políticas de assentamento de terras naquela época, a Marinha também se utilizou de discursos grandiosos e nobres para se instalar no local, alegando gerar benefícios

---

<sup>51</sup> A partir da Lei Municipal nº492, de 5 de julho de 1954, a Fazenda Macaco foi doada a Marinha do Brasil pela Prefeitura Municipal de Salvador. Vale, como referência, que o município de Simões Filho só fora emancipado de Salvador em 1961.

<sup>52</sup> Disponível, na íntegra, em <http://www.mar.mil.br/bna/historico.html>. Último acesso em 10 de janeiro de 2016.

sociais à população do entorno, fato esse, não consumado em quase meio século de instalação.

Foi assim, por exemplo, que começaram as obras da Barragem da Base Naval de Aratú. Segundo a já mencionada Lei Municipal nº492, que outorgou a doação de terras à Marinha em 1954, caberia à Marinha, em contrapartida, promover o abastecimento de água à população de bairros vizinhos, fato esse não desenvolvido. Apesar da contrapartida exigida, o uso da atual barragem e recursos técnicos e hídricos disponibilizados pelas construções militares é de uso e controle da Base Naval de Aratú, e seguem sendo utilizadas apenas com finalidades militares, essencialmente para o abastecimento da Vila Naval localizada também no território. Segundo o relatório antropológico:

*A Barragem de Rio dos Macacos foi planejada para que a Base Naval de Aratú tivesse autonomia no fornecimento e controle na qualidade da água que utiliza – Assim nos explicou o atual comandante da Base Naval, em reunião ocorrida entre aquela instituição e o INCRA, em janeiro de 2012. A Tulipa da Barragem foi concluída em 1956. (FORTES, 2012. p. 29),*

Da construção da Barragem de Rio dos Macacos na década de 1950, à construção da Vila Naval da Barragem a partir da década de 1970, ampliada até os dias de hoje, o fato concreto é que a instalação da Marinha no território fora marcada pela imposição de novas e estranhas dinâmicas sociais em uma área que já era adensada e ocupada por uma população tradicional (diretamente ligada e identificada com o território).

Além de práticas e dinâmicas estranhas ao território, alguns atos relatados pela comunidade demonstram que realmente a relação entre quilombolas e a Marinha do Brasil não foi harmônica em sua essência, e alguns foram os casos de agressões físicas e morais, expulsão de moradores da comunidade, impedimento da construção ou reformas de casas, a negação da manutenção das culturas de subsistência através dos roçados e do acesso à infraestrutura básica como água e energia elétrica, além do ataque direto a religiosidade quilombola, consolidado no fechamento e destruição de terreiros de candomblé.

Obviamente essas afirmações não passam de relatos de moradores quilombolas contra todo o aparato institucional, jurídico, midiático e político das forças armadas. No dia 06 de janeiro de 2014, lideranças da comunidade foram agredidas

ao acessar o território (o principal e único acesso oficial da comunidade ainda é pela portaria principal da Vila Naval).

Toda a ação dos militares de plantão na portaria fora gravada pelo circuito de segurança da própria Vila Naval, o que alcançou destaque na mídia local<sup>53</sup>. Recentemente, inclusive, a Comissão Estadual da Verdade (Sessão Bahia), em agosto de 2015, denunciou a violência recente de militares contra moradores do Quilombo Rio dos Macacos, através de ofício encaminhado ao ex-Governador da Bahia que, na época, era o Ministro da Defesa do Governo de Dilma Rousseff. Segundo depoimento de uma das principais líderes da comunidade, alguns sargentos de plantão comandaram agressões físicas a um menor de idade, causando-lhe várias lesões.

Apesar da insuficiência de provas documentais de agressões e violações dos direitos humanos a essa comunidade, há de se convir que, em apenas dois recentes exemplos divulgados (muito por conta da situação de resistência da comunidade, e pelas acessórias políticas e jurídicas que hoje atuam junto com a mesma), é possível imaginar que não são falaciosos os contos, memórias e histórias dos depoimentos dos moradores quilombolas.

### 3.4 O ESTÁGIO ATUAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE RIO DOS MACACOS

#### *Estágios do processo jurídico*

Para qualquer ser humano desavisado, que por ventura está conhecendo agora a realidade de Rio dos Macacos, o mais óbvio seria chegar à conclusão de que à Marinha, sem tomar conhecimento nenhum (ou, talvez, sem se preocupar com o que conhecia) invadiu as terras de pequenos agricultores, posseiros e proprietários que ali existiam, e estabeleceram seus equipamentos e construções. Para qualquer ser humano otimista, esse agrupamento populacional que ali existia teria o direito de ser reparado por tudo que perdeu, ou deixou de se desenvolver, do ponto de vista social,

---

<sup>53</sup> Vídeo e notícia podem ser acessados em <http://www.bahianoticias.com.br/noticia/150377-quilombo-rio-dos-macacos-video-mostra-lider-comunitaria-agredida-por-oficiais.html>. Acesso em 21 de janeiro de 2016.

econômico e humano. Entretanto, não foi assim para a Marinha do Brasil, nem por setores da Justiça Brasileira.

Ocorre que desde 2009, a Marinha está, através de ações reivindicatórias, requerendo a desocupação dos quilombolas da área militar situada no entorno da Base Naval e da Vila Militar de Aratu, e a reintegração de posse dessa área ao seu território. Ou seja, para a Marinha do Brasil, a comunidade que ali existia centenariamente, nada mais era, do que um grupo de invasores que ocuparam ilegalmente aquelas terras.

Seguindo, ou concordando, com a forma de pensar da Marinha, em 2009, a Advocacia-Geral da União (AGU) pediu a desocupação do local para atender às necessidades futuras da Marinha<sup>54</sup>. A partir dos processos de desocupação movidos pela Marinha, a comunidade iniciou um processo de mobilização pela permanência no território, e, em paralelo, entrou com um pedido de titulação da área a favor dos quilombolas.

Essas mobilizações contaram com o apoio e a divulgação de diversos e importantes setores do movimento social brasileiro, incluindo sindicatos, associações, movimentos populares, partidos políticos, entidades jurídicas, parlamentares, etc. Não à toa, a história do Quilombo Rio dos Macacos ganhou audiência e divulgação nacional, além de ter inspirado a resistência e a luta por direitos territoriais em diversas outras comunidades quilombolas do país.

Com essas mobilizações, e através de estudos antropológicos, a comunidade obteve a certificação de autorreconhecimento quilombola emitida pela Fundação Cultural Palmares (FCP) em outubro de 2011, primeiro passo para o reconhecimento territorial no Brasil.. No momento posterior, o INCRA começou a confecção do RTID da comunidade, concluindo-o em 2012, e caracterizando, como já mencionado, que Rio dos Macacos é um quilombo, tendo hoje 67 famílias reconhecidas enquanto remanescentes quilombolas. Cabe destacar que um novo levantamento cadastral realizado no final de 2015 incluiu mais algumas famílias no RTID, sendo assim,

---

<sup>54</sup> Notícia disponibilizada em vários portais de comunicação, para esse trabalho, visualizada no portal da Empresa Brasil de Comunicação, disponível em <http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/08/incra-delimita-area-quilombola-rio-dos-macacos-alvo-de-disputa-com-marinha>. Acessado no dia 21 de janeiro de 2016.



atualmente a comunidade possui 85 famílias reconhecidas enquanto remanescentes, e cerca de 400 moradores.

Mesmo com a certidão da FCP, e com o RTID confeccionado pelo INCRA, no dia 07 de agosto de 2012, o juizado federal da 10ª Vara Federal de Salvador manteve os efeitos da sentença que ordenou o despejo imediato da comunidade quilombola Rio dos Macacos, ainda em 2010. Diante disso, novamente cenas de guerra ocorreram dentro do território quilombola, registrando a presença de militares fortemente armados para derrubarem pequenas casas de barro<sup>55</sup>. Novamente, todo um processo de luta pelo reconhecimento territorial foi desenvolvido, fazendo com que, inclusive, ainda em 2012, a Defensoria Pública da União na Bahia (DPU-BA) pedisse a suspensão do processo, que até hoje tramita na justiça.

A partir da confecção do RTID, o cenário já era outro. Com a certidão de comunidade quilombola, e o reconhecimento e delimitação territorial desenvolvido pelo INCRA, órgãos do Governo passaram a ter que, judicialmente, delimitar o território da comunidade, e reconhecer que a mesma permaneceria no território. Desde então, inúmeras foram as reuniões entre a comunidade e órgãos do Governo Federal, Estadual e Municipal (Simões Filho), na tentativa de promover políticas públicas no território.

Por mais que o Quilombo Rio dos Macacos seja um marco na história nacional da luta quilombola, nenhuma política pública efetiva foi consolidada no território. As propostas de construção e reforma de moradias não saíram do papel, bem como a de garantia de serviços mínimos de infraestrutura básica, como a distribuição de água canalizada e energia elétrica. Atualmente, alguns moradores estão cadastrados em programas sociais como o programa Bolsa Família e os atendidos pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Simões Filho.

O elemento central foi e segue sendo a questão territorial. Muitas das “promessas” não cumpridas utilizam esse elemento como subterfugio para não terem sido realizadas. Ou seja, era necessário, primeiramente, resolver o impasse territorial.

---

<sup>55</sup> Notícia disponibilizada em vários portais de comunicação, para esse trabalho, visualizada no portal do Baía Toda Hora, disponível em [http://www.bahiatodahora.com.br/destaques-esquerda/noticia\\_destaque3/juiz-mantem-sentenca-que-ordena-despejo-imediato-da-comunidade-rio-dos-macacos-mas-defensoria-da-uniao-vai-recorrer](http://www.bahiatodahora.com.br/destaques-esquerda/noticia_destaque3/juiz-mantem-sentenca-que-ordena-despejo-imediato-da-comunidade-rio-dos-macacos-mas-defensoria-da-uniao-vai-recorrer), acessado no dia 21 de janeiro de 2016.

A disputa, então, girou em torno do quantitativo de hectares que seriam destinados à comunidade, editando, assim, um novo capítulo da história do Quilombo Rio dos Macacos.

De um lado, uma comunidade com um gigantesco capital social de luta e mobilização reivindicando a totalidade de seu território histórico (que ultrapassava os muros da Marinha do Brasil, inclusive), de outro lado, a Marinha do Brasil que com todo o seu poderio não admitia ter seu território dividido com singelas 85 famílias da “roça”<sup>56</sup>. Na mediação, esferas do governo estadual e federal que acompanhavam milimetricamente a discussão em torno dos hectares, e tentavam mediar os interesses a partir da confecção de algumas propostas aos quilombolas.

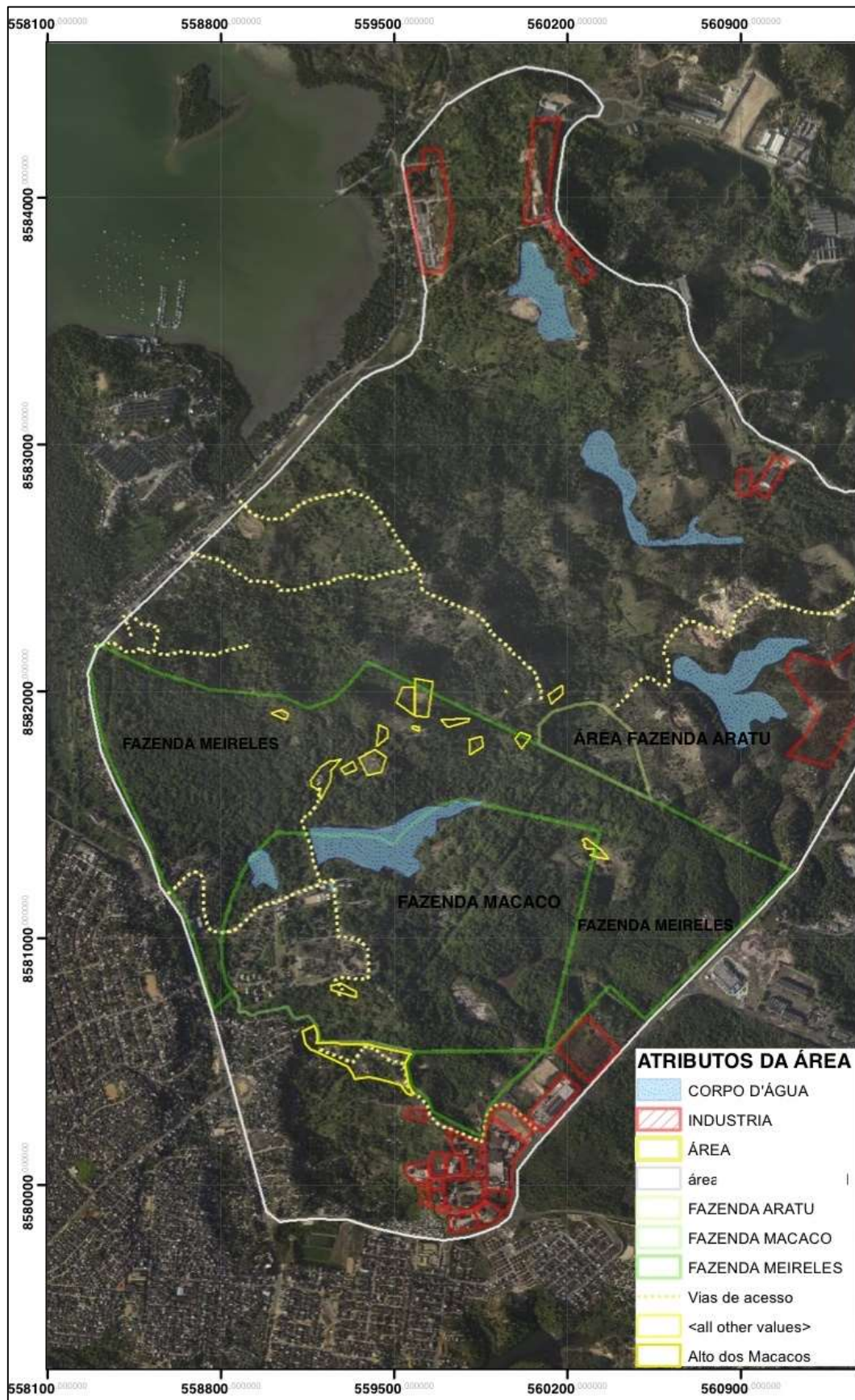
#### *Estágio do processo de disputa territorial*

A partir dos estudos antropológicos desenvolvidos em 2012 pela *Zagatto Consultoria Ambiental e Social*, como parte do processo de confecção do RTID da comunidade, o INCRA caracterizou que a área da comunidade possuía 301 hectares. Apesar de determinar esse quantitativo de terras, percebe-se que o próprio estudo reflete um quantitativo significativo de perdas de porções do território, acesso a atividades de pesca e mariscagem na Bahia de Todos os Santos e locais históricos de ocupação dessa comunidade. O mapa 11 demonstra os marcos espaciais de estudo dessa comunidade, realizados pela Zagatto Consultoria.

---

<sup>56</sup> Termo utilizado pelos navais para se referir, na tentativa de serem pejorativos, aos quilombolas.

**Mapa 11:** Área histórica de estudo da comunidade quilombolas de Rio dos Macacos (BA)



Fonte: Relatório Antropológico Rio dos Macacos. Zagatto Consultoria. INCRA (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Ou seja, mesmo reconhecendo a porção territorial histórica que essa comunidade possuía, e toda a relação produtiva, econômica e cultural com o entorno, no mesmo ano, como já mencionado, o INCRA havia caracterizado que o território compreendia 301 hectares. Aqui cabe destacar que boa parte dos estudos, análises, oficinas e atividades de campo do autor dessa dissertação leva em consideração esse quantitativo territorial.

**Mapa 12:** Delimitação territorial oficial do Incra ao Quilombo Rio dos Macacos.



Fonte: INCRA (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Listo três elementos centrais por essa opção de análise metodológica: a) Esse foi o quantitativo de área determinado pelo INCRA em suas análises territoriais e antropológica; b) Como instrumento de luta, a comunidade segue reivindicando esse quantitativo; e c) por estar ainda em curso à regularização fundiária, fica difícil seguir uma base cartográfica oficial em relação ao território, sendo assim, desde os trabalhos

prévios, trabalho individualmente ou coletivamente com essa realidade. Assim sendo, a seguir demonstro o território apresentado pelo instituto em 2012:

Tendo em vista a observação feita sobre a demarcação metodológica da análise territorial dessa pesquisa, registra-se que, contraditoriamente, o mesmo instituto, publicou apenas 104 hectares do total que havia sido identificado. Essa não foi uma proposta de consenso entre militares e quilombolas, na verdade, esse quantitativo foi decretado e oficializado verticalmente pelas instâncias de governo, depois de diversas audiências, conversas, visitas em campo, demarcações, etc. Mesmo tendo sido aprovado a revelia dos quilombolas, essa proposta acaba sendo uma vitória diante das propostas que anteriormente haviam sido feitas.

Desde o momento da finalização do RTID, uma verdadeira batalha cartográfica fora estabelecida, na tentativa de se chegar a essa publicação final. Sanzio (2015) ilustra muito bem como é produzida essa batalha:

A história da geografia do Brasil mostra que ela quase sempre esteve a serviço do Estado, ou seja, sua evolução está marcada por uma série de ações de suporte ao Brasil Colônia, Império ou República. Acreditamos que o espaço e a sociedade em que vivemos (no sentido largo) é resultado do que aconteceu no passado, portanto, viver sem conhecer os processos pretéritos é estar e caminhar num “território de risco”. O país tem dimensões continentais, mas a mentalidade dominante ainda é a colonial; por exemplo, a ideia de possuir terra ainda significa poder, e a precariedade da educação geográfico-cartográfica tem sido uma estratégia geopolítica eficaz para a manutenção da “geografia da invisibilidade e da ignorância espacial. (SANZIO, 2015, p.375)

A primeira proposta oficial para demarcação territorial desse quilombo foi, no mínimo, um desrespeito à história, importância e cultura quilombola de maneira geral. Fora ofertado, ainda em 2012, em uma audiência no Ministério Público da Bahia, uma porção de 7,5 hectares de terras, fora do território demarcado, como demonstrado no Mapa 3.

Aqui cabe destacar que essa produção e mapeamento das propostas é uma demonstração, também, desse processo de disputa cartográfica. As imagens apresentadas nos mapas (e que basearam a delimitação feita pelo autor) são reais, e demonstram a maneira grotesca como os agentes públicos tratam comunidades pouco experimentas e conhecidas em relação a instrumentação técnica. No mapa,

por tanto, apresento uma delimitação aproximada da proposta, haja vista que nem as bases digitais foram disponibilizadas.

**Mapa 13:** Mapa de projeção da primeira proposta de regularização fundiária ao território.



Fonte: INCRA, CONDER (2012). Elaboração Própria (2016). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

A apresentação grosseira dessa proposta foi rejeitada pela comunidade da mesma forma. Na revisão teórica desse trabalho resgato bastante a questão da identidade quilombola, que tem relação direta com o seu território. Ao fazer uma proposta de reassentamento, mesmo que em localidade próxima, o Governo Federal e suas instituições demonstraram o quão contraditórios são em, por um lado, promover um amplo arcabouço político e jurídico em benefício dos quilombolas e, por outro lado, favorecer outros interesses na resolução dos conflitos fundiários.

A segunda e a terceira proposta também não fugiram muito dessa realidade. Fora ofertado em dezembro de 2012, através de ofício da Secretaria Geral da Procuradoria da República (SG/PR), um território de 21 hectares, dessa vez dentro do território. Numa segunda audiência, ocorrida em outubro de 2013, fora feita uma oferta

que associava a primeira e a segunda proposta (oficializada como sendo a terceira proposta), num total de 28,5 hectares descontínuos do território, conforme demonstro a seguir:

**Mapa 14:** Mapa de projeção da segunda e terceira proposta de regularização fundiária ao território.



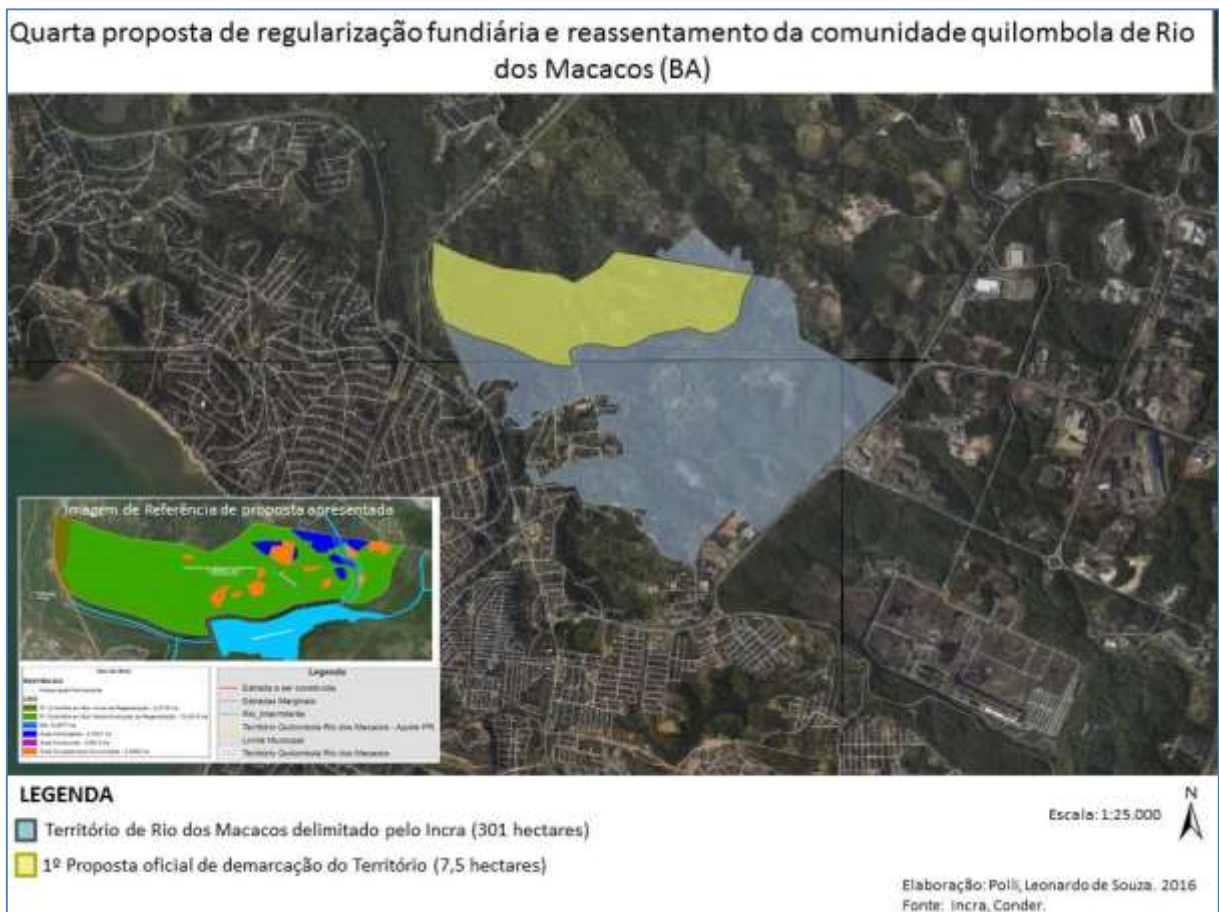
Fonte: INCRA, CONDER (2012). Elaboração Própria (2016). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Assim como a primeira, a segunda e a terceira proposta foram rejeitadas. Registro aqui que fora nesse momento que comecei a interagir com a comunidade, com o grupo de trabalho já mencionado do qual fazia parte do processo de assistência técnica e profissional. Pelos mapas que o próprio Incria desenvolveu já fica nítido que as propostas não só estão longe de atender os anseios territoriais dessa comunidade, mas que restringia o mesmo do acesso a recursos básicos para a subsistência de uma comunidade rural, como o acesso a água, desde a Barragem de Rio dos Macacos, até o manancial hídrico da região. Além disso, a fatia do território que foi ofertado faz parte de uma área não adensada, utilizada a partir de atividades de

extrativismo, e de preservação ambiental, conforme as bases e informações digitais do próprio Incra.

Em março de 2014, em uma nova audiência no ministério público, fora apresentado novamente pela SG/PR uma quarta proposta de regularização fundiária ao quilombo, a qual apresento na íntegra na imagem a seguir:

**Mapa 15:** Mapa da quarta proposta, baseada na Delimitação territorial oficial do Incra



Fonte: INCRA, CONDER (2014). Elaboração Própria (2016). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Novamente a audiência não terminou com um consenso, e diante do impasse, as partes envolvidas discutiriam novas propostas. Por um lado, os quilombolas não queriam ceder cerca de dois terços de seu território delimitado. Por outro lado, a Marinha e o Governo colocavam enquanto negociáveis apenas uma parte da área ao sul da barragem, que envolvia o local de moradia de um dos núcleos familiares mais importantes do território quilombola, a qual pertence a moradora mais antiga desse quilombo, nascida e criada ali, Dona Maria, mãe de Dona Olinda, uma das lideranças da comunidade.



Diante disso, e da aproximação já iniciada entre os membros da Residência Profissional, uma oficina junto com lideranças da comunidade, conduzida pelas colegas de equipe Paula Regina Cordeiro (Geógrafa), e Luana Figueiredo (Arquiteta), uma contraproposta fora pela primeira vez apresentada para o poder público, junto com um plano construído pela equipe de diretrizes mínimas para a regularização fundiária, conforme expresso no Mapa 16.

**Mapa 16:** Contra Proposta apresentada por equipe de assistência profissional.



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. Elaboração: Luana Figueiredo e Paula Regina, 2015. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Essa proposta foi apresentada em maio de 2014, e marcou o fim de um ciclo de audiências públicas sobre a regularização fundiária da comunidade. Por ser ano eleitoral, e momento de mudança ou fim de gestões estaduais e federais, pode-se induzir que os governantes, e, por consequência, seus membros indicados nas instituições e secretarias públicas, não estavam preocupados com a questão, ainda mais em um amplo contexto de polarização social diante das eleições presidenciais e estaduais.

Dando sequência a essa lógica, apenas em 2015 foram retomadas as “negociações” em relação a regularização fundiária do território. Entretanto, a parte das audiências e discussões simplesmente deixaram de existir. De um lado, o Governo apresentou em meados de 2015, o que chamaria de proposta final para a demarcação do território quilombola, não havendo mais espaço para discussão sobre a mesma. Por outro lado, as necessidades imperativas pelas definições territoriais e pela promoção urgente de políticas públicas no quilombo, fizeram com que o capital social de mobilização da comunidade se perdesse um pouco, em minha opinião. Isso fez com que não houvesse mais por parte do Quilombo uma efervescência política para lutar até o fim pela demarcação do território reivindicado, ou próximo.

Essa foi uma jogada consciente do Governo, que cansou até o fim a resistência quilombola no processo de negociação de seu território. Na urgência por ver o desenvolvimento, finalmente, de suas precárias condições sociais, econômicas e de infraestrutura, apesar de terem recorrido judicialmente à decisão (e desse processo ainda estar em curso), não tiveram articulação e fôlego suficiente para conquistar mais fatias territoriais. O Governo agiu rápido e sabiamente diante dessa realidade, demarcando e publicando a proposta de 104 hectares.

**Mapa 17:** Mapa da proposta final de regularização fundiária



Fonte: INCRA, CONDER (2015). Elaboração Própria (2016). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

A publicação legal de reconhecimento do território ocorreu muito recentemente, mais especificamente, fora publicada no Diário Oficial da União, no dia 18 de Novembro de 2015, a Portaria 623, que declara “como terras da comunidade remanescente de Rio dos Macacos, em Simões Filho (Grande Salvador), uma área de 301 hectares, dos quais somente 104 hectares foram destinadas para titulação de posse”.

Por nota, a Marinha, via Comando do 2º Distrito Naval, informou que a área destinada à comunidade será de 104 dos 301 hectares demarcados. Os outros 196 (e fração) hectares permanecerão sob administração da Marinha, por serem de "interesse estratégico à defesa nacional". O artigo 2º da portaria determina o "prosseguimento dos autos administrativos para fins de regularização fundiária de duas glebas descontínuas que totalizam 104,8787 ha". As terras são descontínuas

porque o quilombo foi dividido em dois territórios, com base no RTID elaborado pelo INCRA<sup>57</sup>.

Com a demarcação das terras, uma parte das 67 famílias que residem no local está em uma área de 86 hectares ao norte da barragem da Base Naval de Aratu e outra está assentada em seis hectares ao sul da vila (respeitando a tradicionalidade já mencionada de Dona Maria e seu núcleo familiar). Um terreno com 12 hectares de extensão ao norte da comunidade (preenchendo a área não concedida na quarta proposta), cedido pelo governo do estado (áreas anteriormente pertencidas à SUDIC), ao lado do terreno da Marinha, completa o território.

Apesar de não terem conquistado a totalidade do território delimitado e reivindicado, não sobram dúvidas de que essa foi uma vitória importante para a comunidade e para o movimento quilombola de maneira geral. Relatos não oficiais informam que depois da ordem jurídica de reintegração de posse em 2009, a primeira “proposta” que o Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), foi a de “ceder” através de financiamento público, terrenos em áreas devolutas do estado fora e distantes do território tradicionalmente ocupado.

Dessa proposta fizeram surgir outras, e desde que o pertencimento foi garantido no território através de uma carta que os reconhece enquanto quilombolas, a fração do território passou de menos de 8 hectares para 104. Sim, foi uma vitória construída com muita luta e dedicação da comunidade, e por aqueles que se somaram ao processo. Não obstante, uma festa dentro da comunidade foi organizada no dia 19 de janeiro de 2016, junto com membros, artistas, parlamentares e gestores de diversas instituições, órgãos públicos e segmentos do movimento social para celebrar essa conquista.

---

<sup>57</sup> Disponível em <http://atarde.uol.com.br/noticias/imprimir/1727553>, acessado em março de 2016.

**Imagens 4 e 5:** Fotos da festa de comemoração da publicação do território a favor da comunidade



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Foto: Leonardo de Souza Polli (2016).

Não há dúvidas de que essa conquista tem que ser celebrada e comemorada. O breve relato nesse trabalho dessa comunidade demonstra que a batalha pela permanência no território foi muito dura, com cenários de avanços e retrocessos. Há que se preocupar ainda com o cenário recente de transferência das atribuições de demarcação territorial do Incra para o MEC, e avaliar como de fato a publicação final do território irá ocorrer.

Entretanto, mesmo que haja ainda essas novas e retóricas preocupações, e que a publicação territorial fora extremamente contraditória com os próprios estudos desenvolvidos pelo Incra, o fato unissonante é o de que a publicação do RTID torna legítimo o direito de a comunidade quilombola de Rio dos Macacos permanecer no território, e ali estabelecer as bases de seu futuro, sem perder de vista suas características e costumes próprios.

Além de ter o direito a permanecer no território, ao conquistar essa legitimidade, o quilombo pode passar, então a lutar e exigir, em seu território legítimo, a aplicação dos programas, das políticas e das leis voltadas à promoção e ao desenvolvimento social e econômico dos povos e comunidades tradicionais. Evidentemente muito ainda tem que ser conquistado. Mas entre avanços (Imagem 6) e retrocessos (Imagem 7 e 8), o Quilombo Rio dos Macacos segue fazendo sua história.

**Imagem 6:** Imagem da implementação do programa de Eletrificação Rural na Comunidade



Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

**Imagem 7 e 8:** Campanhas promovida pelo Quilombo Rio dos Macacos pela continuidade das obras referentes a construção da estrada do acesso independente da comunidade ao seu território, e contra o isolamento do quilombo à Barragem do Rio dos Macacos.

## Natal tenso no Quilombo Rio dos Macacos

*Marinha dá início à construção de muro para impedir a comunidade quilombola de ter acesso à água*



O Quilombo Rio dos Macacos teve um Natal de muita tensão. Desde o dia 23, estamos em luta, em defesa do nosso território - Terra e Água - que mais uma vez é atacado. A Marinha retoma as tentativas de

iniciar as obras de construção do MURO que pretende impedir o nosso acesso ao Rio.

As nossas plantações, nossas famílias, nossa comunidade como um todo, sempre foi abastecida pelo Rio dos Macacos. Este Rio para nós é Sagrado e não abrimos mão do direito ao USO COMPARTILHADO. Além de tentar nos tirar o acesso ao Rio e às águas que muitos de nós ainda consumimos, o rio também foi deixado fora de nosso território, assim como nossas Fontes Naturais, as Nascentes, as árvores frutíferas centenárias e nossa Sagrada Gameleira de valor Espiritual. Queremos uma reunião URGENTE com o Comandante Geral da Marinha, Secretaria Geral da Presidência, Ministro da Defesa, Ministério Público Federal, Fundação Cultural Palmares, INCRA, SEPROMI, SEPPIR e Secretaria de Direitos Humanos.

Comunidade quilombola Rio dos Macacos

**Somos todos Rio dos Macacos!**

**SOMOS  
QUILOMBO  
RIO DOS  
MACACOS**

Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

**Imagem 7 e 8:** Campanhas promovida pelo Quilombo Rio dos Macacos pela continuidade das obras referentes a construção da estrada do acesso independente da comunidade ao seu território, e contra o isolamento do quilombo à Barragem do Rio dos Macacos.

**QUILOMBO  
RIO DOS  
MACACOS**



**TEM  
DIREITO  
A ÁGUA!**

**Pelo Uso Compartilhado do RIO  
e pela continuidade das obras da Estrada**

Hoje, 10/01/17, nosso quilombo amanheceu com o Exército Brasileiro retirando manilhas - importante estrutura que antecede a conclusão das obras da estrada - sinalizando com isso a suspensão das obras.

Não abriremos mão das Políticas Públicas de acessibilidade que nos foi negada durante gerações, tão pouco do **uso compartilhado do RIO** que sempre nos abasteceu de Água e Alimento.

Continuamos pedindo uma reunião com as assessorias da nossa associação, o Comandante Geral da Marinha, Secretaria Geral da Presidência, Ministro da Defesa, Ministério Público Federal, Ouvidora da Defensoria Pública do Estado, Fundação Cultural Palmares, INCRA, SEPROMI, SEPIR e Secretaria de Direitos Humanos.




Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

Para além das obrigações e responsabilidades legais que os governos, em todas as esferas, possuem em relação a promoção do desenvolvimento quilombola, a territorialização garantida permite, também, que a comunidade siga resgatando sua ancestralidade, e se afirmando socioculturalmente. A vida e a sociedade cada vez mais conectada auxiliam e fomentam esse desenvolvimento. Não à toa, a página da comunidade no Facebook vem sendo cada vez mais utilizada como ferramenta de divulgação das ações, campanhas políticas, produções agrícolas e artesanais (Imagens 9 e 10).



**Imagem 9 e 10:** Produção de Artesanato no Quilombo Rio dos Macacos (Divulgação na Página do Facebook da comunidade)



Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

**Imagem 9 e 10:** Produção de Artesanato no Quilombo Rio dos Macacos (Divulgação na Página do Facebook da comunidade)



Fonte: Página no Facebook, Somos Todos Quilombo Rio dos Macacos, 2017. Acesso em 01 de fevereiro de 2017.

A tradicionalidade quilombola, então, se mistura com a complexidade de um mundo cada vez mais refém das redes sociais, e com um arsenal tecnológico muito grande e diversificado. Dessa forma, e de maneira totalmente conectada, segue nessa dissertação as questões relacionadas à construção de um Sistema de Informação Geográfico da comunidade de Rio dos Macacos, a partir do trabalho de etnomapeamento enquanto instrumento metodológico.

## **4. O ETNOMAPEAMENTO ENQUANTO MÉTODO, O GEOPROCESSAMENTO ENQUANTO TÉCNICA**

### **4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Passado as partes conceituais e jurídicas sobre a questão quilombola no Brasil, e a apresentação da comunidade pesquisada, cabe destacar que concomitantemente ao processo de desenvolvimento e discussão sobre a teoria, a legislação, a política e aos programas destinados aos quilombolas, algumas metodologias, conceitos e técnicas de percepção e representação do espaço também foram aprimoradas, colocando em um patamar superior as investigações, definições e proposições para conhecer, gerir, preservar e planejar um espaço.

Nesse sentido, é importante salientar que o desenvolvimento das tecnologias de sensoriamento remoto e geoprocessamento têm trazido mudanças significativas para a cartografia moderna, evidenciando o seu confesso papel como ciência aplicada ao reconhecimento territorial e ao desenvolvimento social. “Este fenômeno, de interação entre a cartografia e as novas geotecnologias, tem permitido ao homem ampliar as possibilidades de interpretação do meio ambiente” (ATAIDE & MARTINS, 2005, p. 4).

Com a atual variedade de técnicas e formas de representação digital, torna-se cada vez mais possível representar o espaço e suas configurações sociais, econômicas e, inclusive, históricas. Ou seja, é possível alinhar variáveis sociais, espaciais e temporais em uma mesma representação espacial. Não há dúvidas que ferramentas que possibilitem essas representações são fundamentais para se conhecer um território quilombola, já que agregam, entre outros, valores históricos, identitários e antropológicos, à espacialização de um meio físico.

Entretanto, trabalhar com geoinformação e desenvolver representações em Sistemas de Informações Geográficas (SIG), por exemplo, significam, antes de tudo, “utilizar computadores como instrumentos de representação de dados espacialmente referenciados” (CÂMARA & MONTEIRO, 2004, p. 7). Todavia, sabe-se que as tecnologias são apreendidas de maneira diferente entre diversos usuários. Para isso, alguns métodos de apreensão da forma espacial e teorias de percepção visual foram desenvolvidos para captar distintas realidades e cenários, é o caso do etnomapeamento, eixo teórico e metodológico da etnocartografia.

Por se tratar da identificação e do reconhecimento de territórios quilombolas, o etnomapeamento figura como uma importante ferramenta metodológica de captação de dados espaciais desses grupos que possuem, em grande maioria, apenas suas disposições visuais e memoriais sobre o território. Todavia, apesar de contar-se centralmente com elementos sensitivos, cabe ressaltar que ninguém melhor que a própria população residente é capaz de dizer o que representou, representa e pode representar cada trecho de seu território. Não à toa, Marcos Ataíde, diz que o resultado do etnomapeamento é:

“Um repositório de conhecimentos que permitem compreender melhor as relações de seus atores com o meio em que vivem. Se usada como ferramenta de planejamento, pode ainda possibilitar a participação da população tradicional na tomada de decisões”. (ATAÍDE, 2005, p. 5).

Por conta disso, o projeto desenvolvido seguiu a lógica de que ao se georreferenciar os dados espaciais coletados a partir do etnomapeamento em bases cartográficas que permitam a visualização de diversos aspectos do território, é possível criar um cadastro das informações geográficas, e diversos mapas temáticos capazes de auxiliar a preservação e o planejamento do espaço, construído junto com a comunidade. O etnomapeamento pode ser entendido como uma ferramenta que coloca os quilombolas no centro de todo esse processo, do cadastramento até o possível empoderamento comunitário das cartas geográficas geradas.

Para tanto, essa dissertação apresenta o resultado de uma interação entre a metodologia e a técnica de captação de dados espaciais, e de posterior tratamento dessas informações. Sendo assim, nesse capítulo, pretende-se apresentar o referencial que baseou a utilização do etnomapeamento como método, e do geoprocessamento enquanto técnica para a criação de um sistema de informações geográficas do quilombo Rio dos Macacos (BA), que servem para subsidiar as análises e conclusões dessa dissertação.

## 4.2. ETNOMAPEAMENTO COMO CENTRO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DESENVOLVIDA NA RAU+E

Como já mencionado algumas vezes nessa dissertação, o trabalho aqui relatado não começou do zero. Na verdade, o mesmo segue sendo uma continuidade de toda a pesquisa já em curso, que vinha sendo desenvolvida desde a formação da equipe de assistência técnica da Residência em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da UFBA. Não à toa, a fonte principal de toda a produção metodológica é o trabalho desenvolvido pela equipe (POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014) sistematizado no Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos, em 2014.

Esse relatório sintetizou a parte de elaboração coletiva do processo de assistência técnica ao Quilombo. A assistência técnica coletiva foi desenvolvida e dividida em três momentos: i) Aproximação com a comunidade e com as associações parceiras do movimento; ii) Desenvolvimento das atividades de reconhecimento e mapeamento comunitário; iii) Sistematização das informações e construção de um Relatório de Caracterização da comunidade quilombola de Rio dos Macacos. Após todo o processo coletivo, cada membro da equipe se responsabilizou por desenvolver um produto de assistência técnica e comunitária ao quilombo. O autor dessa dissertação desenvolveu, então, um Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais.

A primeira parte do trabalho foi fundamental para o desenvolvimento da pesquisa etnocartográfica. Diversas organizações, instituições e órgãos do estado (Federal e Estadual) já atuavam no território, quando começamos a nos aproximar. Por um lado, isso foi muito positivo, pois a comunidade já possuía um entendimento e uma pré-disposição à compreender a importância de exercitar práticas e atividades coletivas em reuniões, assembléias, rodas de conversas, atividades lúdicas, culturais, artísticas, etc. Ou seja, para a comunidade, metodologias e técnicas participativas já eram comuns. Entretanto, por outro lado, foi difícil para a equipe, em um primeiro momento, separar as atividades comuns de todas as organizações que estavam atuando no processo, com as atividades necessárias ao etnomapeamento.

Após superar essa questão, foi possível desenvolver os trabalhos com base em algumas premissas e entendimentos sobre a etnocartografia e o mapeamento participativo. Chapin & Threlkeld (2001) apontam que o mapeamento participativo é uma ferramenta e uma metodologia de trabalho envolvendo comunidades, e que teve

seus primeiros trabalhos desenvolvidos no Canadá e no Alaska (Estados Unidos da América) nas décadas de 1950 e 1960. O objetivo desses primeiros mapeamentos era o de proteger (através de registros cartográficos) os territórios ancestrais de diversas comunidades indígenas.

Segundo Chapin & Threlkeld (2001), essa técnica começou a ser popularizada na década de 1980, principalmente por um trabalho que se desenvolveu por toda a América Latina, e começou a ser utilizada para o mapeamento de comunidades indígenas, camponesas e afrodescendentes. Segundo Acselrad e Régis (2008), os trabalhos envolvendo diferentes grupos étnicos em toda a América Latina começaram a demonstrar uma relação direta entre a luta social pelo reconhecimento identitário, e a omissão do Estado em relação ao processo de reconhecimento dessas terras. Em resumo, frente ao processo de luta pela terra, uma nova ferramenta de mapeamento começou a ser desenvolvido por geógrafos e movimentos sociais de maneira geral.

Segundo Renato Emerson dos Santos (2011), iniciativas recentes vêm apontando que essa técnica esta cada vez mais popularizada no trabalho com comunidades etnicas e agrupamentos indentitários. É bem verdade que, por se tratar de uma cartografia que se estabelece fora dos parâmetros oficiais de mapeamento, os termos para denominála ainda são difusos. Nas palavras do autor:

Iniciativas recentes apontam o surgimento de cartografias com denominações como “novas cartografias sociais”, “cartografias participativas”, “cartografias da ação”, entre outras. Paralelamente, as tecnologias de representação espacial vêm se multiplicando e tornando mais capazes e difundidas, num processo que reúne distintos tipos de usuários e produtores de tecnologia. Tudo isso dialoga com renovados debates sobre as representações espaciais que acreditamos tensionar a cartografia a partir de três eixos de debate: uso dos mapas como instrumentos em jogos de poder; possibilidades e limites da representação cartográfica (sobretudo, diante da complexidade de jogos políticos); e a denúncia da linguagem ou formação discursiva da cartografia como uma forma de saber-poder em disputa (uma arena). (SANTOS, 2011, p. 1)

Assim, os avanços tecnológicos assumiram uma importância primordial para o desenvolvimento de um novo modo de fazer cartografia. Tanto houve uma profusão das imagens do conjunto do planeta quanto uma ampliação espetacular do uso das tecnologias que vieram facilitar, estimular e democratizar a produção de mapas e imagens de lugares outrora remotos ou de visualização comprometida.

Os SIGs (Sistemas de Informação Geográfica) e os GPS (Global Positioning System) – cujo acesso foi difundido para além das universidades nos anos 1990 – têm possibilitado uma significativa ampliação do uso dos mapas e de sua apropriação, das mais distintas e inovadoras formas, seja por instituições do governo, seja por pesquisadores e grupos sociais que, munidos de seus mapas, se veem capacitados a negociar e a reivindicar terras e recursos.

Acselrad e Coli (2008), ao analisar a experiência de mapeamento participativo no Brasil entre 1992 e 2008, verificou a existência de 118 casos. Evidentemente que nos últimos dez anos essa quantidade deve ter se multiplicado bastante, entretanto, não é sobre isso que pretendo focar aqui. Ao fazer essa análise, os pesquisadores encontraram uma gama muito grande de nomenclaturas que se referiam ao trabalho de mapeamento participativo. No texto (ACSELRAD & COLI, 2008) os autores indicam uma pluralidade de denominações para estas experiências, como “levantamentos etnoecológicos”, “mapeamento etno-ambiental dos povos indígenas”, “mapeamento dos usos tradicionais dos recursos naturais e formas de ocupação do território”, “mapeamento comunitário participativo”, “mapeamentos culturais”, “macrozoneamento participativo”, “etnozoneamento”, “etnomapeamento”, “diagnóstico etnoambiental” e “cartografia social”, entre outros.

Apesar da quantidade pulverizada (e sem nomenclatura definida), acredita-se que a diversidade de experiências entendidas como cartografias sociais ensejam questões relativas ao potencial de mobilização carregado por esses processos. Em verdade, é uma demonstração clara que o mesmo segue se descobrindo ao se ampliar enquanto método descritivo do espaço.

Essa diversidade também reflete a questão identitária e específica de cada grupo social pesquisado. Apesar de a identidade étnica possuir um norteador comum (o território como centro do poder identitário), cada comunidade e agrupamento territorializado possui uma história e uma observação particular do espaço e dos seus usos. Cada comunidade possui uma narrativa singular e ímpar. Ou seja, para a cartografia social, não se trata apenas de se inserir, ou de “ser inserido” no mapa informações referentes à essas comunidades, mas de se inscrever no mundo, na história.

Esse foi o entendimento que motivou o etnomapeamento da comunidade quilombola de Rio dos Macacos, o de, em um trabalho singular e único, registrar na

história a existência da tradicionalidade, da história, das práticas, dos usos e dos costumes dessa comunidade.

Nesse sentido, primeiramente, fora desenvolvida algumas oficinas de mapeamento sensitivo com a comunidade. Nessas primeiras atividades, tentou-se reconhecer primeiramente os locais e os espaços do território, observando as “áreas de medo”, “de produção”, “de festa”, “de atividades religiosas”, “de roças antigas”, “de locais de reunião e encontro”, etc. Ou seja, as primeiras oficinas permitiram com que a equipe técnica pudesse observar e registrar o que de mais essencial havia para os quilombolas em seu território. (Imagens de 11 e 12)

**Imagem 11:** Fotos das oficinas de Etnomapeamento sensitivo.



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.



**Imagem 12:** Resultados das oficinas de Etnomapeamento sensitivo.



Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Essas oficinas foram um excelente ponto de partida para as atividades em campo, de mapeamento dessas e de outras informações fundamentais para o registro e o conhecimento do território quilombola de Rio dos Macacos. Após essas atividades, o envolvimento comunitário foi (e seguiu sendo) fundamental para o cadastramento de dados e informações, que embasaram a confecção de um SIG dessa comunidade.

### 4.3. O GEOPROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES

A partir de um referencial sensitivo sobre o entendimento e o reconhecimento que os quilombolas possuíam de seu território, partiu-se para campo para mapear, através de equipamentos com GPS, os pontos reais de tudo aquilo que havia sido caracterizado nas oficinas prévias (Imagens 16 a 19). No total, sete visitas a campo para reconhecimento e mapeamento de pontos através de aparelhos com GPS foram realizadas, objetivando, centralmente, mapear e cadastrar os seguintes pontos:

As atividades de reconhecimento territorial buscaram confrontar o reconhecimento da área de 301 hectares em relação ao uso real feito pela comunidade, seguindo os seguintes pontos relevantes<sup>58</sup>: Cursos hídricos; Núcleos habitacionais e áreas de roçados (atuais e antigos); Principais pontos de atividades agrícolas, pecuárias e de extrativismo; Espaços sagrados; e espaços e áreas de consideradas de usos coletivos. (POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014, p. 4).

Além desse trabalho realizado em 2014, em 2016, duas visitas e atividades de campo foram realizadas pelo autor dessa dissertação, com o objetivo de mapear novos pontos que não haviam sido identificados no etnomapeamento passado, pois os mesmos correspondem a novos equipamentos construídos (espaço para reuniões e escola quilombola). Evidentemente, o território e os usos mudam ao longo do tempo, e esse trabalho reflete a construção e a demarcação histórica de uma comunidade pesquisada, centralmente, entre o período de 2014 a 2016/2017. Por um lado, a possibilidade dessas informações entrarem em desuso é muito grande, por outro lado, a torcida e a esperança que isso aconteça é muito grande, principalmente se levar em consideração que essa alteração de cenário signifique uma mudança real nas condições de vida e no acesso a infraestrutura econômica e social no território.

Todavia, independentemente dessas questões, os pontos registrados serviram e ainda servem como base para a construção, em GIS, de mapas temáticos que demonstrem os principais usos da comunidade no espaço. Ao total, cerca de 250 pontos geolocalizados foram cadastrados<sup>59</sup>, somando-se a produção feita para o desenvolvimento dessa dissertação. Os pontos e os trabalhos de reambulação (técnica de identificar e nomear feições conhecidas em carta topográficas ou imagem

---

<sup>58</sup> Relatados pela comunidade, e marcados através de GPS.

<sup>59</sup> POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014.

de satélite) com a comunidade permitiram criar alguns mapas temáticos de síntese sobre o território pesquisado.

**Imagem 13:** Atividades de Mapeamento em campo através do GPS e do envolvimento comunitário.



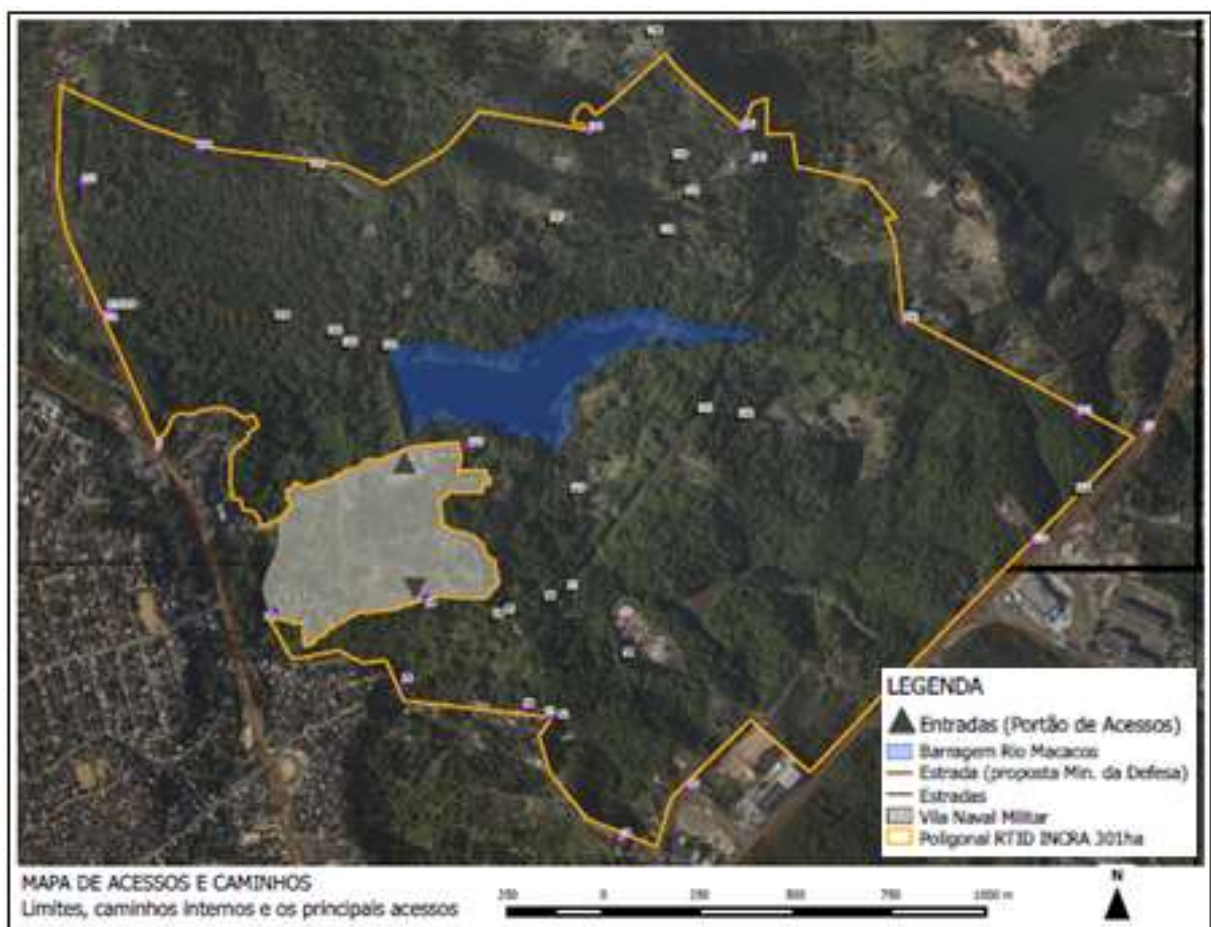
Fonte: POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. (2014). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Registra-se aqui que todos os mapas apresentados ocultam as informações de cadastramento dos pontos. Apesar de o SIG compreender os pontos cadastrados, por motivos e questões relacionadas à segurança e ao sigilo das informações pessoais e

sociais dos quilombolas (localização de casas e roças, local de reuniões e atividades coletivas, etc.) aqui opta-se por esconder essas informações, fruto de um permanente estágio de conflito junto a setores que querem fragmentar, dividir e conquistar o território pesquisado.

O primeiro mapa síntese a ser apresentado (Mapa 18), é o que reflete alguns pontos que refletem os caminhos internos que a comunidade percorre, e os limites territoriais e acessos (oficiais ou não) pelo território. Percebe-se que em um mapa é possível perceber os dois acessos “oficiais” que a comunidade tem, por dentro da vila militar da Marinha do Brasil, e os diversos pontos nas cercas e muros quebrados que circulam o território. Essas áreas de fronteira e de acesso “não oficial”, inclusive, são comumente utilizadas por pessoas estranhas à comunidade que, segundo relatos, utilizam esses acessos para realizar algumas atividades que poderiam ser motivos de criminalização do Quilombo Rio dos Macacos. Registro isso nesse trabalho, pois esse tema é, inclusive, um dos maiores pontos de preocupação da comunidade.

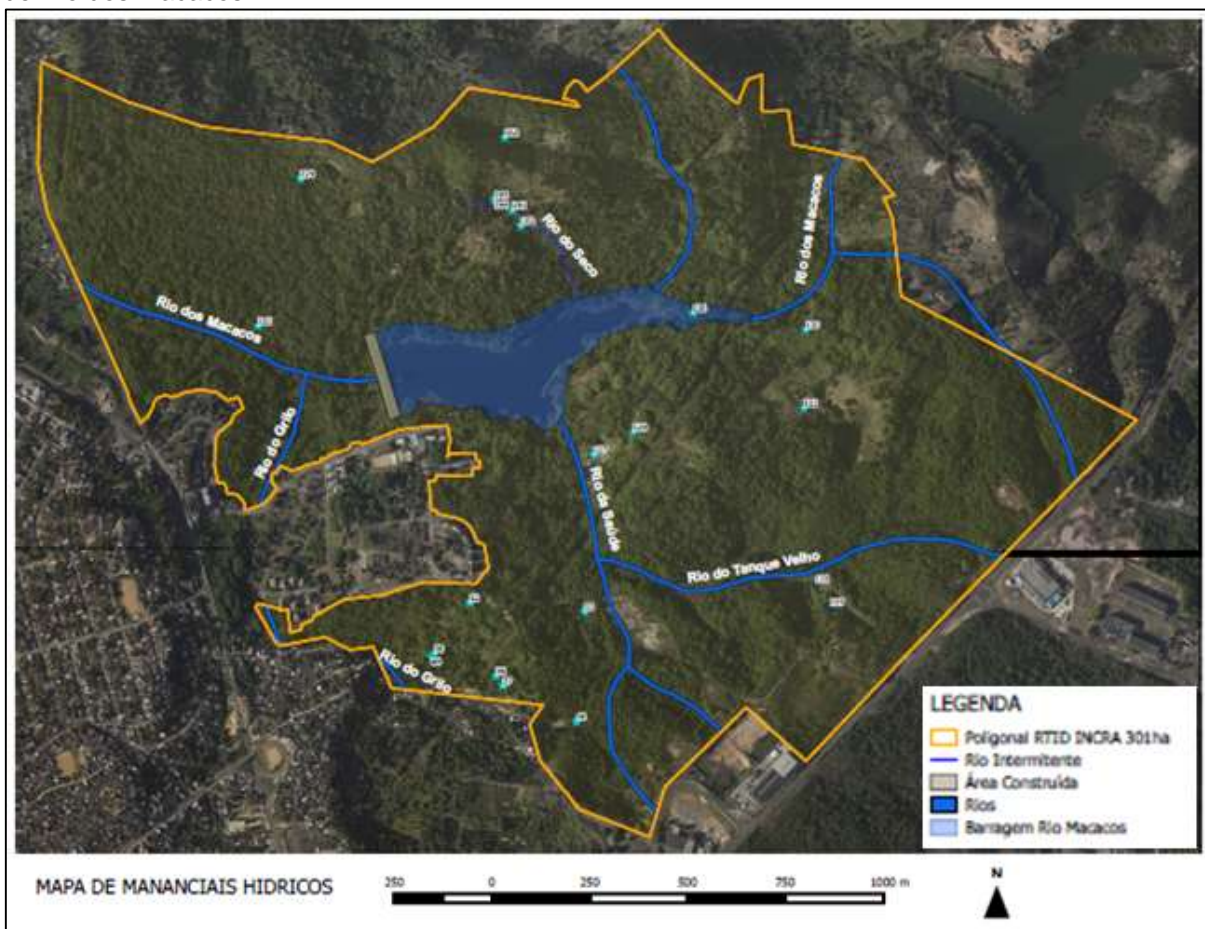
**Mapa 18:** Mapa de Acessos e Caminhos do Quilombo Rio dos Macacos



Fonte: POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014. (Adaptado pelo autor, 2017). In: Inra (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

No segundo mapa apresentado (Mapa 19), apresenta-se o resultado do mapeamento de uma das questões mais básicas e elementares da sobrevivência de qualquer comunidade étnica e rural, a água. Sobre a água, inclusive, esse foi um dos temas mais polêmicos durante toda a experiência em Rio dos Macacos. A principal fonte desse recurso no território é de fácil identificação, a Barragem. Já mencionei nesse trabalho o histórico sobre a construção da mesma, e já foi mencionado também que a proposta de uso compartilhado da mesma é sumariamente rejeitada pela Marinha do Brasil, que alega que a mesma deve se utilizada exclusivamente para fins de abastecimento da vila militar, e das operações da própria Marinha do Brasil no território.

**Mapa 19:** Mapa dos Recursos Hídricos e dos pontos utilizados para abastecimento da Comunidade de Rio dos Macacos



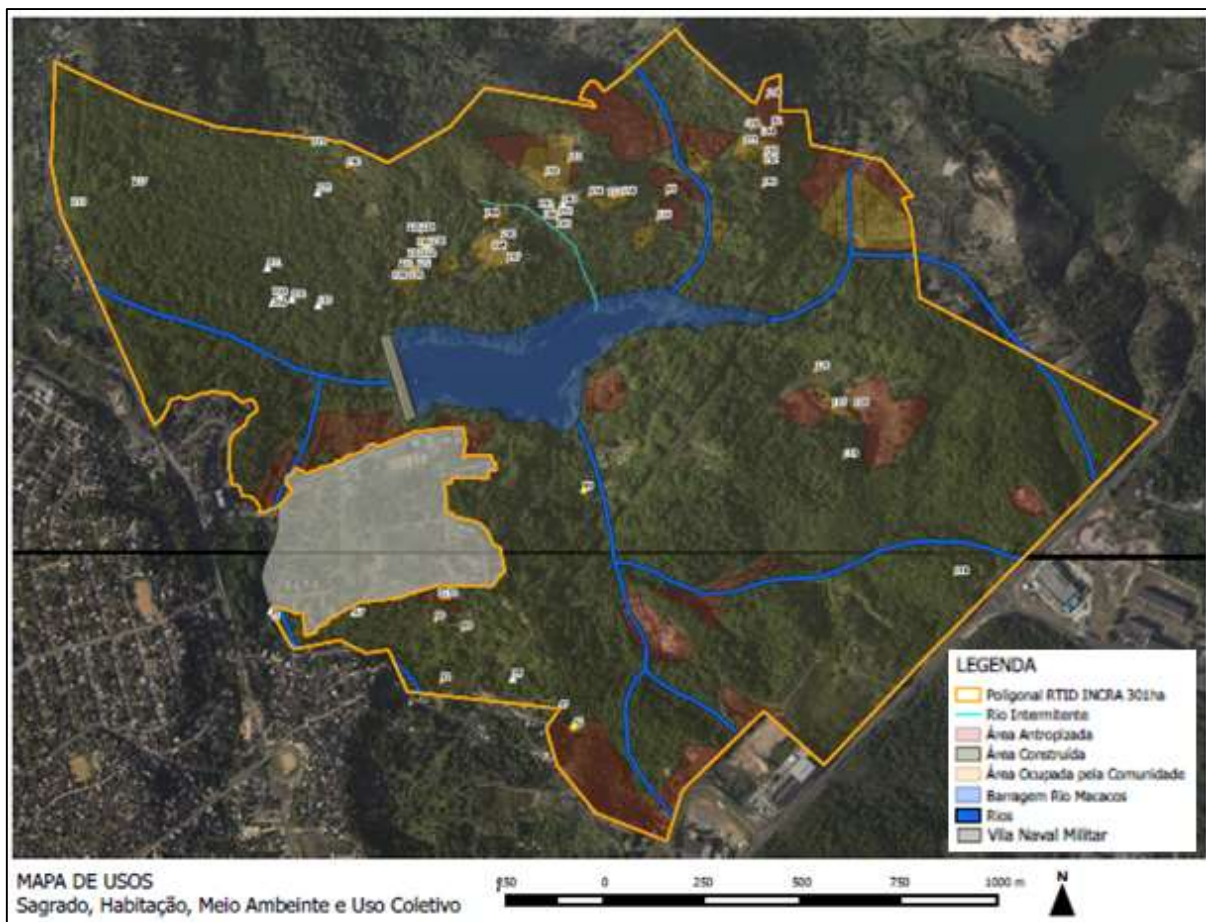
Fonte: POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014. (Adaptado pelo autor, 2017). Inkra (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Trata-se aqui, por tanto, do mapeamento e da identificação de uma comunidade que não é abastecida pela rede geral de distribuição de água, ou coleta sanitária e

sistema de drenagem de águas pluviais. Esquecida pelos governantes, esse mapa representa os pontos de charco, as nascentes, as bicas, e as fontes descritas pela comunidade, onde as águas são coletadas e utilizadas para abastecimento e consumo humano (após fervida), animal, lavagem de roupas, limpeza geral, etc.

Quando foi apresentado nessa dissertação a disputa cartográfica envolvendo as instituições do Estado e a comunidade quilombola, registrei que um dos maiores argumentos utilizados pelo poder público era o de que boa parte do território não era utilizada pela comunidade. Evidentemente que, quando se apresenta um mapa oficial, levando em consideração apenas as informações das áreas antropizadas por uma comunidade quilombola (Incra, 2012), pode-se concluir duas coisas, ironicamente opostas: a) a preservação ambiental é uma marca da ocupação de comunidades rurais já que a fauna e a flora presente no território é a base de sua sobrevivência; b) Que as áreas não são utilizadas pela população que reivindica o território.

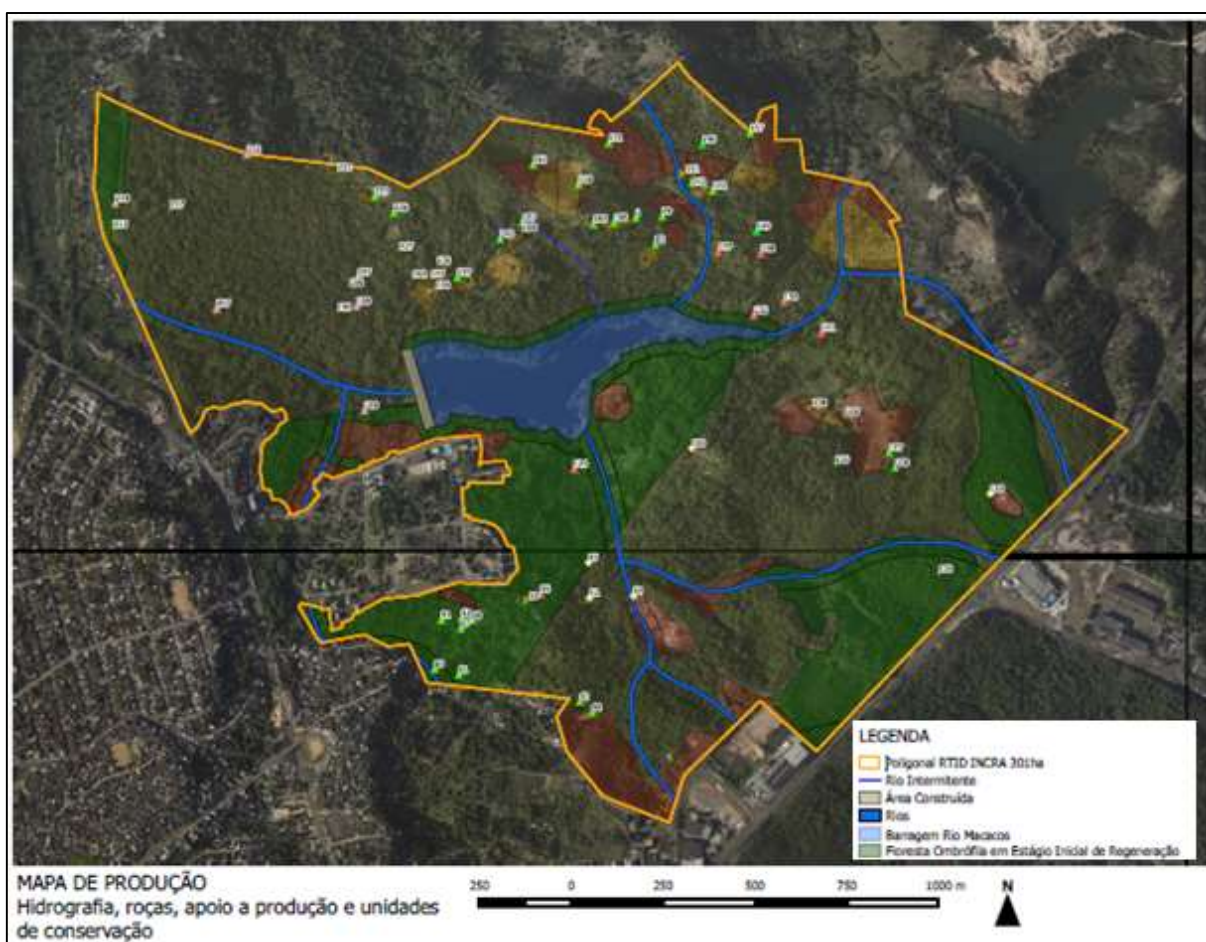
**Mapa 20:** Mapa de Usos de Habitação, atividades Sagradas (memoriais), de uso coletivo e de proteção e preservação ambiental.



Fonte: POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014. (Adaptado pelo autor, 2017). Incra (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Os mapas 20 e 21 demonstram que a segunda conclusão é gigantescamente falsa. O quilombo Rio dos Macacos não só estão presentes nas áreas antropizadas (principais casas, roças, centros coletivos, puleiros e celeiros), como também utilizam todo o território para produção, coleta extrativista, atividades sagradas e de cultos, caminhos, acesso a recursos hídricos, etc.

**Mapa 21:** Mapa de produção, roças, apoio a produção, hidrografia do terreno e unidades de preservação e conservação.



Fonte: POLLI & CORDEIRO & FIGUEIREDO, 2014. (Adaptado pelo autor, 2017). Incra (2012). Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

A partir de todo esse trabalho de mapeamento e sistematização das informações contidas e apontadas pelo grupo pertencente e pertencido por esse território, tornou-se capaz de se fazer alguns apontamentos e observações sobre o mesmo e, junto com a comunidade, desenvolver um projeto específico de preservação e gestão desse território quilombola.

Através de uma oficina denominada de “o que queremos do Urbanista”, (POLLI, 2014), fora desenvolvido o já mencionado Plano Preliminar de Diretrizes Territoriais

do Quilombo Rio dos Macacos. Nesse plano estavam contidas as informações desenvolvidas e trabalhadas conjuntamente, além da espacialização territorial da “pauta dispersa” de exigências da comunidade ao poder público (Imagem 15). Todo esse trabalho foi consolidado em painéis apresentados à comunidade, a banca avaliadora da RAU+E, e à Faculdade de Arquitetura da UFBA, em uma sessão pública (Imagens 14 e 15).

**Imagem 14:** Painel apresentado na RAU+E

## Construção Coletiva RAU+E



**RESIDÊNCIA AU+E**

- > Aulas teóricas e multidisciplinares
- > Debates envolvendo professores, estudantes e membros do movimento social
- > Conceitos metodológicos e aprendizagem em projetos participativos
- > Conhecimento de diversos projetos e programas realizados sob a ótica geral da Residência
- > Reflexões sobre possíveis ações e produtos para serem desenvolvidos
- > Aproximação e reconhecimento de possíveis tutores, co-tutores e ensaios gerais
- > Definição de uma equipe de trabalho e escolha de uma comunidade/área para desenvolver o processo de assistência técnica participativa

**1ª Etapa**  
**Aproximação e Reconhecimento**

- > Revisão teórica, definições metodológicas e construção do Plano de Trabalho
- > Definição do tutor e co-tutor para o trabalho
- > Elaboração de um cronograma de atividades
- > Aproximação com as assessorias políticas e jurídicas do movimento
- > Visitas à comunidade e reconhecimento preliminar do território e do entorno
- > Oficinas, reuniões e “rodas de conversa” para explicar sobre o que seria desenvolvido e a necessidade da participação e envolvimento da comunidade





**2ª Etapa**  
**Reconhecimento e Mapeamento**

- Etnomapeamento
- Construção de Mapas Étnicos e Temáticos
- Confeção do Relatório Síntese de Diagnóstico do Mapeamento Territorial
- Reuniões de Orientação
- Definição do Produto Urbanístico

**3ª Etapa**  
**Desenvolvimento do Produto**  
**“O que queremos do Urbanista?”**

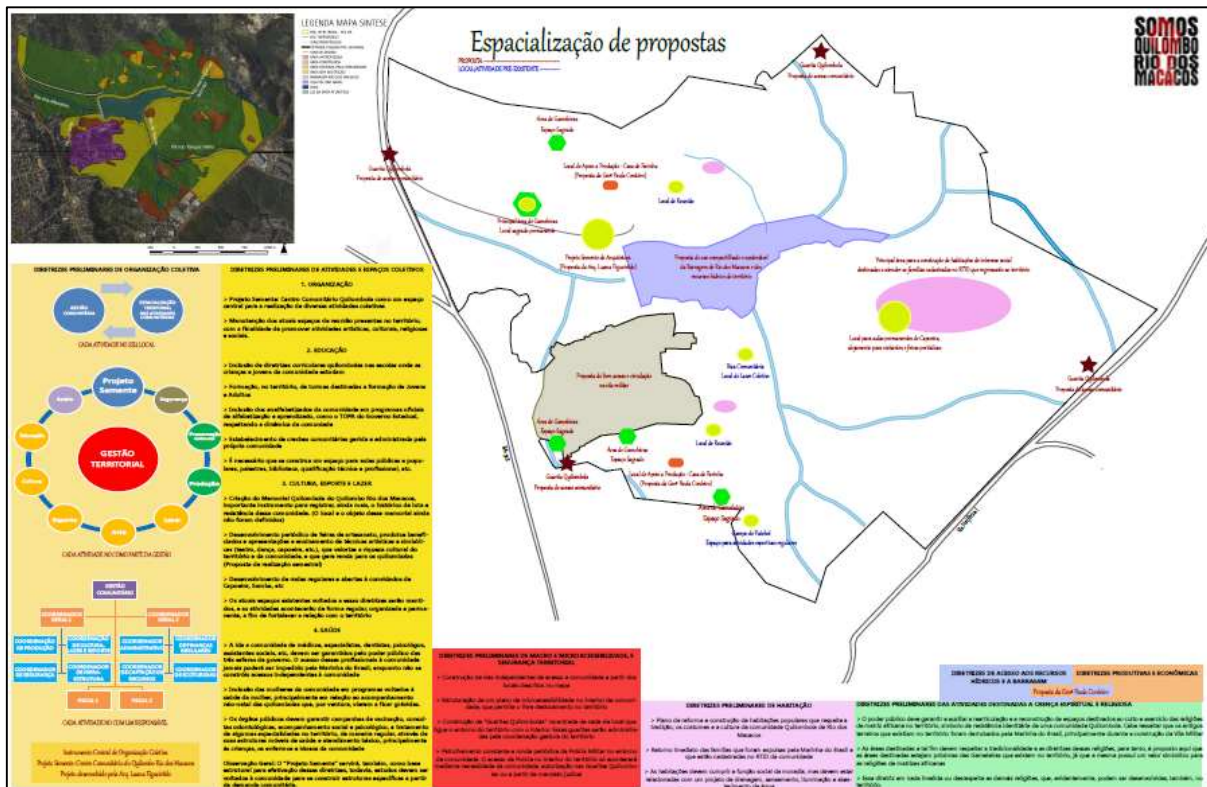
**DIRETRIZES TERRITORIAIS  
PRELIMINARES PARA O QUILOMBO RIO  
DOS MACACOS**



Fonte: POLLI, 2014. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.



**Imagem 15:** Painel apresentado na RAU+E, de espacialização das propostas ao Quilombo Rio dos Macacos



Fonte: POLLI, 2014. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Sobre todo o trabalho desenvolvido, segundo Polli (2014):

Certamente todo o material desenvolvido e entregue para a RAU+E/UFBA e para a Associação de Moradores do Quilombo Rio dos Macacos, assim como as mídias, mapas e documentos informalmente elaborados constituem uma base de dados quali-quantitativos capazes de, inicialmente, seguir desenvolvendo o plano final de diretrizes territoriais para os primeiros cinco anos de permanência garantida do território. Todavia, em que pese o acúmulo material, faz-se necessário aprofundar bastante nas elaborações, aprimorando os diagnósticos, e elaborando um plano completo de diretrizes territoriais de preservação, gestão e desenvolvimento territorial. Nesse sentido, a contratação de pessoal, a aquisição de materiais e recursos disponíveis na prestação de serviços serão de suma importância. (POLLI, 2014, p.25)

Polli (2014) aponta, então, para a necessidade de permanente elaboração sobre o território. Nesse sentido, essa dissertação seguiu refletindo sobre a ampla bibliografia sobre o tema, e tecnicamente, desenvolvendo o manuseio e o aporte de ferramentas de modelagem de terrenos e espaços e três dimensões, permitindo uma melhor visualização do SIG criado.

## 5. SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS (BA)

Todo trabalho apresentado até agora exemplifica o entendimento social da importância do tema, e os métodos de captação e geoprocessamento de informações identitárias e simbólicas de uma comunidade quilombola. Nesse capítulo apresento, então, alguns ensaios da modelagem tridimensional do terreno e das informações geográficas, ou geoinformações, que vem sendo coletadas e sistematizadas em uma base de dados geográficos desde 2014, junto à comunidade quilombola de Rio dos Macacos.

Como já mencionado na apresentação metodológica dessa dissertação, fora utilizado para tal procedimento o Google Earth Pro<sup>60</sup> e o SketchUP 2017<sup>61</sup>. Entretanto, antes de demonstrar essa produção, algumas considerações devem ser feitas.

### 5.1. A DIFICULDADE NO ACESSO A INFORMAÇÕES GEOESPACIAIS PRODUZIDAS E GERENCIADAS POR AGÊNCIAS PÚBLICAS, E A DISPUTA CARTOGRÁFICA PELO PODER DA INFORMAÇÃO

Acredito ser válido apresentar primeiramente a diferenciação entre *dado* geográfico e *informação* geográfica, assim como destacar a relação entre esses dois elementos e o acesso, a apropriação e a disseminação dos mesmo. *Dados geográficos* podem ser entendidos como dados que descrevem fenômenos e atividades que ocorrem espacialmente na superfície da terra. Para Borges (1997), esses dados possuem três características fundamentais: i) espaciais: responsáveis por informar a posição geográfica do fenômeno e sua geometria; ii) não-espaciais: que são os atributos que descrevem esse fenômeno especializado na superfície da terra; e iii) temporais: que informam o tempo de validade dos dados geográficos, assim como suas variações sobre o próprio tempo (BORGES, 1997).

Nota-se com a definição de Borges que ao falar de dados geográficos, necessariamente associamos o mesmo a critérios de caracterização e classificação dos mesmos. Quando queremos dar sentido a esses dados, acrescentamos, então,

---

<sup>60</sup> Software de licença gratuita disponibilizado pela Google Inc.

<sup>61</sup> Desenvolvido e comercializado pela Trimble®, o software utilizado foi com a licença de estudante disponibilizada pela companhia.

um conjunto de informações sobre o mesmo, que são captados e concebidos de inúmeras formas e procedimentos metodológicos. Informações geográficas são, portanto, o acréscimo de significado e contexto para um dado geográfico. Através do processamento e análise deste dado, gera-se, então, a chamada informação geográfica ou geoinformação.

Esse conjunto de informações geoespacializadas pode ser determinante para a gestão territorial e a tomada de decisões de qualquer natureza, por exemplo, de uma comunidade quilombola, nesse sentido, segundo Barros (2004, p. 22) o termo Gestão da Informação “significa o planejamento, a construção, a organização, a direção, o treinamento e o controle associados com a informação de qualquer natureza”. Ou seja, a geoinformação pode ser produzida de diversas maneiras, e por diversos agentes.

Recentemente, inclusive, a ampliação do uso das geotecnologias – impulsionado pela acessibilidade decorrente dos avanços tecnológicos, e o recente desenvolvimento social e econômico da população brasileira –, contribuiu para a geração de grandes volumes de dados e informações, inclusive geoespaciais, por parte das organizações públicas, das instituições privadas e, inclusive, da própria sociedade.

A “técnica” vem sendo cada vez mais difundida na sociedade, e utilizada em diversas possibilidades. Em verdade, tratamos agora de um tema que começa a ser refletido como algo extremamente conectado com o território e o espaço físico. Sobre isso, na obra “A Natureza do Espaço”, Milton Santos chama a atenção para a influência da técnica no estudo, na percepção e na criação do espaço geográfico.

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. Essa forma de ver a técnica não é, todavia, completamente explorada. (Santos, 1996. pg. 25).

Ainda segundo Santos (IDEM), ao analisar a forma como se estudava a técnica nas análises sociais, o mesmo afirma que “um inventário dos estudos empreendidos sobre a técnica deixa ver que esse fenômeno é frequentemente analisado como se a técnica não fosse parte do território, um elemento de sua constituição e da sua

transformação”. A técnica aqui mencionada não se limita à parte mecânica ou industrial, mas aborda aspectos cotidianos nas produções tecnológicas, artísticas ou sociais, dando ênfase aqui às geotecnologias destinadas à geoinformação.

Inegavelmente vivenciamos uma nova era da informação. No entanto, como a maioria desses dados e informações é normalmente gerada para atender a interesses e projetos específicos, eles geralmente não são disponibilizados para os outros usuários (ou colocados em redes colaborativas), o que acaba gerando duplicação de esforços (DORNELLES; IESCHECH, 2013), além de perda de oportunidades.

Os esforços são duplicados, entre outros fatores, pelo fato de que inúmeros trabalhos não partem do zero, mas a dificuldade de acessar bases e informações geoespaciais já desenvolvidas atrasa o andamento e o desenvolvimento de diversas ações. Esse trabalho é uma prova viva disso, pois desde que foi iniciado o processo de se desenvolver um SIG da comunidade pesquisada, inúmeras foram as dificuldades encontradas para se coletar informações que certamente agências públicas do estado já desenvolveram.

Quando se duplica os esforços, a perda de oportunidades acontece, já que outras pesquisas poderiam se somar há um levantamento já existente, potencializando a construção de informações sobre determinado tema. Ocorre que aparentemente não há por parte do poder público uma política de distribuição e disseminação das informações existentes e produzidas sobre os aspectos geoespaciais. Mesmo retendo inúmeras informações, contraditoriamente, pode-se afirmar que no Brasil, a gestão, a análise e a tomada de decisão no setor público muitas vezes ainda carecem de dados e informações de qualidade e de demonstração precisa da realidade.

O que Dornelles e Ieschech (2013) apresentam torna-se extremamente real, no sentido de que diversos trabalhos são feitos a partir de uma duplicação de esforços, enquanto inúmeras oportunidades não são aproveitadas em prol da sociedade. Quando tratamos sobre povos e comunidades tradicionais essa carência fica evidente. Não à toa, equipes especializadas e centros de pesquisa avançados são constantemente contratados como consultores para a realização de atividades complementares ao processo de tomada de decisão. Mas, o que poderia acontecer associando a produção oficial de informações pelos agentes públicos, com as possibilidades de colaboração e geração de dados e informações pela sociedade?

Os potenciais disso ainda são pouco difundidos e apresentados à população. O que temos, na verdade, são experiências incipientes e fragmentadas ao redor do mundo que contam com muita vontade social, e pouco esforço dos agentes públicos e do interesse de mercado. Por acreditar que o caminho para o desenvolvimento social e econômico da sociedade de maneira geral (e a diminuição das desigualdades) perpassa, entre outros fatores, pelo acesso a informação (base da conscientização social), reforço à ideia de que a informação deve ser infinitamente compartilhada, e, conforme Ikematu (2001), o valor de cada “informação” aumenta na medida em que é utilizada, integrada ou combinada com outra informação ou dado.

Ainda para Ikematu (2001), quando associada à experiência, a informação pode gerar conhecimento. Essa geração do conhecimento também pode ser utilizada para descrever aquilo que sigo relatando nessa dissertação sobre as diversas esferas de disputa de poder entre a territorialidade quilombola e os diversos segmentos que controlam, entre outras coisas, o conhecimento e as informações técnicas. Infelizmente, como muitas vezes conhecimento técnico e o sigilo da informação é relacionado a poder, cria-se uma resistência no compartilhamento dessas informações.

Quantas vezes me vi de órgão em órgão solicitando base de dados e informações geográficas no Incra, Conder, Sedur, etc. De fato ainda não há a existência de uma cultura de compartilhamento e disseminação de dados e informações, tanto nas esferas locais e regionais, como na nacional (NETO; CARNEIRO; PAIXÃO, 2011). Se mesmo com ofícios em punho das universidades atestando o meu papel de pesquisador era impossível se chegar (por vias oficiais) a essas informações, imagina para os quilombolas que viveram a vida inteira a margem de qualquer resquício de informação técnica sobre seu território. E quando essas informações chegavam às audiências e assembleias públicas – por vezes distorcidas –, serviam para defender teses hegemônicas para a resolução do conflito no território, como, por exemplo, o fato de que eles não precisavam de tamanha área, pois não realizavam atividades em toda a porção territorial.

Mais uma vez trago o poder relacional apresentado por Foucault. De fato Informação é poder, mas o poder se disputa. O etnomapeamento e a sistematização das informações geográficas produzidas sobre o Quilombo Rio dos Macacos cumpre também essa função. Mesmo sem ter sido contratada pelos agentes públicos e

gestores das tomadas de decisão, o mesmo foi construído pela comunidade pesquisada, e deve ser levada em consideração para as ações destinadas a esse território.

A verdade que quero deixar claro é que existe um poder no processo de mapear. Da forma como foi feita, um poder contra hegemônico, construído por segmentos sociais da sociedade, e traduzidos em mapas não tão robustos ou interativos quanto os oficiais, mas que representam, com todos os possíveis deslizos e desconhecimentos técnicos possíveis, o retrato aproximado da realidade do quilombo Rio dos Macacos.

Sobre isso, Jeferson Fox (FOX et al, 2008) contribui afirmando que:

O crescimento recente da disponibilidade e acesso a modernas Tecnologias de Informação Espacial (TIEs) – Sistema de Informação Geográfica (SIG), sistema global de posicionamento de baixo custo (GPS), software de análise de imagem de sensoriamento remoto – começou a fazer com que o poder associado ao registro e controle do espaço se tornasse acessível não somente aos mapeadores financiados pelo Estado, mas também àqueles tradicionalmente desabilitados pelos mapas. (FOX et al, 2008, p.71)

Ainda sobre isso, Fox (FOX et al, 2008) em seu precioso texto *“O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial”* segue comentando:

A adoção da cartografia científica como único conhecimento válido bem como a vigência do monopólio estatal de sua produção eliminaram o povo, especialmente os povos indígenas, do mapeamento. Começando a usar mapas científicos para comunicar-se com o Estado, estes povos marginalizados estão buscando assegurar sua existência.

Resgatando Milton Santos novamente, a técnica não pode ser vista como algo alheio ao território e aos seus agentes e atores. A técnica sempre foi algo vivido e desenvolvido no espaço, que nada mais é do que o lócus de acontecimento das relações humanas e naturais. Sendo assim, apoiando em meu orientador Gilberto Corso, a técnica de geoprocessamento não pode ser vista apenas como uma ação computacional, para Pereira e Silva (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 100), o “SIG não é entendido como um sistema computacional, mas como um sistema que tem elementos computacionais”, por conta disso, “dentro dessa concepção, o componente

mais importante é a base de dados, que contém o conjunto de dados que representam seu modelo do mundo real e possibilita extrair informações do sistema”.

A base de dados é, então, o cerne da questão envolvendo tecnologias de geoprocessamento de informações. Gilberto Câmara e Antônio Monteiro são categóricos quando afirmam que o problema central do estudo da Geoinformação é “o estudo e a implementação de diferentes formas de representação computacional do espaço geográfico”. (CÂMARA & MONTEIRO, 2004, p. 7).

E a sociedade vem cada vez mais sendo responsável por essa captação, de inúmeras formas, que vem cada vez mais apresentando um território localmente e mundialmente plural, conectado e repleto de especificidades. Não à toa, “é costume dizer-se que Geoprocessamento é uma *tecnologia interdisciplinar*, que permite a convergência de diferentes disciplinas científicas para o estudo de fenômenos ambientais e urbanos. Ou ainda, que ‘o espaço é uma linguagem comum’ para as diferentes disciplinas do conhecimento.” (IDEM).

Sendo assim, apresento a contribuição que vem sendo dada pelo autor no sentido de apresentar técnicas e metodologias de representação de espaços geográficas a partir do uso de tecnologias digitais de imageamento, que podem vir a servir como referencial e ponto de partida para pesquisa junto a comunidades quilombolas.

Como mencionado no título desse subcapítulo, existe uma disputa cartográfica pelo poder e a disseminação da informação, esse elemento pode ser observado, por exemplo, no relato apresentado sobre o histórico da comunidade pesquisada e a disputa em relação ao quantitativo territorial a ser reconhecido pelo governo federal enquanto pertencentes ao quilombo.

Em verdade, com essa dissertação e os demais trabalhos feitos pelo autor<sup>62</sup>, espera-se que seja entregue para a sociedade uma base sólida de informações sobre o Quilombo Rio dos Macacos de maneira específica, e sobre metodologias e técnicas para se trabalhar com comunidades e agrupamentos étnico sociais, evitando assim, quem sabe, a duplicação de trabalho, e a perda de oportunidades futuras.

---

<sup>62</sup> Demais contribuições se resumem aos trabalhos desenvolvidos na Residência AU+E da Universidade Federal da Bahia, e o EtnoAtlas apresentado como produto técnico no Mestrado Profissional em Planejamento Territorial da UEFS.

## 5.2. O SIG DO QUILOMBO RIO DOS MACACOS E A MODELAGEM TRIDIMENSIONAL DO TERRENO

Após apresentar algumas considerações sobre a disputa cartográfica e as dificuldades de se trabalhar com a geoinformação, nesse substrato, registro inicialmente o que estou chamando de SIG do Quilombo Rio dos Macacos. Seguindo os ensinamentos encontrados em Pereira & Silva (2001), trabalho o conceito de Sistema de Informação a partir do entendimento do mesmo como um modelo de sistematização, como já mencionado anteriormente, do “mundo real”:

Um Sistema de Informações contém um conjunto de dados e instrumentos para trabalhar estes dados. Os dados por sua vez quer estejam em formato analógico – mapas, fichas cadastrais, etc. -, ou em formato digital – arquivos de computador – se referem a fenômenos e eventos do “mundo real”. As informações contidas no conjunto de dados, extraídas através de processos perceptivos como generalização, síntese, seleção podem ser usados por outras pessoas além dos organizadores daquele conjunto de dados. A representação física destas informações, que é o conjunto de dados, constitui por sua vez um modelo dos eventos ou fenômenos do mundo real de onde os dados são originados. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 100).

Ainda sobre isso, o conjunto de informações resultantes na criação desse Sistema de Informações é “a reunião de diferentes pontos de vista sobre o mundo real, ou antes, é uma representação do conhecimento sobre o mundo real num determinado momento, ou momentos, e num determinado ponto de vista” (idem). Se tratando de diferentes pontos de vista e, nesse caso, sobre a espacialização de questões diretamente vinculadas a territorialização e a demarcação geográfica, trabalha-se, então, o conceito de Sistema de Informações Geográficas:

Sistema de Informações Geográficas – SIG -, por sua vez, podem ser considerados como modelos de sistemas do “mundo real”. Estes novos modelos além de cumprir as funções destes dos modelos convencionais (mapas, maquetes, arquivos), acrescentam novos horizontes às atividades de análise, planejamento, projeto e gestão. (Idem)

Um SIG é, então, uma ferramenta robusta, que tem por finalidade máxima a organização a partir do tratamento das informações territoriais segundo níveis de informações temáticas coletadas, permitindo a representação do mundo real em escala reduzida e sua posterior modelagem no espaço virtual utilizando para isso um computador. Dessa maneira, é possível integrar diversos tipos de informação, a partir



das necessidades de visualização da pesquisa. Nesse sentido, o SIG pode ser a interposição de imagens de sensoriamento remoto de alta resolução com informações temáticas diversas, como a rede viária, os limites geográficos, a rede de infraestrutura disponível, informações sociais e econômicas, cadastramento imobiliário e, também, informações simbólicas e culturais.

Sob outra perspectiva, os SIG possuem um conjunto de operações que permitem integrar dados digitais resultando em novos produtos, que podem ser expressos em mapas ou imagens, em pranchas impressas ou em visualizações digitais. E nesse sentido que se apresenta a contribuição dessa pesquisa em relação ao tema quilombola, e ao geoprocessamento de informações. O SIG do Quilombo Rio dos Macacos desenvolvido pelo autor tem uma dupla funcionalidade: a) a de organizar um conjunto de informações dispersas da comunidade (pesquisadas pelo autor, ou disponíveis em outros meios de coleta e pesquisa); b) divulgar e disseminar esse material para que o mesmo possa funcionar como um instrumento que balize novas pesquisas na área.

Evidentemente que o conjunto dessa dissertação também faz parte dessa contribuição, já que não é de menor importância toda a revisão bibliográfica, legal e histórica da questão quilombola de maneira geral, e da do Quilombo Rio dos Macacos de maneira específica. A metodologia apresentada nessa dissertação não é uma novidade para aqueles que atuam e desenvolvem pesquisas envolvendo setores do movimento popular e social, entretanto, sistematizar nessa dissertação os procedimentos metodológicos que foram coletivamente desenvolvidos desde os tempos da Residência AU+E do autor junto à comunidade significa também valorizar essa forma sensível de se atuar junto às comunidades quilombolas e agrupamentos étnicos. Essa é uma forma também de afirmar que, apesar da dissertação ter sido desenvolvida pelo autor, inegavelmente ela só pode ser entendida como uma contribuição dada por diferentes agentes e atores que em vários momentos estavam juntos na construção desse trabalho.

O SIG que apresento começa então, por refletir, a escala mais elementar de um sistema de informações geográficas, relacionada à topografia e a localização das informações. A modelagem tridimensional do terreno pode vir a permitir um melhor entendimento dos quilombolas com o mesmo, além de auxiliar uma melhor manipulação sobre os dados. Sobre isso:

No nível mais elementar, a informação é topográfica e se relaciona com a localização. Em termos gráficos, estes dados são geométricos, ou seja, são feições cartográficas representadas por pontos ou linhas que são os elementos básicos da representação e, além destes, áreas e redes que são outros elementos gráficos construídos utilizando pontos e linhas. Estes podem se exibidos e manipulados em computador com recursos de computação gráfica. Estas tecnologias possibilitam novas formas de comunicação e uso mais efetivo da informação. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 101).

Nesse sentido que o Google Earth Pro foi utilizado em um momento inicial do trabalho de modelagem do terreno pesquisado. Na verdade, as imagens de satélite disponíveis nesse software, e na própria plataforma do Google Earth, foram fundamentais para a modelagem do terreno e da área pesquisada, fundamentalmente pelo fato do autor dessa pesquisa não se ter informações oficiais e atualizadas sobre o território (muito pelo que já foi dito anteriormente).

Para a modelagem do terreno no SketchUP, fora necessariamente antes de qualquer coisa conseguir as linhas topográficas e de altimetria do terreno. Algumas já haviam sido conseguidas junto a trabalhos técnicos do governo do Estado da Bahia, outras, infelizmente, não foram disponibilizadas ou encontradas (Figura 16). Aparentemente parece haver uma falha nas cartas produzidas, talvez por conta da área estar localizada em uma região limítrofe entre Simões Filho e Salvador, a mesma não teve seus trabalhos sequencialmente desenvolvidos.

Sendo assim, o primeiro trabalho foi o de tentar dirimir essa falha, e construir um imageamento do terreno que permita os entendimentos primários do espaço geográfico em níveis de altimetria desse espaço. Já que o objetivo maior aqui seria fazer uma maquete digital desse terreno, essa informação é fundamental. A construção de maquetes eletrônicas, ou cenários virtuais, envolvem a elaboração de vários elementos para compor o ambiente. Na construção do terreno é necessário um tipo de objeto comum no trabalho com topografia, que é a chamada curva de nível. Esse objeto mostra de maneira gráfica as elevações e inclinações de uma determinada superfície. Evidentemente poderiam ser trabalhadas essas curvas de níveis a partir de visualizações bidimensionais do terreno (comumente usada na cartografia oficial).

Entretanto, esse tipo de visualização com curvas de nível é de fácil interpretação para aqueles que possuem alguma experiência visual em cartografia, e

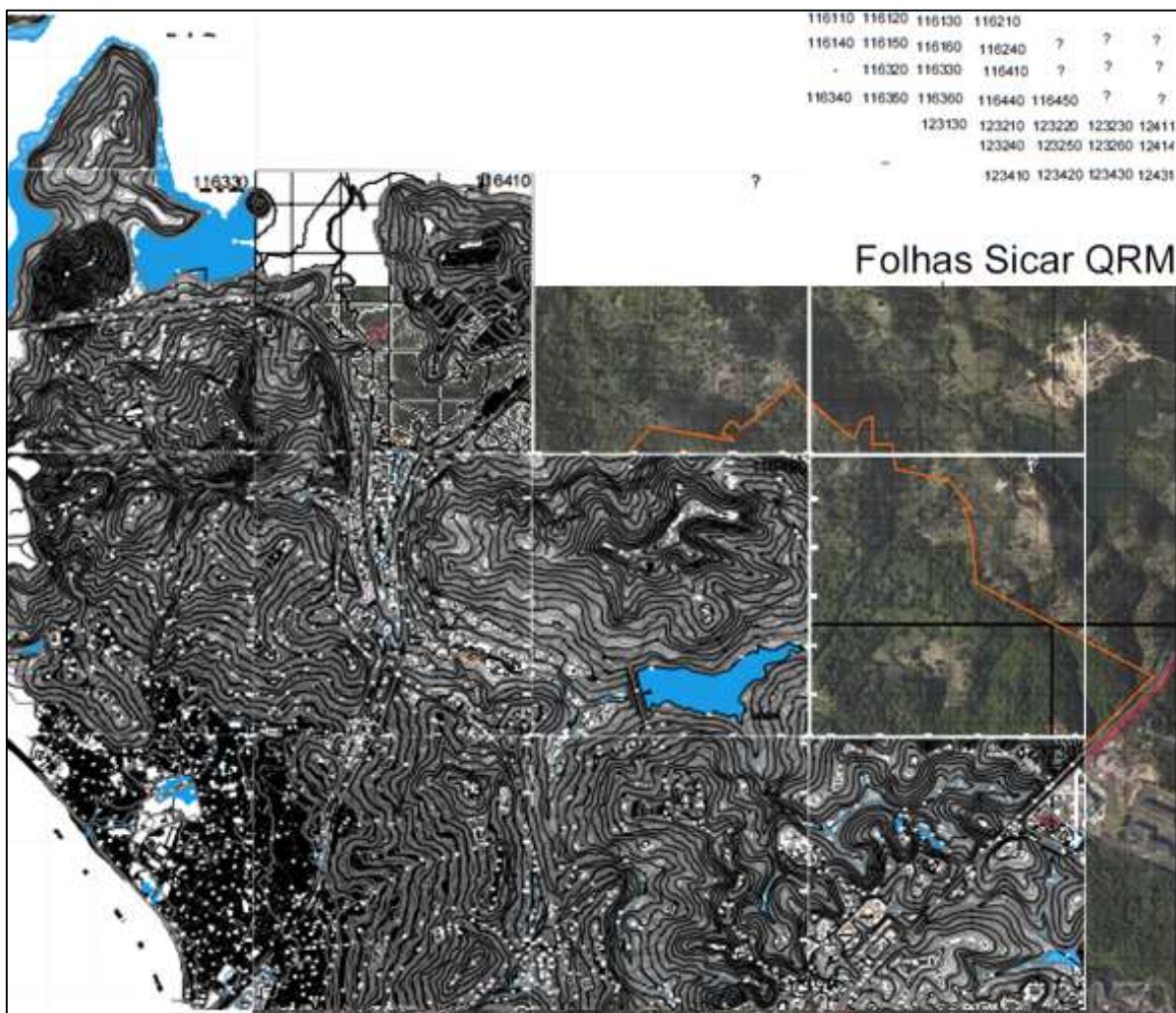
que é habituado em ver, manusear e trabalhar com mapas. Por tratarmos aqui de um trabalho que tem como foco a visualização por comunidades quilombolas, que não possuem relação íntima com esses elementos de cartografia, a maquete digital desse terreno e a visualização tridimensional desse SIG tornam-se imperativas, sendo de fácil leitura para quem visualiza esses mapas.

Ao lidar com esse tipo de objeto, deparou-se com dois problemas: i) a falta de curvas de níveis complementares, como já mencionado e visualizado na Imagem 16; e ii) que software usar para melhor representar os objetivos propostos, ou seja, como transformar linhas 2d em um terreno com grande nível de detalhamento? Em algumas ferramentas essa tarefa é mais simples, mas para outras o processo é menos intuitivo. Foi utilizado para tanto o SketchUp, que é famoso pelas suas ferramentas de modelagem geométrica, que facilitam a construção da volumetria em praticamente qualquer projeto, e que também pode ser utilizado para a modelagem de um terreno.

Esse software auxiliou no processo de simulação das curvas de níveis faltantes na base Sicar, a forma para isso é criar todas as linhas de contorno do terreno, seguindo as curvas de nível já existentes e a escala da imagem, finalizando e fechando os contornos dos objetos para poder criar as superfícies desejadas conforme pode ser visualizado nas imagens de 17 a 23.

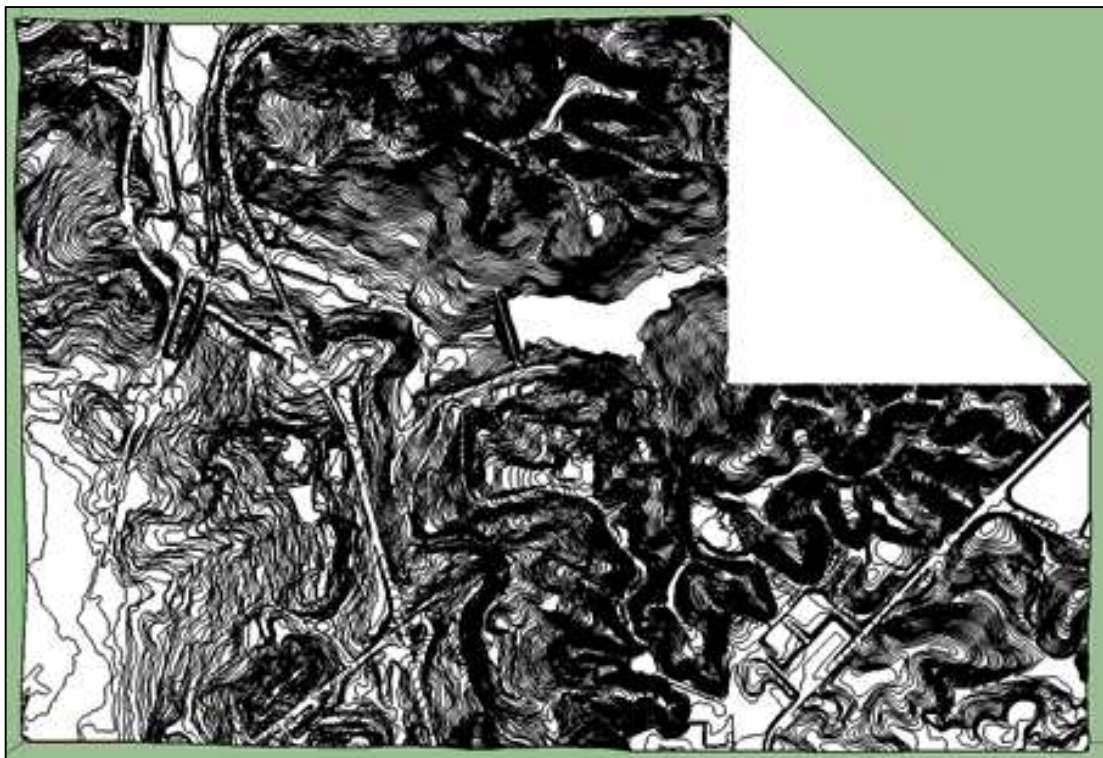
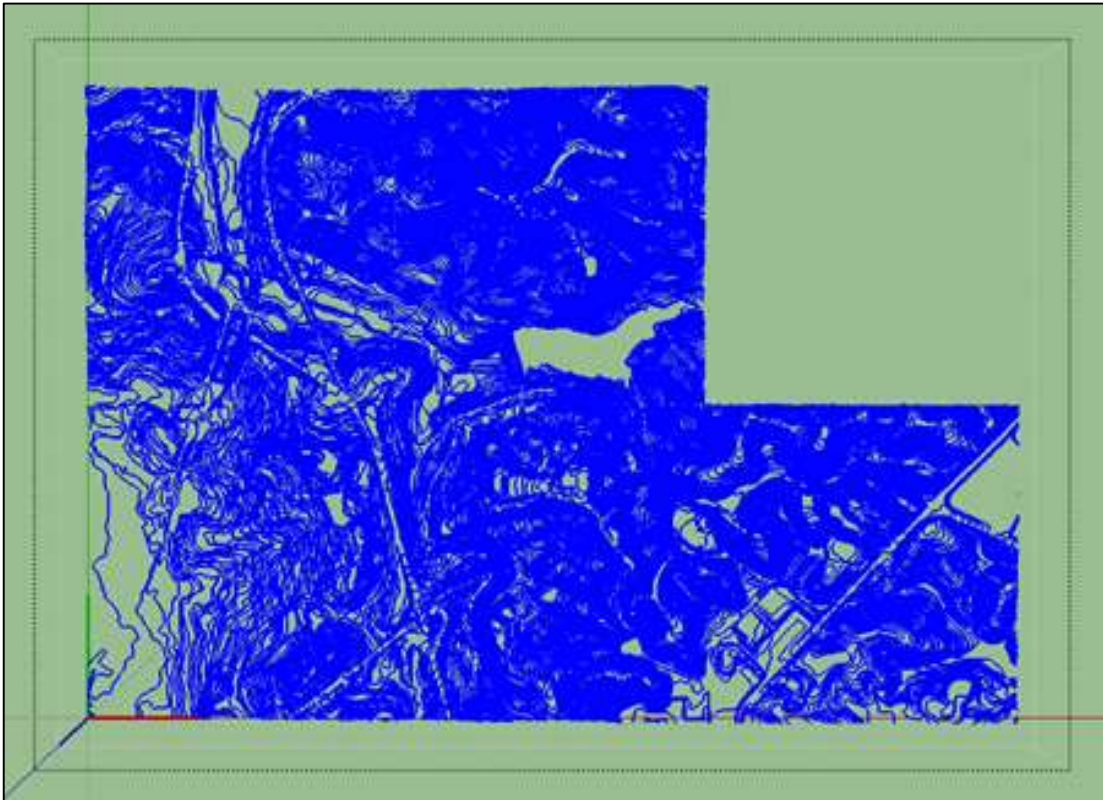
Em resumo, na tentativa de não comprometer a visualização total da área de 301 hectares, no SketchUP foi feita uma simulação das curvas de níveis faltantes, a partir de um mapa da área conseguida no Google Earth, e a partir das curvas de nível também disponibilizadas pelo GE (Imagens 17 a 23). Dessa forma, pode-se trabalhar a volumetria do terreno, e sua visualização tridimensional.

**Imagem 16:** Sobreposição da Base Sicar encontrada da região com a imagem aérea do terreno



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 17 e 18:** Importação do Arquivo DWG. das curvas de nível para o SketchUP



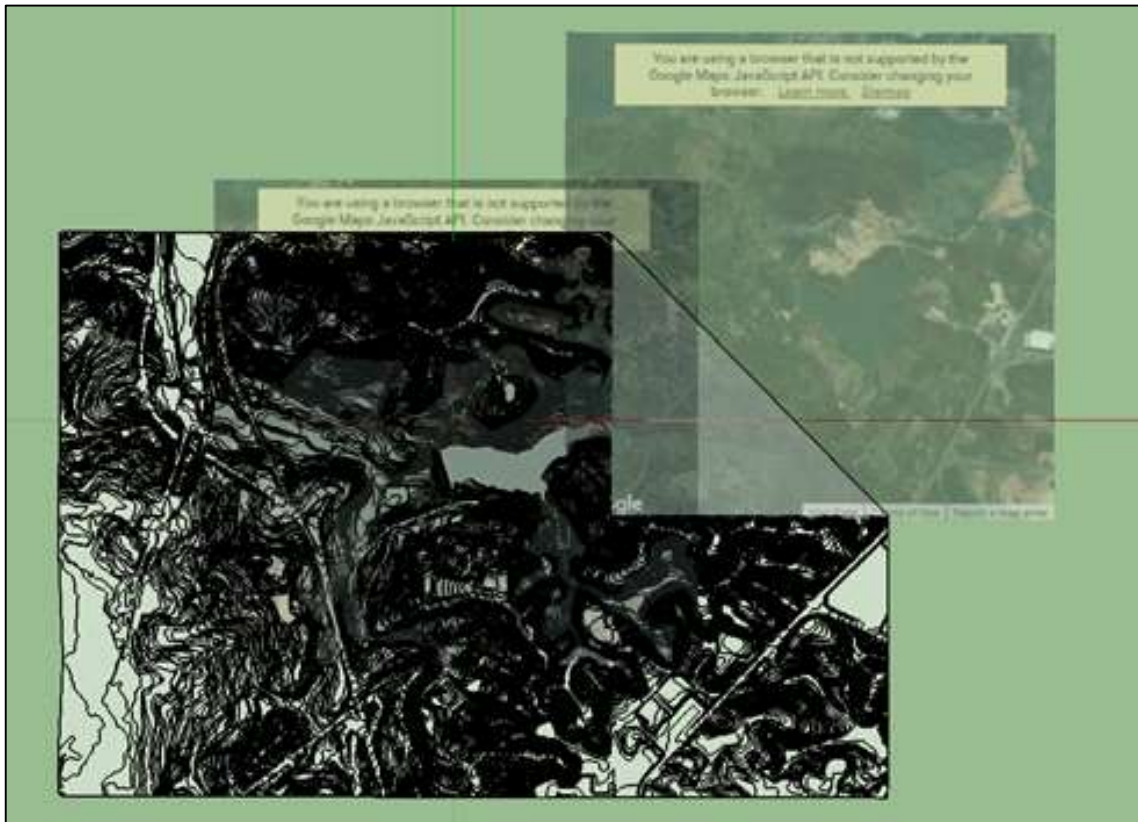
Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 19 e 20:** Importação de imagem da área com falta de informações topográficas no GE



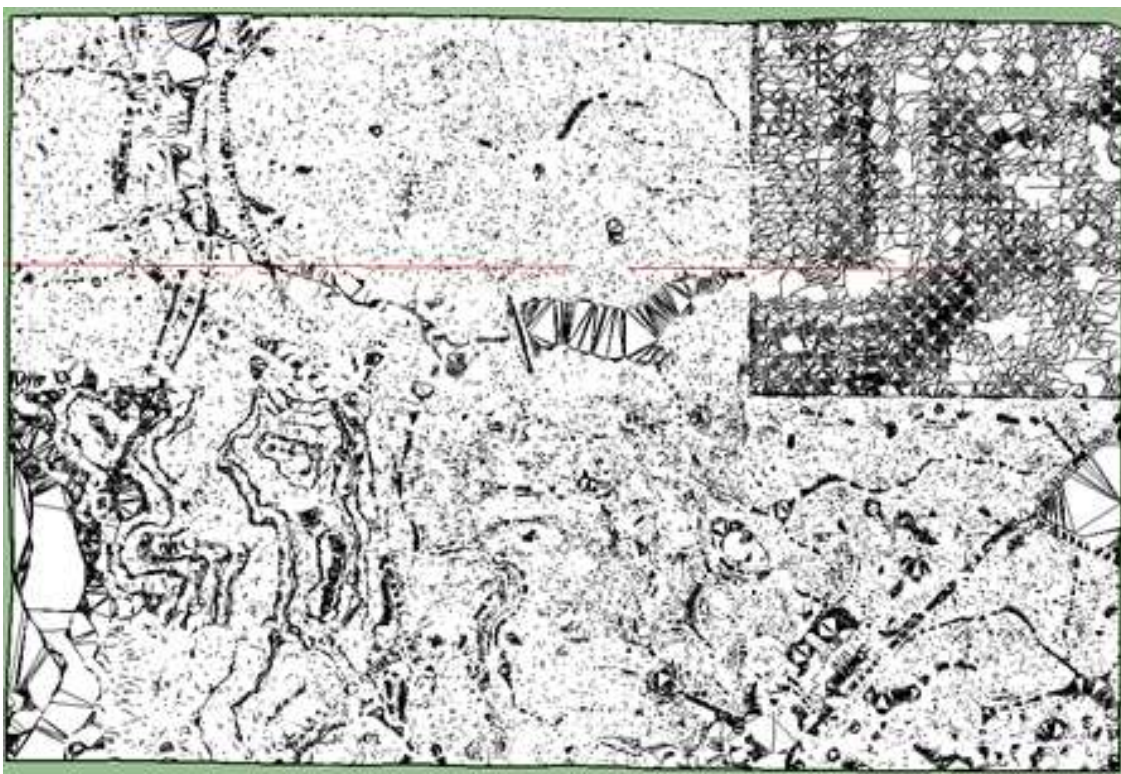
Fonte: Sicar (1992). Inca (2012). GE (2017). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 21 e 22:** Transformação e modelagem do terreno no SketchUP



Fonte: Sicar (1992). Inkra (2012). GE (2017). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagem 23:** Tridimensionalização das informações topográficas



Fonte:

Sicar (1992). Inkra (2012). GE (2017). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

O nível elementar de informações topográficas permitiu, então, criar o cenário básico de representação gráfica para o desenvolvimento, manipulação e processamento das informações geográficas do território. Por cima dele, é possível, então, atribuir as mais variadas informações coletadas, ou que ainda possam ser coletadas, atualizadas, corrigidas, etc. Conforme aponta Pereira & Silva:

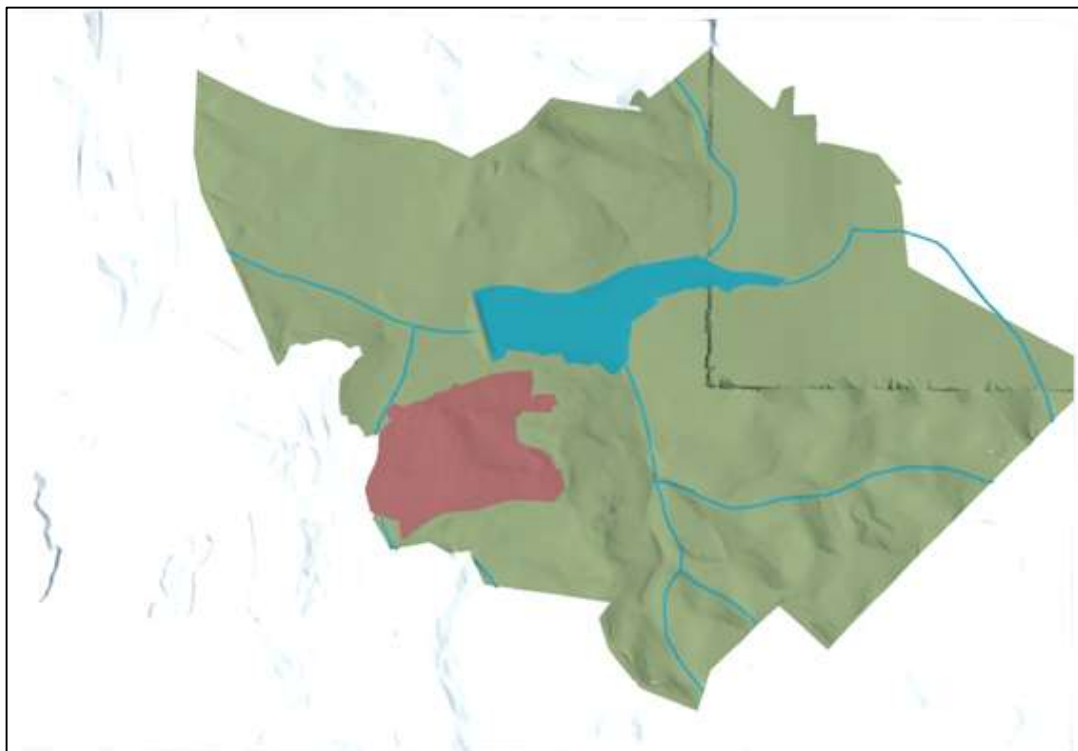
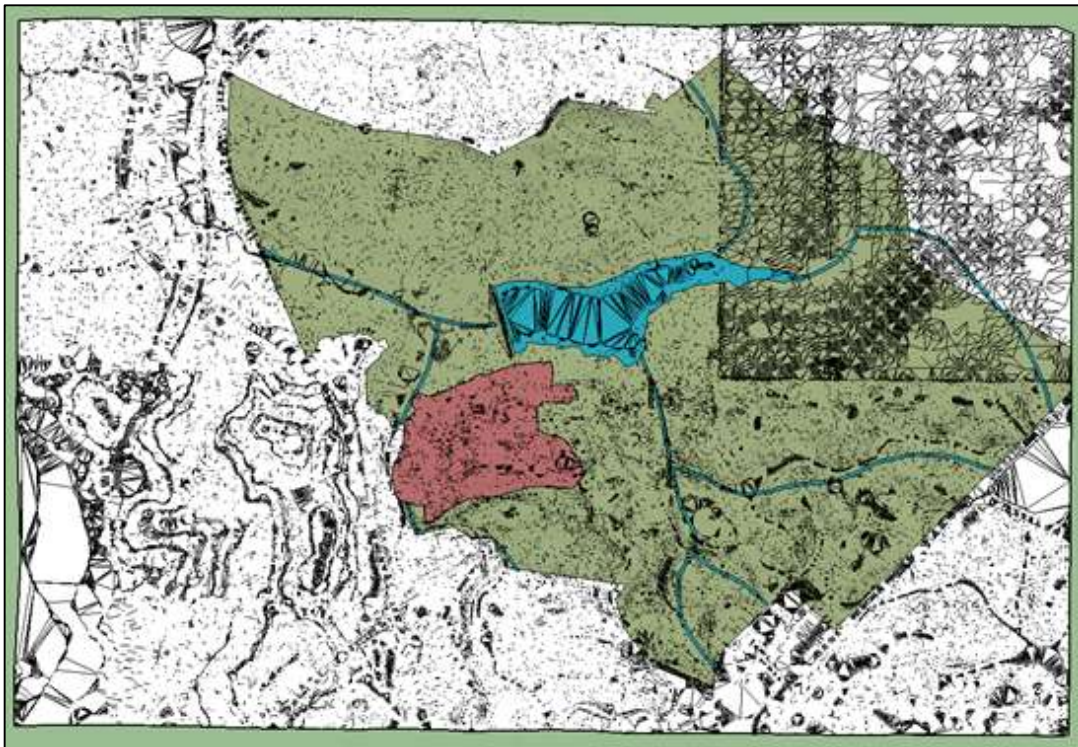
A estas representações gráficas podem ser associados dados físicos, sociais, políticos, econômicos, institucionais, etc., na forma de informação temática, que pode ser apresentado como textos ou números em tabelas. Os termos usados comumente para denominar estes dois tipos de dados são os de informação espacial (ou locacional) e informação não-espacial. (PEREIRA & SILVA, 2001, p. 101).

A partir das atribuições adicionadas, torna-se possível desenvolver um modelo de representação espacial da comunidade de Rio dos Macacos, a partir da ótica necessária para determinada questão. O SketchUP, assim como outros softwares, permitem ainda fazer um tratamento das imagens geradas, a partir de um processo conhecido como renderização<sup>63</sup>. (Imagens 24 e 25)

<sup>63</sup> Renderização é o processo pelo qual se obtém o produto final de um processamento digital qualquer

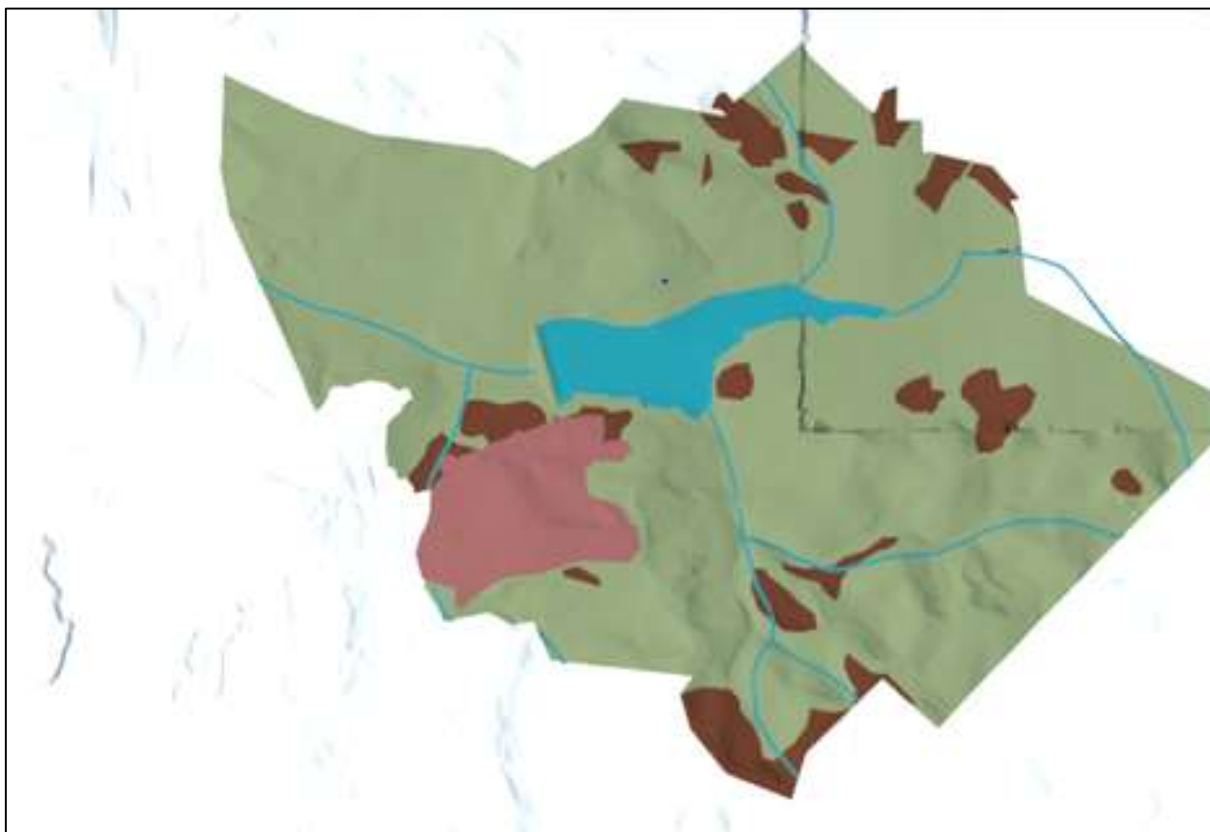


**Imagens 24 e 25:** Adicionada atribuições referentes a área reconhecida pelo Incra 301ha, a barragem de Rio dos Macacos, e a Vila Militar. Imageamento renderizado.



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagem 26:** Modelagem da área antropizada do quilombo Rio dos Macacos



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

Sendo assim, acredita-se que o SIG criado permite, então, ser utilizado para diversos elementos voltados a identificação, reconhecimento, cadastramento e, fundamentalmente, gestão e tomadas de decisão no território.

### 5.3. TERRITÓRIO IDENTITÁRIO, SIMBÓLICO, CULTURAL, RESISTENTE, PRODUTIVO, ETC.

Durante toda essa dissertação, apresento esse quilombo como um espaço repleto de afirmações, poderes e saberes. Essa conclusão reflete o processo histórico, luta pela ocupação e manutenção dessa comunidade no território, mas, fundamentalmente, a disposição do mesmo em seu espaço. É nesse território que ocorrem essas manifestações culturais, produtivas, econômicas e simbólicas.

E é nesse SIG que essas manifestações podem ser representadas. Por ter construído uma base de visualização e representação do terreno, torna-se possível, sobre essa base, incluir e sobrepor quantas informações forem necessárias para

representar os usos e ações dessa comunidade em seu espaço. Sendo assim, nesse substrato, apresento a parte conclusiva desse trabalho, que se resumiu em atribuir as informações geográficas cadastradas outras informações que servem para demarcar a vida desse quilombo.

Cabe destacar e reforçar novamente que boa parte das apresentações que se seguem, foram cadastradas nas etapas metodológicas dessa pesquisa que se iniciou ainda nos tempos de Residência AU+E, e que servem como base de pontos geolocalizados que representam pontos de cultivo e ações rurais de agricultura e produção, pontos históricos e sagrados da comunidade, pontos de moradia, pontos de utilização e acesso a recursos hídricos, etc.

Enfim, essa etapa de SIG não se encerra com essa dissertação, já que o que foi apresentado até aqui servirá, também, de bases para projetos e pesquisas futuras que tentem encontrar e visualizar informações que não estão presentes até o momento, seja por que não foram captadas pelo autor por inúmeras questões, seja pelo fato de que a luta dessa comunidade segue e seguirá em curso pela afirmação de seu espaço, e pela inclusão de novos elementos – infraestruturais, por exemplo – que são de obrigatoriedade do poder público.

Além dos atributos e dos Shapes<sup>64</sup> que podem ser criados e adicionados a modelagem tridimensional do terreno, é possível construir outros elementos gráficos que melhor simbolizem, descrevam e representem a comunidade quilombola de Rio dos Macacos. Aqui se faz um primeiro relato sobre a incapacidade que o pesquisador teve de conseguir, no curso do Mestrado Acadêmico, realizar essa atividade metodológica. Por se tratar de um modelo experimental, cabe dizer que a expectativa do autor é a de dar continuidade a esse trabalho, e que o mesmo seja desenvolvido e melhor formatado.

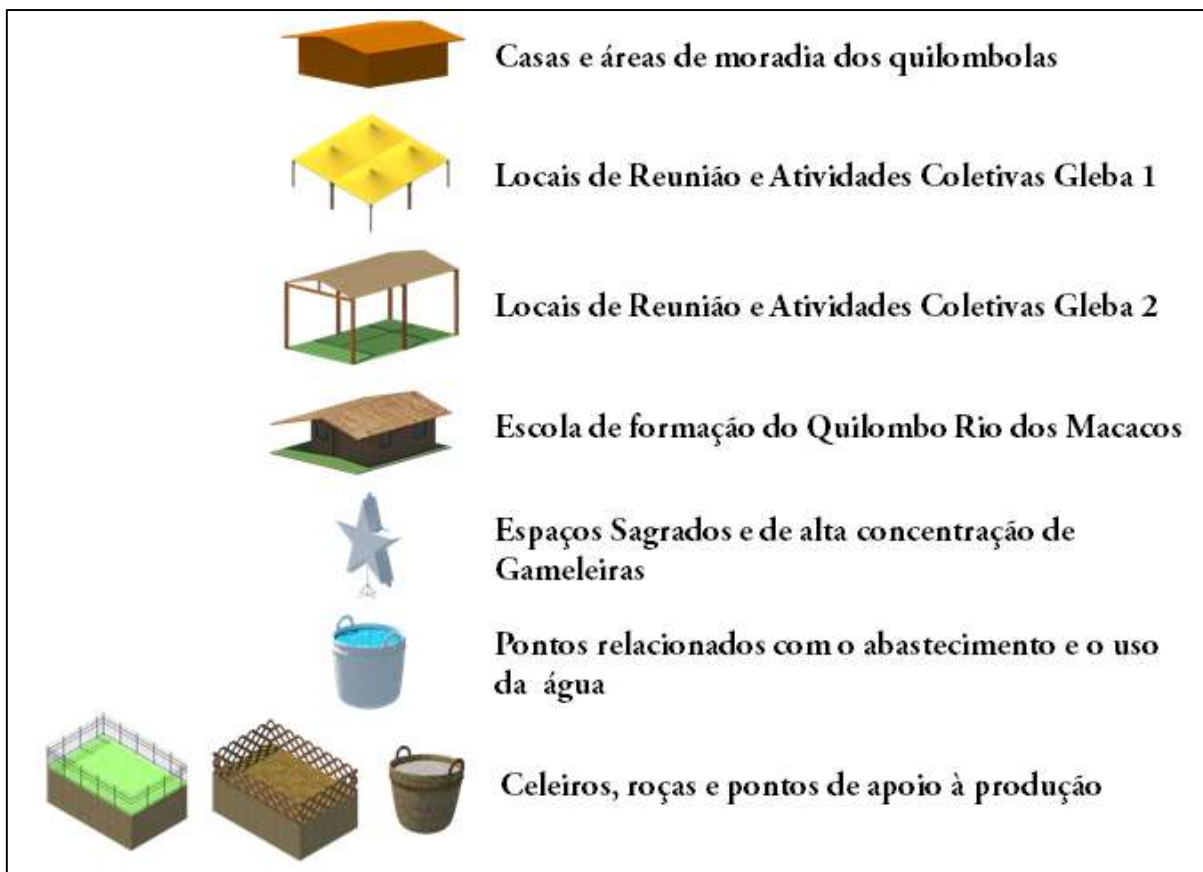
Mesmo assim, visando demonstrar essa possibilidade de representação gráfica, foi construído alguns símbolos (Imagem 27) que servem para representar os pontos geoespaciais encontrados e permitir uma melhor visualização dos mesmos. Sigo reforçando, entretanto, que a legenda e contendo os pontos e os nomes de cada

---

<sup>64</sup> O “shape” é um tipo de arquivo digital que representa uma feição ou elemento gráfico, seja ela em formato de ponto, linha ou polígono e que contém uma referência espacial (coordenadas geográficas) de qualquer que seja o elemento mapeado.

um seguem sendo ocultados nesse trabalho. Espera-se que com a demarcação final do território, o trabalho seja enfim, exposto na sua íntegra.

**Imagem 27:** Simbologias criadas para determinar determinados usos, espaços e atividades.



Fonte: Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

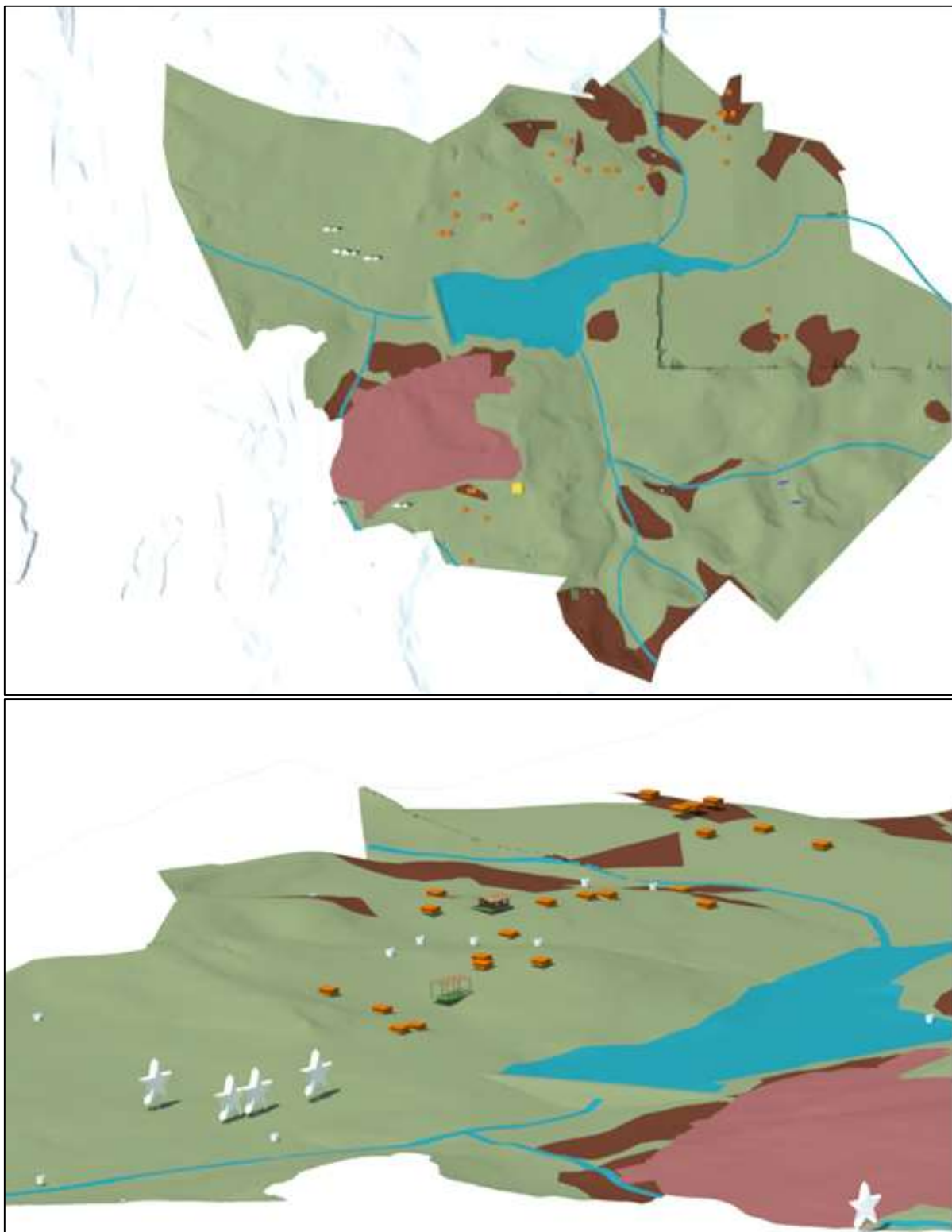
Criando-se essa simbologia própria, é possível, então, criar, manipular e visualizar um grande conjunto de mapas temáticos sobre o território, bastando apenas gerenciar as informações, e manipular o software a partir das necessidades buscadas. Nesse ínterim, as imagens que se seguem (de 28 a 32) servem para demonstrar um pouco sobre o SIG criado do Quilombo Rio dos Macacos.

A sobreposição de camadas permite ao usuário justapor informações espaciais, possibilitando a visualização de vários temas, sobrepostos ou de forma separada. Essa técnica (ilustrada nas imagens de 28 a 32), muito utilizada em sistemas SIG, permite a visualização das camadas de forma rápida e simples, possibilitando ao operador relacionar a informação existente através da posição e da topologia dos objetos, com a finalidade de gerar nova informação.

Através desta técnica é possível sobrepor dados de vias, hidrografia e elevação, entre outros, que quando unidos tendem a representar todas as feições

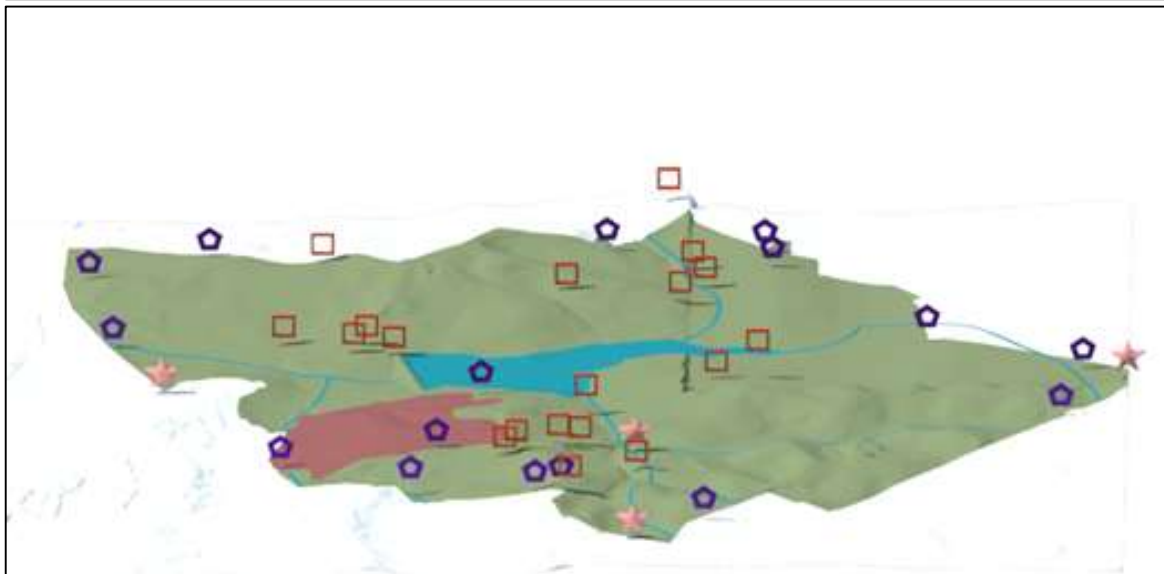
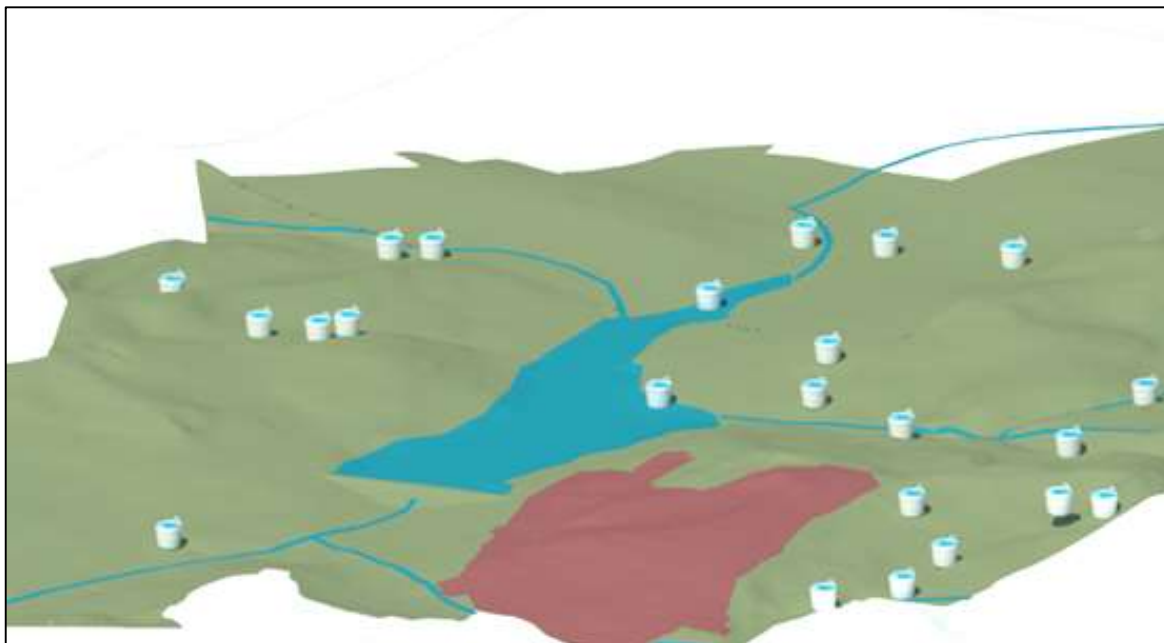
do terreno. O usuário pode ativar ou desativar cada tema (camada) separadamente, permitindo uma análise isolada ou conjunta das informações geoespaciais.

**Imagem 28 e 29:** Modelagem e detalhamento das informações referentes a ocupação e ao uso do solo da comunidade



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 30, 31 e 32:** Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos, aos relacionados a acessos e caminhos, e os de produção e roças.



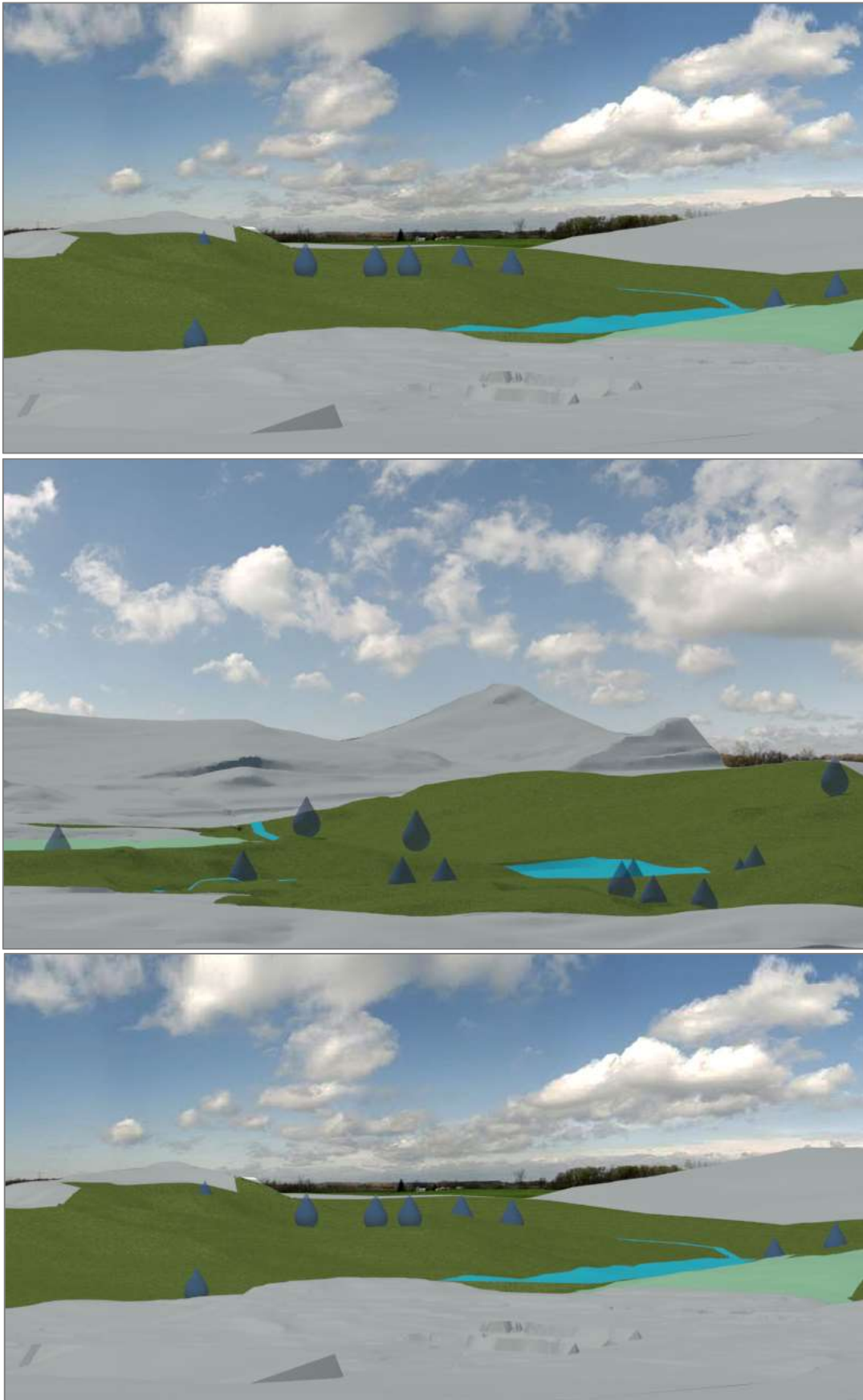
Fonte: Sicar (1992). Inkra (2012). GE (2017). Polli et al (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

De todo o trabalho desenvolvido, se questiona de que maneira ele pode seguir sendo trabalhado e elaborado, seja pelo autor, seja por diversos outros pesquisadores, comunidades ou por usuários livres que queiram aprimorar as observações dessa comunidade, e incluir novas informações geográficas da mesma, resgatando sempre a ideia de que uma informação geográfica diz respeito à descrição de fenômenos associados direta ou indiretamente a uma localização relativa à superfície da Terra.

Considerando a World Wide Web (Web ou WWW) um ambiente hipermídia informacional adequado para tornar disponíveis informações desta natureza, pode-se pensar em Bibliotecas Digitais Geográficas dessa comunidade como um instrumento futuro de criação para a visualização em rede dos resultados encontrados até aqui, e para o desenvolvimento de futuros dados a serem coletados que utilizem os princípios de captação de dados a partir de metodologias participativas e sensitivas, além de propostas de representação, armazenamento e recuperação de informações das bibliotecas digitais, com a customização e a personalização de informações que dizem respeito aos dados geográficos, e que objetivam atender as comunidades científicas, populares e da sociedade em geral no acesso e no uso de informações geográficas do Quilombo Rio dos Macacos de maneira específica, e das comunidades quilombolas de maneira geral.

As possibilidades de manipulação são inúmeras nesse sentido, e por limitadores objetivos dessa dissertação (objetivo geral e específico da pesquisa, e tempo de desenvolvimento de um mestrado acadêmico) não puderam ser percorridos. Apresento por fim um conjunto de imagens trabalhadas sobre o território, que permitem visualizações outras das realidades até aqui encontradas – inclusive com mudanças na simbologia dos elementos apresentados – e, posteriormente a elas, apresento minhas considerações finais sobre o trabalho desenvolvido nessa dissertação.

**Imagens 33, 34 e 35:** Modelagem e detalhamento das informações referentes aos pontos hídricos.



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.



**Imagens 36 e 37:** Modelagem e detalhamento de informações referentes ao cultivo e a produção



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et al (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 38 e 39:** Modelagem e detalhamento de informações diversas e manipulação de outras informações de referência de contexto (céu e proximidades)



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

**Imagens 40 e 41:** Modelagem e detalhamento de informações diversas



Fonte: Sicar (1992). Incra (2012). GE (2017). Polli et all (2014). Elaboração Própria. Pode ser também visualizada em POLLI 2017a.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa dissertação, ainda nas palavras introdutórias, deixei claro que pesquisar sobre esse tema não é fácil. Começo falando sobre isso para apresentar minhas considerações finais, pois, ao concluir esse trabalho em uma dissertação de mestrado, por um lado, acredito no quanto esse projeto ainda deixa de lacunas e possibilidades de ampliação de suas reflexões. Realmente esse é um tema muito complexo, e difícil de ser acompanhado, estudado e pesquisado. Indago-me e me cobro sobre quantos mapas ainda podem ser produzidos, quantas oficinas e conversas não foram realizadas, quantas visitas ficaram faltando, pra onde vai todo esse material? Enfim, são essas as lacunas que ainda encontro em minha pesquisa etnocartográfica.

Entretanto, por outro lado, observo esse trabalho e essas lacunas sem melancolia ou tristeza, pois acredito que o mesmo seguirá sendo desenvolvido, seja pelo autor (em seu trabalho já mencionado junto ao PLANTERR/NUPAS/UEFS), seja pelos agentes envolvidos que, minimamente, encontrarão mais um referencial metodológico e teórico para observar e, quem sabe, se inspirar na luta territorial e identitária dos movimentos sociais e dos povos e comunidades tradicionais no Brasil.

Acredito que seja essa a expectativa que deve mover pesquisadores que objetivam ao máximo contribuir com sociedade. Destaca-se para tanto o papel da Residência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia do PPGAU/UFBA, que foi a impulsionadora de toda essa pesquisa. O estabelecimento da relação entre o saber técnico-científico e o conhecimento tradicional, popular e comunitário é um desafio e uma necessidade fundamental que cada vez mais as Universidades e os centros de pesquisa devem se ater. De fato vivemos em um sistema injusto e desigual, que segrega e divide a sociedade no ponto de vista econômico, social, e, também, espacial. As pesquisas científicas devem se esforçar para refletir essas questões.

Esse trabalho foi, e segue sendo, uma tentativa, por tanto, de contribuir e fortalecer com um dos grupos sociais mais segregados e marginalizados da sociedade brasileira, os quilombolas, que tiveram, acima de qualquer coisa, sua ancestralidade arrancada em um país que tem no passado as marcas, as chicotadas e os assassinatos da escravidão, e, no presente, as amarras ideológicas e “culturais” do racismo.

Como mencionei nessa dissertação, os avanços sobre o tema são inegáveis. Mas nada foi conquistado ao acaso. Essas conquistas são o resultado histórico da luta de Zumbi, de Dandára, dos Malês, de João Cândido, e de muitos outros que não aceitaram a vida submissa imposta pelo medo do opressor. Os quilombos existiram, e seguirão existindo também. Negros, mestiços ou brancos, os quilombos são referências identitárias na luta por afirmação.

Sim, os resultados obtidos no campo constitucional a favor dos quilombolas nos últimos anos, ainda que muito modestos, são frutos fundamentalmente de sua luta e articulação política. São vitórias incontestáveis dos movimentos negros, quilombolas, de trabalhadores rurais, de associações e cooperativas, etc., que observam na luta e na imposição direta a melhor forma de tentar conquistar espaços e brechas na agenda política brasileira, que geralmente tendeu a beneficiar na história outros agentes e atores.

Apesar de acreditar que as mobilizações foram fundamentais para esses avanços, há de se registrar que os quilombos contaram também com o amparo da atuação e do trabalho de servidores e técnicos de instituições como a FCP e o Incra, assim como a colaboração de alguns órgãos de Governo, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que se mostraram (enquanto existiam) realmente comprometidos com a efetivação de direitos. Com todas as críticas necessárias aos governos petistas sobre o tema quilombola (ou sobre outros aspectos), é inegável que foram nesses governos que os movimentos sociais, territoriais e identitários encontraram guarita. Não à toa, boa parte das políticas públicas destinadas a esses segmentos surgiram nesse período.

Todavia, nesse período também, setores antagônicos aos quilombolas seguiram resistindo em aceitar a repartição de seu território em função da regularização fundiária e encontraram, também nos governos petistas, o amparo de seus pleitos e reivindicações. A tentativa conciliatória dos governos de Lula e de Dilma era apresentada para os quilombolas – e demais setores – como sendo uma forma de garantir os direitos territoriais e o atendimento das necessidades de todos os envolvidos, mesmo que isso demorasse um pouco mais do que os anseios imediatos das populações mais carentes.

Essa espera anunciada como momentânea, para os quilombolas, acabou se tornando quase que permanente. A partir da já relatada manobra parlamentar e

jurídica, a ação de impedimento da ex.presidente Dilma Rousseff acabou se tornando um “golpe” para as comunidades que aguardavam ansiosamente a concretização de todos os planos e políticas de reconhecimento, titulação e desenvolvimento de suas comunidades. Michel Temer e toda sua base aliada representam claramente os interesses de setores que não estão preocupados com a pauta quilombola ou que, em muitos casos, estão diretamente envolvidos em conflitos com os mesmos.

Ou seja, se os avanços em relação à questão quilombola são inegáveis, os receios sobre o atual e ilegítimo Governador também são. Em verdade, a figura de Michel Temer joga sombra e medo em uma política que, mesmo com seus problemas e toda a sua morosidade, vinha sendo desenvolvida nos últimos anos. Todavia, acredita-se que esse cenário também pode vir a ser um grande catalisador de novas articulações, lutas e processos contra hegemônicos de disputa por igualdade e reparação econômica, social e espacial.

E esse processo contra hegemônico foi, também, uma das motivações dessa pesquisa. Aqui se optou por usar o conhecimento técnico-científica e a cartografia, como instrumentos a serviço da afirmação territorial e identitária de uma comunidade quilombola. O Quilombo Rio dos Macacos está localizado historicamente em uma região que hoje é reconhecida como uma área limítrofe entre Simões Filho e Salvador, municípios baianos. Há quem afirme, inclusive, que nesse local, essa comunidade é invasora, e que o mesmo pertence à Marinha do Brasil.

Não, não pertence. O Quilombo Rio dos Macacos viveu e vive até hoje para contar sua história, que é gigantesca maior que as linhas dessa dissertação, o SIG criado e desenvolvido pelo autor ou pelas demais parcerias de assistência técnica, ou qualquer folha de papel de reconhecimento territorial. O Quilombo Rio dos Macacos tem uma história ancestral, cultural e identitária riquíssima, impossível de ser resgatada em sua totalidade, mesmo com todos os esforços daqueles que buscam registrar suas memórias.

Em todo caso, registrar essas memórias e o seu presente não é em vão, jamais será. Ainda mais, diante de uma continuada e sistemática política de invisibilidade desse, e de outros, quilombos. Mesmo que “incompleta”, mesmo que “insuficiente”, mesmo que “pequena”, essa dissertação e pesquisa servem para somar e contribuir com o esforço coletivo de resgatar a importância cultural e ancestral que os quilombos

de maneira geral, e o quilombo Rio dos Macacos de maneira específica, tiveram na história da formação cultural brasileira.

Enquanto método pode-se concluir que o Etnomapeamento e seus instrumentos de percepção sensitiva e memorial, junto com técnicas sensitivas de mapeamento e livre desenho de fato colocam o pesquisador e o grupo étnico em um patamar muito próximo de elaboração e entendimento das informações coletadas. Produzido de maneira participativa, esse material reforça os entendimentos e os resultados coletivos encontrados em outras bibliografias sobre a cartografia social, onde se percebe que os mapas dão aos membros da comunidade mais conhecimento sobre seu território, e os recursos disponíveis no mesmo.

Fortalecer esse conhecimento é importante, pois, acredito que nesse processo os quilombolas podem, cada vez mais, aprimorar a gestão de seus recursos e de seu espaço, acompanhar e exigir a implantação de projetos de infraestrutura, além de planejar o desenvolvimento econômico e social da comunidade e de seu território. Nesse sentido, penso que dar continuidade a essa pesquisa é, também, fazer com que esse trabalho etnocartográfico sirva de base para fornecer a essa comunidade uma capacitação técnica para a manipulação do SIG criado.

Espera-se isso pois, se a metodologia desenvolvida demonstrou ser acertada, o processo de georeferenciamento das informações coletadas e a criação de um SIG do Quilombo Rio dos Macacos demonstrou ser um passo importante para ampliar o registro dessa comunidade, e permitir a difusão do conhecimento técnico sobre a mesma. Nesse sentido, cabe ainda desenvolver e aprimorar ainda mais esse SIG e, também, divulgá-lo amplamente, na tentativa de colaborar com todo o processo de mapeamento participativo existente hoje, conectando o quilombo Rio dos Macacos com toda a rede de pesquisa e informações geográficas existente que promovem esse tipo de cartografia social.

Acredito, por fim, que o trabalho participativo, baseado no etnomapeamento enquanto método, e no auxílio técnico de instrumentos de geoprocessamento, apresentou para a comunidade uma nova ótica de se observar o seu território, fortalecendo os laços de empoderamento e compressão de seu espaço. Espero ainda ter contribuído com o temário quilombola e com o Quilombo Rio dos Macacos, que me abriu as portas para essa investigação. Que essa pesquisa siga se desenvolvendo.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABA. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as Comunidades Negras Rurais. In: Boletim Informativo NUER, n. 1, 1994.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. (Texto para discussão n. 702), p. 31.
- ARENDT, Hannah. A Condição Humana. São Paulo, EDUSP. 1981.
- ACSELRAD, Henri; COLI, Luis Régis. Disputas territoriais e disputas cartográficas. In: Cartografias Sociais e Território. Henri Acselrad (org.). Rio de Janeiro, RJ: UFRJ/IPPUR, 2008.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. "Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito". In Humanidades. Número 15, Ano IV. Brasília: EdUnB. 1989.
- \_\_\_\_\_. Identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Alcântara (MA). 2002.
- \_\_\_\_\_. Terras de Quilombos, Terras Indígenas, "Babaçuais Livres", "Castanhais do Povo", Faxinais e Fundos de Pasto: Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: PPGSCA-UFAM. 2006.
- ARRUTI, J. M. P. A. As comunidades negras rurais e suas terras. Dimensões - revista de História da Universidade Federal do Espírito Santo (Dossiê Territórios, espaços e fronteiras), Vitória, p. 243-270, 2002.
- \_\_\_\_\_. O Quilombo Conceitual: Para uma Sociologia do Artigo 68. Projeto Egbé, Territórios Negros, KOINONIA, 2003.
- \_\_\_\_\_. Políticas públicas para quilombos - Um ensaio de conjuntura a partir do exemplo da Saúde. Tempo e Presença (Impresso), v. 11, p. 6-10, 2008.
- \_\_\_\_\_. Apresentação: uma visão da conjuntura quilombola (Dossiê "Contexto Quilombola"). Tempo e Presença (Impresso), v. 11, p. 4-5, 2008.
- \_\_\_\_\_. Territorialidade quilombola. Foto e Mapas. Brasília: Editoria Mapas e consultoria. 2011.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Cartografia e Quilombolos: territórios étnicos africanos no Brasil. Africana Studia, n. 9, p. 337-355, São Paulo, 2006.
- \_\_\_\_\_. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, ago. 2015. ISSN 2179-0892.
- ATAIDE, Marcos Sebastião. Aplicações da Etnocartografia. 2005. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso. UFMA, Manaus, 2005.
- ATAIDE, Marcos Sebastião; MARTINS, Ayrton Luiz U. A Etnocartografia Como Ferramenta de Gestão. In: XXII Congresso Brasileiro de Cartografia. Macaé, 2005.
- BARROS, J. A. A. Gerenciamento e uso da informação aplicada na área de segurança pública do Estado de Santa Catarina – um estudo de caso no CIASC. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. 106 p.



BORGES, K. A. V. Modelagem de dados geográficos: uma extensão do modelo OMT para aplicações geográficas. 1997. 139 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Escola de Governo – Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte-MG;

CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antonio Miguel Vieira. Fundamentos do Geoprocessamento: Conceitos Básicos em Ciência da Geoinformação. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap2-conceitos.pdf>. Capturado em 09/10/2014 às 14:07 horas.

CARLOS, Ana Fani Alessandrini, A (Re)Produção do Espaço Urbano, 1ª ed., São Paulo, EDUSP, 2008.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de ; PEREIRA, G. C. . Salvador, uma metrópole em transformação. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Salvador: transformações na ordem urbana. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2014, v. 1, p. 236-261.

CHAPIN, Mac. Mapeo de tierras indígenas. In: SALAMANCA, C; ESPINA; R. (Organizadores). Mapas i derechos: experiencias y aprendizajes em America Latina. Rosario: UNR Editora, 2012, Cap 1, p. 13-49.

CHAPIN, Mac; THRELKELD, Bill; et all. Indigenous Landscapes. A study in Ethnocartography. Arlington (Va): Center for the support of Native Lands, 2001.

CHAPIN, Mac; THREKELD, Bill; et all. Mapping Indigenous Lands. Annu. Rev. Anthropol. 2005.

CORDEIRO, Paula Regina. A comunidade quilombola de rio dos macacos: um conflito cotidiano entre o território militarizado e o território da vida. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Geociências, Departamento de Geografia. UFBA, 2014.

DENNISTON, Derek. Defending the Land with Maps. 1994 World Watch. January/February. Disponível em <http://www.iapad.org/publications/ppgis/Tese-Cloude-72a.pdf>, acessado em 07 de novembro de 2014.

FABIANI, Adelmir. Mato, Palhoça e Pilão: O quilombo da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FERNANDES, Florestan. A Integração do Negro na Sociedade de Classes. Volume I. Ensaio de Interpretação Sociológica. Editora Globo, 2008.

FOUCAULT, Michel. Em Defesa da Sociedade. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. História da sexualidade; a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

FORTES, M. E. P.. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade de Rio dos Macacos. 2012.

FOX, J. et all “O poder de mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial” In Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), 2008, p. 71-84.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) Geografia: conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997

\_\_\_\_\_. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERLIHY, Peter H. & KNAPP, Gregory (eds.). Maps of, by and for the Peoples of Latin America. Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

IKEMATU, R. S. Gestão de metadados: sua evolução na tecnologia da informação. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, [s.l.], v. 2, n. 6, 2001. Disponível em: [http://www.dgz.org.br/dez01/Art\\_02.htm](http://www.dgz.org.br/dez01/Art_02.htm). Acesso 25 set. 2014.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Salvador, 2012.

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 178 p. Título original: La révolution urbaine.

\_\_\_\_\_. La producción del espacio. Tradução de Emilio Martínez Gutiérrez. Madrid: Capitán Swing, 2013. & Título original: La production de l'espace. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola; desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008.

\_\_\_\_\_. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. In: Etnográfica, v. IV, n. 2, 2000, p. 333-354.

LOPES, Nei. Novo Dicionário Bantu do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: memória do cativo e políticas de reparação no Brasil. Revista USP, n. 68. Dez/jan/fev 2005 e 2006, p.104 – 111. São Paulo, SP. 2006.

MOURA, Clóvis. Quilombos: Resistência ao escravismo. 3º Ed; São Paulo: Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas. São Paulo: Ed. Zumbi. 1959.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e Racismo. IN: RATTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

NASCIMENTO, Lisangela Kati do.; SILVA, S. R. Negros e territórios quilombolas no Brasil. CADERNOS CEDEM, v. 3, p. 23-37, 2012.

NATIRUTS, Banda. Álbum Povo Brasileiro: Palmares 1999. Faixa 5. Compositor: Alexandre Carlo Cruz Pereira. Electric and Musical Industries Ltd, 1999.

NETO, J. A. de S.; CARNEIRO, A. F. T. & PAIXÃO, S. K. S. O Uso da IDE na Gestão Territorial. Revista Brasileira de Cartografia n. 63 (3), 2011. p. 351- 360.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Sylvio Bandeira de Melo; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. Salvador no século XXI: transformações demográficas, sociais, urbanas e metropolitanas – cenários e desafios. Relatório Final da Fundação Mario Leal Ferreira. Salvador, Bahia. 2016

PEREIRA, Gilberto Corso. Organização social do território e formas de provisão de moradia. In: Inaiá Maria Moreira de Carvalho; Gilberto Corso Pereira. (Org.). Salvador: transformações na ordem urbana. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrôpoles, 2014, v. 1, p. 141-173.

PEREIRA, Gilberto Corso; SOUZA, Angela Maria Gordilho ; CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. *Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica*. Cadernos do CRH (UFBA), Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004.

PEREIRA, Gilberto Corso; SILVA, Barbara-Christine. Geoprocessamento e Urbanismo. Capítulo do livro Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades, Lucia Helena de Oliveira Gerardi; Landara Alves Mendes. (Org.). 1 ed. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia - UNESP; AGETEO, 2001, v. , p. 97-137.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Residência AU+E. PPGAU/UFBA. Salvador, 2014.

POLLI, Leonardo de Souza; Projeto de Diretrizes Territoriais Preliminares do Quilombo Rio dos Macacos (BA). Residência AU+E. PPGAU/UFBA. Salvador, 2014.

\_\_\_\_\_. Etnoatlas do Quilombo Rio dos Macacos (BA): Relatório Técnico e Material Etnográfico. 126 f. il. 2017a. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial – Mestrado Profissional. Universidade Estadual de Feira de Santana, 2017a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. Plano Salvador 500. Fundação Mário Leal Ferreira. Salvador, Bahia. 2015.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo, Ática: 1993.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. Revista da ANPEGE, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.

SANTOS, Milton, A Urbanização Brasileira. São Paulo, 3ª ed. Editora Hucitec, 2012.

\_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. Edusp – Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, 1996.

\_\_\_\_\_. Espaço e Método. Coleção Milton Santos. São Paulo, 5ª ed, EDUSP, 2012.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia Cidadã: Por uma epistemologia da existência. Publicado pela Associação de Geógrafos Brasileiros, Portal de Periódicos UFRGS. Porto Alegre, 1996. Disponível em < <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613/26350> >, acessado em 12 de Janeiro de 2017.

\_\_\_\_\_. Modo de Produção Técnico Científico e Diferenciação Espacial. Revista Território, ano IV, nº6, jan/jun. 1999.

Santos, Renato Emerson. Ativismos Cartográficos: notas sobre formas e usos da representação espacial e jogos de poder. Revista Geográfica de América Central. Número Especial do Encontro de Geógrafos da América Latina. Costa Rica, p. 1 – 17. 2011.

SCHMITT, Alessandra. TURATTI, Maria Cecília Manzoli; Carvalho, Maria Celina Pereira. A Atualização do Conceito Quilombola: Identidade e território nas questões teóricas. *Ambiente&Sociedade*, Ano V, Nº10, 2002.

SMITH, Derek A. 2003. Participatory Mapping of Community Lands and Hunting Yields Among the Buglé of Western Panama. *Human Organization. Journal of the Society for Applied Anthropology*. Vol. 62, No. 4, Winter 2003.

SOUZA, Angela Gordilho. *Limites do Habitar. Segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. 2ª ed. Salvador: EDUFBA, 2008.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Programa Brasil Quilombola. Governo Federal, Relatório de 2012.

\_\_\_\_\_. *Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015*. Brasília, Governo Federal, 2013.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. *Estudos, Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro: CPDA-UFRRJ, n. 12, p. 71-94, abr., 2004.